

FACULDADE UNIDA DE SÃO PAULO - FAUSP
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI
São Paulo/SP - 2020

GESTORES DA IES

Luciene Parra Boracini Trevelin
Diretora Geral

Guilherme Boracini Trevelin
Diretor Administrativo/Financeiro

Fábio Cardoso dos Santos
Diretor Acadêmico

Renato Wagner de Souza
Diretor de Relações Institucionais

Valdirene Pocani da Rocha
Diretora de Extensão e Ações Comunitárias

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PDI

Membros da Comissão Central responsável pela elaboração do PDI 2020-2024 da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, instituída pela Portaria nº 03, de 04 de janeiro de 2019 da Instituição mantenedora.

Prof.ª Fábio Cardoso dos Santos

Prof.ª Fatima Aparecida Pereira

Prof.ª Luciene Parra Boracini Trevelin

Prof.ª Marcos Henrique Repa

Prof.ª Nancy Romanelli

Prof.ª Renato Wagner de Souza

Prof.ª Valdirene Pocani da Rocha

Lista de Abreviatura e Siglas

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEP	Comitê ou Comissão de Ética em Pesquisa
CES	Câmara e Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Comutação Bibliografia
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CP	Conselho Pleno
CPA	Comissão Própria de Auto Avaliação
CPC	Conceito Preliminar do Curso
DCIs	Diretrizes Curriculares Institucionais
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino a Distância
E-MEC	Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIS	Formação Integral em Saúde
HCS	Homem, Cultura e Sociedade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde do Brasil
NAPNE	Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NUAPE	Núcleo de Apoio Psicopedagógico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Plano Anual de Capacitação
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PPC	Projeto Pedagógico do Curso ou Projeto Político Pedagógico do Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SAA	Serviço de Atendimento ao Aluno
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Tecnologia da Informação

Lista de Figuras

Figura 01: As quatro áreas do BSC

Figura 02: Organograma da IES

Figura 03: Mapa da Região

Figura 04: Sequência de atividades de planejamento da Gestão

Figura 05: Sequência de atividades de planejamento da Gestão

Lista de Quadros

Quadro 01: Ferramenta de Gestão

Quadro 02: Análise SWOT

Quadro 03: Posturas Estratégicas

Quadro 04: Perspectivas do BSC relacionadas às IES.

Quadro 05: IES credenciadas no Município

Quadro 06: Curso pretendido de Graduação

Quadro 07: Cursos pretendidos de Pós-Graduação (Lato sensu)

Quadro 08: Cursos pretendidos de Extensão

Quadro 09: Composição do Corpo Docente

Quadro 10: Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente (Titulação)

Quadro 11: Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente (Regime de Trabalho)

Quadro 12: Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Técnico Administrativo EAD

Quadro 13: Cronograma do Plano de Expansão do Corpo de Tutores

Quadro 14: Previsão Orçamentária

Quadro 15: Cronograma de implantação da avaliação institucional

Quadro 16: Cronograma da avaliação do PDI

Quadro 17: Cronograma de implantação e desenvolvimento da IES

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
1.1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA.....	9
1.2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES.....	9
1.3. BASES LEGAIS DO PDI.....	9
1.4. APRESENTAÇÃO	11
II - CONTEXTO INSTITUCIONAL	13
2. METODOLOGIA.....	14
2.1. ANÁLISE SWOT	15
2.2. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS.....	17
2.3. BALANCED SCORECARD (BSC)	20
2.4. MANTENEDORA	23
2.5. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	23
2.6. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA	24
2.7. DIRIGENTES PRINCIPAIS DA IES	24
2.8. ORGANOGRAMA DA IES.....	25
III - MISSÃO DA IES.....	26
3. FINALIDADE INSTITUCIONAL	26
3.1. PRINCÍPIOS E VALORES DA IES	28
3.2. OBJETIVOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO	30
3.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA INSTITUIÇÃO	30
3.4. METAS INSTITUCIONAIS.....	31
3.5. AÇÕES INSTITUCIONAIS	42
3.6. DIMENSÕES	44
3.7. ARTICULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI E PDI.....	44
3.8. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	46
3.9. POLÍTICA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	47
3.10. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA	48
3.11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EXTENSÃO	49
3.12. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.	50
3.13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 E DECRETO Nº 4.281 DE 25 DE JUNHO DE 2002).....	51
3.14. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PARECER CNE/CP Nº 8, DE 06/03/2012, CNE/CP Nº 01, DE 30/05/2012).....	52
3.16. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012)	55
3.17. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA DEFESA DA MEMÓRIA CULTURAL DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	56
3.18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	57
3.19. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE LIBRAS (DEC. N. 5.626/2005).....	58
3.20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	59
3.21. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	61
3.22. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO	63
3.23. OUVIDORIA.....	64
IV - CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL	66
4.1. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	69
4.2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	69
4.3. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS.....	69
4.4. INDICADORES	70
4.5. VISÃO GERAL	70
4.6. HISTÓRIA	71
4.6.1. PERÍODO COLONIAL.....	71
4.6.2. PERÍODO IMPERIAL.....	72
4.6.3. REPÚBLICA VELHA.....	72
4.6.4. SÃO PAULO DE 1930 ATÉ HOJE	73
4.7. GEOGRAFIA.....	74
4.8. MUNICÍPIOS LIMÍTROFES E REGIÃO METROPOLITANA	74

4.9.	CLIMA	74
4.10.	DEMOGRAFIA	74
4.10.1.	ITALIANOS	75
4.10.2.	PORTUGUESES	75
4.10.3.	ÁRABES	75
4.10.4.	ASIÁTICOS	75
4.10.5.	NEGROS	76
4.10.6.	OUTROS BRASILEIROS	76
4.11.	EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA CIDADE DE SÃO PAULO	76
4.12.	RELIGIÃO	76
4.12.1.	IGREJA CATÓLICA ROMANA	76
4.12.2.	IGREJAS PROTESTANTES	77
4.13.	POLÍTICA MUNICIPAL	77
4.13.1.	SUBDIVISÕES	77
4.14.	ECONOMIA	78
4.15.	EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	78
4.15.1.	INDICADORES EDUCACIONAIS	79
4.15.2.	ENSINO SUPERIOR	79
V - GESTÃO INSTITUCIONAL		80
5.	GESTÃO DA POLÍTICA ACADÊMICA ADMINISTRATIVA	82
5.1.	ESTRUTURA INSTITUCIONAL	83
5.2.	REGIMENTO INTERNO DA MANTIDA	83
5.3.	ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES	84
5.4.	AUTONOMIA DA MANTIDA EM RELAÇÃO À MANTENEDORA	84
5.5.	AUTONOMIA ADMINISTRATIVA	84
5.6.	PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	84
5.7.	EXISTÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS	85
5.8.	PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	85
META:	85
AÇÕES ESPECÍFICAS:	85
5.9.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	86
META:	86
AÇÕES ESPECÍFICAS:	86
5.10.	RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE	87
VI – IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS		89
6.	CURSO DE GRADUAÇÃO	90
META:	90
AÇÕES ESPECÍFICAS:	90
6.1.	CURSO PRETENDIDO - GRADUAÇÃO	90
AÇÕES ESPECÍFICAS:	91
6.2.	CURSOS PRETENDIDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)	91
META:	91
AÇÕES ESPECÍFICAS:	91
6.3.	PROGRAMAÇÃO PARA RECONHECIMENTO DE CURSOS	92
6.4.	CURSOS DE EXTENSÃO	92
VII – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA		93
7.	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	93
META:	93
AÇÕES ESPECÍFICAS:	94
7.1.	COORDENAÇÃO DO CURSO	94
META:	95
AÇÕES ESPECÍFICAS:	95
7.2.	REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICOS	95

META:	96
AÇÕES ESPECÍFICAS:	96
7.3. ATENÇÃO AOS DISCENTES	96
7.4. FORMAS DE ACESSO	97
7.5. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	98
7.6. SUB-PROGRAMAS COM INVESTIMENTO INSTITUCIONAL	100
7.7. SUB-PROGRAMA COM INVESTIMENTO GOVERNAMENTAL	100
7.8. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	100
7.8.1. PRINCÍPIOS	101
7.9. PROGRAMAS DE ESTÍMULOS	101
AÇÕES ESPECÍFICAS:	101
7.10. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	102
7.11. PERFIL DO INGRESSANTE	102
7.12. PERFIL DO EGRESSO	103
7.13. COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS	104
7.14. ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO	104
7.15. PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	105
7.16. APOIO PEDAGÓGICO	105
7.17. ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO	106
7.18. SALA INTEGRADA DE ALUNOS COORDENADORES E PROFESSORES	106
7.19. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ALUNO	107
7.20. CURSOS DE NIVELAMENTO	107
7.21. POLÍTICAS DE ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS	108
7.22. APOIO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	108
7.23. MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÕES DE ALUNOS	108
7.24. BOLSAS DE ESTUDO E DE TRABALHO	109
7.25. MONITORIA	109
7.26. SELEÇÃO DE CONTEÚDOS	109
VIII - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS	114
8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO	114
8.1. PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	114
8.1.1. APRENDIZAGEM AUTO DIRIGIDA:	115
8.1.2. APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS OU CASOS:	115
8.1.3. APRENDIZAGEM EM PEQUENOS GRUPOS DE TUTORIA	116
8.1.4. APRENDIZAGEM ORIENTADA PARA A COMUNIDADE	116
8.1.5. APRENDIZAGEM APOIADA EM SIMULAÇÃO	117
8.2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E OUTRAS ATIVIDADES PRÁTICAS INTEGRADAS AO ENSINO TEÓRICO	119
META:	119
AÇÕES ESPECÍFICAS:	119
8.2.1. REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	119
8.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	120
META:	120
AÇÕES ESPECÍFICAS:	120
8.3.1. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	120
8.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESTUDOS INDEPENDENTES	120
META:	121
AÇÕES ESPECÍFICAS:	121
8.4.1. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	121
8.5. PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	122
META:	122
AÇÕES ESPECÍFICAS:	122
8.6. PROJETO DE EXTENSÃO	122
IX – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL	124

9.	CONDIÇÕES DE TRABALHO	124
META:	124
AÇÕES ESPECÍFICAS:	125
▣	QUADRO 10: COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE	125
9.1.	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO DOCENTE	125
9.2.	DEDICAÇÃO AO CURSO	125
9.3.	PLANO DE CARREIRA DOCENTE	126
META:	126
AÇÕES ESPECÍFICAS:	126
9.4.	PLANO DE CARREIRA DOCENTE	126
9.5.	PLANO DE CAPACITAÇÃO	126
I – OBJETIVOS.....	126
II – ESTRATÉGIAS.....	126
III - PRÉ-REQUISITOS	127
IV – GERENCIAMENTO	127
V – FINANCIAMENTO	128
VI - DISPOSIÇÕES GERAIS	128
AÇÕES ESPECÍFICAS:	128
9.6.	CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE 2020/2024	129
QUADRO 11: CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE (TITULAÇÃO).....	129
META:	129
QUADRO 12: CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE (REGIME DE TRABALHO)	129
META:	129
AÇÕES ESPECÍFICAS:	129
9.7. CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO	130
9.7.1. PLANO DE CARREIRA TÉCNICO ADMINISTRATIVO	130
9.7.2. POLÍTICA DO PESSOAL TÉCNICO/ADMINISTRATIVO	130
9.7.3. PARA O PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	131
9.7.4. ATIVIDADES PERMANENTES	132
9.8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO.....	133
9.9. CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO	133
QUADRO 13: CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	133
X – INSTALAÇÕES	134
10. POLÍTICAS PARA INFRAESTRUTURA	134
10.1. METAS E AÇÕES	135
10.2. INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	136
10.2.1. INSTALAÇÕES GERAIS	137
10.3. SALAS DE AULA	137
10.4. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	137
10.5. INSTALAÇÕES PARA DOCENTES	137
10.6. INSTALAÇÕES PARA AS COORDENAÇÕES DOS CURSOS.....	138
10.7. ÁREA DE CONVIVÊNCIA E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, DE RECREAÇÃO E CULTURAIS.....	138
10.8. INFRAESTRUTURA DE ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS	138
10.9. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.....	138
10.10. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA.....	139
10.11. ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES E DISCENTES	139
10.12. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA.....	139
10.13. EXISTÊNCIA DE REDE DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA (INTERNET)	139
10.14. SERVIÇOS.....	139
A) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	139
B) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.....	140
10.15 BIBLIOTECA	156
10.15.1 ESPAÇO FÍSICO E INSTALAÇÕES	156

10.16 ACERVO.....	156
A) LIVROS.....	156
B) PERIÓDICOS.....	156
C) INFORMATIZAÇÃO.....	157
D) BASE DE DADOS.....	157
E) MULTIMÍDIA.....	157
F) JORNAIS E REVISTAS.....	157
G) POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO.....	157
10.17 SERVIÇOS.....	158
A) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	159
B) APOIO NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS.....	159
C) CATALOGAÇÃO.....	159
D) SUPORTE AOS USUÁRIOS.....	159
E) COMPETÊNCIAS DOS FUNCIONÁRIOS DA BIBLIOTECA.....	159
XI - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	160
11. RECURSOS HUMANOS.....	161
11.1. RECURSOS FINANCEIROS.....	161
11.2. RECURSOS MATERIAIS.....	161
11.3. RECURSOS PATRIMONIAIS.....	162
11.4. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	162
11.5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS.....	162
11.5.1. COMPOSIÇÃO DA RECEITA.....	162
11.5.2. ESTRATÉGIA DE GESTÃO.....	164
AÇÕES ESPECÍFICAS:.....	164
XII - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	165
12. OBJETIVOS.....	165
12.1. METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DO PDI/PPI.....	166
12.2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	167
META:.....	167
AÇÕES ESPECÍFICAS:.....	167
12.3. INTRODUÇÃO - CPA.....	168
12.4. CONCEPÇÃO.....	168
12.5. PRINCÍPIOS.....	169
12.6. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA.....	170
12.7. OBJETIVOS GERAIS.....	171
12.8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	171
12.9. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA CPA.....	172
12.10. REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AUTO AVALIAÇÃO (CPA).....	172
12.11. CRONOGRAMA DA CPA.....	172
12.12. METODOLOGIA E INSTRUMENTOS.....	174
12.13. ESTRATÉGIAS.....	175
12.14. DIMENSÕES AVALIADAS.....	177
12.15. RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	178
12.16. TOMADA DE DECISÃO.....	179
12.17. META-AVALIAÇÃO.....	179
12.18. RELATÓRIOS.....	179
12.19. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA CPA.....	180
XIII – CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO DO PDI/PPI.....	181
XIV - CRONOGRAMA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA IES.....	182
XV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183

As informações obtidas a partir do estudo dos sistemas naturais e a sua integração numa visão transdisciplinar e coerente do mundo poderiam determinar uma transformação, urgente e necessária, da nossa atitude diante do real. Deste modo, poderá começar uma nova era do conhecimento, era na qual o estudo do universo e do homem se sustentarão um ao outro.

Balsara Nicolescu

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

- Nome: **EDUCAWORLD EDUCACIONAL - EIRELI**
- CNPJ: 30.975.428/0001-10
- Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado - com fins lucrativos - Sociedade
- Código MEC: 17313
- Endereço: Avenida Doutor Eduardo Cotching, n.º 184
- Bairro: Vila Formosa
- Município: São Paulo
- Estado: São Paulo
- CEP: 03356-000

1.2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

- 
- Nome: **FACULDADE UNIDA DE SÃO PAULO**
 - Sigla: FAUSP
 - Código MEC: 24168
 - Endereço: Rua Serra de Botucatu, nº 968
 - Bairro: Tatuapé
 - Município: São Paulo
 - Estado: São Paulo
 - CEP: 03317-000
 - Processo de Credenciamento EMEC: 201903146

1.3. BASES LEGAIS DO PDI

- Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005;
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação;
- Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006;
- Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005;
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017;
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017;
- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017;
- Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017;
- Portaria Normativa nº 741, de 02 de Agosto de 2018;

- Portaria Normativa nº 742, de 02 de Agosto de 2018;
- Resolução CNE/CES nº. 02, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE N° 02, de 01° de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e licenciaturas);
- Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/99 e Dec. nº 4.281 de 25/06/02);
- Informações acadêmicas (Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010);
- Disciplina de Libras (Dec. N°5.626/2005);
- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, nº 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho 2004 junho de 2004);
- Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES nº 01, de 17/06/2010;
- Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, 27/12/12);
- Política de Educação Direitos Humanos (CNE/CP nº 8, 06/03/2012, CNE/CP nº 1, 30/05/2012);
- Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria nº 1.224, de 18/12/2013;
- Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei nº 10.861/2004;
- Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria N° 1.132, de 02 de dezembro de 2009;
- Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012.

Ressalte-se que estudos e ações da comunidade acadêmica pautaram-se pelo disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde se lê em seu Art. 205, *in fine*, que a educação visa “[...] ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e que, dentre outros princípios, o ensino será ministrado com base no “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...]” (Art. 206, III), visando-se sempre a garantia de padrão de qualidade (Art. 206, VII).

1.4. APRESENTAÇÃO

O desempenho da gestão pública ou privada reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados e constitui um tema de interesse aos cidadãos de qualquer país. A sociedade exerce pressões constantes, cobrando uma maior variedade e qualidade dos serviços prestados, com expectativas voltadas para a solução, a curto e médio prazo, dos problemas presentes.

Tais expectativas incorporam a espera por atuações mais proativas, envolvendo a redução de riscos e a estruturação de um planejamento para as ações futuras. Nesse contexto, os problemas correntes envolvem aspectos como o atendimento das várias demandas sociais, o uso eficiente de recursos, a precisão e a transparência sobre as informações e as ações desenvolvidas, bem como a coerência nessas ações.

Em outras palavras, a eficiência, a eficácia, a efetividade, o volume e a qualidade dos bens e serviços produzidos e oferecidos são aspectos que afetam diretamente a sociedade, envolvendo o bem-estar social e o desenvolvimento econômico do país. Dessa maneira, toda e qualquer mudança e esforços dedicados precisam estar orientados para o aperfeiçoamento do desempenho, que se manifestará em melhorias positivas na vida dos cidadãos. Para tanto, torna-se indispensável a adoção de ferramentas específicas para as fases de formulação, implementação e controle da estratégia organizacional, auxiliando os gestores nesses momentos considerados críticos para o alcance dos objetivos estipulados. Tais ferramentas devem viabilizar a gestão de diferentes indicadores pertinentes à estratégia da organização, bem como sua visualização de maneira adequada.

Nesse contexto se inserem as Instituições de Ensino Superior (IES) que, de modo geral, são organizações complexas, caracterizadas pela convivência de vários processos produtivos, agrupados em três grandes áreas: ensino, pesquisa e extensão. As IES possuem grande responsabilidade social, política, econômica, artística e cultural, sendo as responsáveis por promover o progresso intelectual da população, o que avulta sua importância no âmbito de uma nação. As IES trazem a sociedade, juntamente com suas demandas, para a sala de aula e para suas atividades de pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que proporcionam uma interação entre a academia e a comunidade em que está inserida. Essas ações e esforços resultam na criação de situações de aprendizado e de formação crítica do indivíduo, colaborando para a formação do capital humano, intelectual e tecnológico de um país.

Para ter prestígio e ser reconhecida, a IES deve ofertar ensino de qualidade, o que representa um grande desafio: promover eficiência administrativa juntamente com esta oferta de ensino. Nesse sentido, é exigido dos gestores “capacidade reflexiva, proativa, conhecimento, visão, capacidade de planejamento, coordenação, controle e avaliação dos processos gerenciais”, de modo a possibilitar melhorias no desempenho da IES.

Em tal cenário se enquadra o planejamento estratégico, ferramenta que se tornou o centro das atenções da alta administração de todos os tipos de organização, sejam elas com ou sem fins lucrativos, públicas ou privadas, grandes ou pequenas. O planejamento estratégico corresponde a ações positivas que uma organização poderá realizar para enfrentar ameaças e aproveitar oportunidades presentes no ambiente. Ou seja, o processo de planejamento é voltado para a gestão das relações com o futuro e possui estreita ligação com a tomada de decisão que busca influenciar as ações e resultados futuros da organização.

É preciso definir os objetivos e os meios para alcançá-los, possibilitando às organizações a projeção do seu futuro a favor de objetivos que estejam alinhados com sua missão e visão institucionais. Ademais, trata-se de um processo que força os gestores a refletirem sobre o que é mais e menos importante para a organização e para o seu futuro, estimulando a concentração em pontos relevantes.

O planejamento na IES é representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), importante ferramenta de auxílio, que subsidia o desenvolvimento do planejamento institucional dessas organizações. O PDI constitui tanto uma forma de avaliação das instituições pelos órgãos responsáveis, como um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas pela IES, assim como um instrumento de gestão.

Ao englobar elementos que influenciam a melhoria da qualidade do ensino, na uniformidade das tarefas administrativas e na gestão financeira eficiente, ele colabora para os objetivos de eficiência, eficácia, efetividade e transparência. O PDI deve possibilitar a fundamentação de um diagnóstico sistêmico estratégico e também as bases para reflexão, formulação, implementação e gestão dos planos de ação fomentadores do desenvolvimento integral pertinentes para o horizonte futuro estabelecido.

A partir da sua elaboração, é possível acessar informações relevantes que auxiliarão na manutenção da competitividade da IES e possibilitarão melhor controle dos recursos financeiros, viabilizando o investimento em áreas relevantes para a melhoria do desempenho institucional. O PDI da IES foi elaborado tomando como base ferramentas já presentes no contexto empresarial, tais como a análise SWOT e *Balanced Scorecard (BSC)* dentre outras. Além disso, quando do uso dessas ferramentas, é preciso acrescentar questões específicas relacionadas às IES particulares e às legislações que as regem.

O PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a IES no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. Assim o PDI protocolado junto ao processo em tramite de credenciamento da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP para o período de 2020 a 2024, avaliado pelos órgãos competentes, deverá ser atualizado em relação a datas e valores na data de sua efetiva implantação.

II - CONTEXTO INSTITUCIONAL

O Projeto Institucional da Instituição de Ensino Superior – IES concretiza-se através de uma Política Acadêmica Institucional moderna, que tem como dimensão ética a construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil. Dessa forma, apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2020 a 2024) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional – PPI como parte do processo de institucionalização que visa ordenar sua existência, seguindo diretrizes que orientam o seu desenvolvimento e consolidam sua proposta de Faculdade diferenciada, que prioriza a qualidade acadêmica em todos os níveis.

Estamos seguros de que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI concomitante com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI é um sólido indicativo de que a IES vive, mesmo, um momento privilegiado por conseguir desenvolver seus projetos numa conjuntura concreta. No período em que a educação, em particular, atravessa uma fase dramática da sua história e exige das instituições de ensino o máximo de criatividade e sólido compromisso, a IES renova sua fé no trabalho e no progresso do Brasil.

O PDI/PPI - FAUSP busca orientar o movimento político - administrativo da Instituição e é o resultado de um processo que tem como sujeitos a comunidade acadêmica, os fundadores e outros diversos membros engajados. Nosso Plano propõe um sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade. Constitui-se numa peça normativa das práticas acadêmico-administrativas que devem orientar outras peças existentes, como seu Regimento, Projeto Político Pedagógico e Planejamento Estratégico. O desenvolvimento da IES que deve ser compreendido no Plano de Desenvolvimento Institucional, com suas categorias, constituirá o norte do movimento político-administrativo até que os agentes históricos produzam novas condições para novas mudanças. EAD

Assim, a realização da IES parte de uma realidade objetiva das Faculdades de natureza particular, com espírito público que é o seu concreto. Desenvolve-se sustentada em discussões internas, decorrentes de posições plurais de seus agentes, tendo como conteúdo a indissociação do ensino, pesquisa e extensão, contextualizada na realidade profissional. E a sua eficiência deve ser balizada na capacidade de dar respostas às necessidades de sua comunidade, seja no âmbito conjuntural, seja no estrutural, segundo a ética que a orienta. Enfim, como Planos de uma Instituição Educacional atual, direcionaremos nossos esforços na consecução de valores que caracterizam o cidadão de sua comunidade, tais como o de liberdade, igualdade, justiça social, solidariedade, a serem concretizados na vivência da herança cultural.

São tais valores que nortearão o trabalho da IES e a formação de cidadãos conscientes de sua transitoriedade, bem como das necessidades de educação contínua numa sociedade livre, justa e fraterna.

O PDI/PPI se empenhará na expansão de uma nova relação entre o progresso social e o exercício da cidadania, como sendo um dos fatores que podem contribuir para consolidar os valores democráticos. Isto fica patente com a assunção de algumas metas que são próprias do ideário da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP:

- O atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade moral;
- A conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;
- A identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção de desenvolvimento sustentável do País.

2. METODOLOGIA

As ferramentas utilizadas na elaboração do PDI da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP foram à análise *SWOT* que enfoca no diagnóstico interno e externo, explicitando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, a construção de cenários e o *BSC*, por meio das quatro perspectivas propostas – financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento – buscando oferecer o caminho para a IES estruturar suas estratégias e objetivos para mensurar seu desempenho organizacional. Assim, foi utilizada mais de uma ferramenta de forma concomitante, já que cada uma dessas ferramentas contribui de modo diferente e complementar no processo de elaboração de um planejamento estratégico adequado. O Quadro 2 apresenta os principais atributos de cada ferramenta, buscando explicitar a complementaridade entre elas.

Quadro 01: Ferramenta de Gestão

FERRAMENTA	PRINCIPAL OBJETIVO
Análise SWOT	Diagnóstico do ambiente interno (forças e fraquezas) e do ambiente externo (oportunidades e ameaças)
Construção de cenários	Analisar possíveis situações futuras da IES, possibilitando respostas mais rápidas.
BSC	Gestão do desempenho organizacional, baseado em indicadores de quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos, aprendizado e crescimento.

2.1. ANÁLISE SWOT

Durante a década de 60, a análise *SWOT* foi proposta pelos professores Kenneth Andrews e Roland Christensen, da *Harvard Business School*, com o intuito de auxiliar as organizações na elaboração de seus Planejamentos Estratégicos. Com essa finalidade, a análise *SWOT*, ou análise *FOFA* em português, permite a identificação de quatro elementos: Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

Quadro 02: Análise SWOT

		DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA	
		FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
Origem das variáveis	Fatores Internos	Forças	Fraquezas
	Fatores Externos	Oportunidades	Ameaças

A partir da categorização de fatores ambientais significativos, tanto internos como externos à IES, a análise *SWOT* permite identificar competências e formas de atuação no mercado, o que favorece o estabelecimento de estratégias organizacionais e planos de ação que foquem no alcance de um ou mais objetivos organizacionais. Por refletir a situação da organização de forma global, essa ferramenta é utilizada para realizar o diagnóstico estratégico, visando à melhoria contínua. A análise *SWOT* também é conhecida por sua simplicidade, incentivo à colaboração, menor custo, flexibilidade e integração entre as diversas áreas organizacionais. Ademais, o mapeamento da organização e do seu ambiente influencia na harmonia com esse ambiente no qual ela está inserida.

Para a elaboração da análise *SWOT* é preciso conhecer as variáveis que interferem substancialmente nas ações promovidas pelo gestor, de modo a abarcar todos os elementos propostos pela análise no momento da elaboração do planejamento estratégico, visto que eles influenciarão as ações das organizações. No entendimento de Drucker, o planejamento não deve ser realizado unicamente com base na análise rotineira e interna da organização, mas deve incluir o ambiente externo que abarca as oportunidades de mercado, de maneira dinâmica, e que contém as ameaças que podem impactar no planejamento e na execução das ações da organização. As “fraquezas” são definidas com base na análise de quais habilidades podem prejudicar ou interferir negativamente em um negócio. É necessário investir nessas áreas de modo a aprimorá-las para possibilitar maior competitividade no mercado. A IES deve se perguntar quais motivos levaram à escolha, por parte do cliente, pela concorrência; se a mão de obra é capacitada; e quais áreas devem ser reformuladas para alcançar os objetivos da IES ou mesmo para competir com seu concorrente mais forte.

O primeiro elemento, “força”, refere-se às aptidões da organização e seu diferencial em relação aos concorrentes. Como se trata de um elemento interno à organização, ele está sob seu controle. Alguns questionamentos podem facilitar a identificação da “força” por parte da instituição, tais como: quais são os recursos mais promissores da IES?; e qual é a sua principal aptidão? As forças externas que impactam negativamente a organização são chamadas de “ameaças”, que podem prejudicar o planejamento estratégico e os resultados almejados, caso a IES não atente a elas.

A organização não é capaz de controlá-las, mas a formulação de planos de contingência pode auxiliá-la. Nesse ponto a IES pode se questionar: está ocorrendo alguma mudança significativa nos preços dos fornecedores ou na disponibilidade de recursos importantes para a IES? Houve mudanças no comportamento dos alunos, da sociedade, da economia? Houve alterações na legislação e regulamentação do setor? Há novas tecnologias ou recursos inovadores que as IES concorrentes estão adotando?

Já as “oportunidades” são aquelas forças externas que possuem impacto positivo na organização. Elas apontam possibilidades para a organização prosperar. Para explicitar as oportunidades que possam estar presentes, a IES pode se questionar: que oportunidades existem no mercado ou em quais ambientes existem benefícios? Houve crescimento recente do mercado ou ocorreram outras mudanças que poderiam gerar oportunidade? Houve mudanças na legislação que podem trazer oportunidades para a IES? Trata-se de uma oportunidade em curso ou durará apenas um curto período de tempo? Nesse contexto, a combinação dos quatro elementos da *SWOT* gera diferentes estratégias.

Quadro 03: Posturas Estratégicas

		ANÁLISE EXTERNAS	
		Oportunidades	Ameaças
ANÁLISE INTERNA	Forças	Desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> · de mercado · de produtos · financeiro · de capacidade · de estabilidade · de diversificação 	Manutenção: <ul style="list-style-type: none"> · estabilidade · nicho · especialização
	Fraquezas	Crescimento: <ul style="list-style-type: none"> · internacionalização · parceria · expansão 	Sobrevivência: <ul style="list-style-type: none"> · redução de custos · desinvestimento · liquidação do negócio

O principal foco da análise *SWOT* é a definição de estratégias com vistas a manter pontos fortes, reduzir a ocorrência de pontos fracos, usufruir das oportunidades e se proteger de possíveis ameaças. A organização adotará estratégias específicas caso algum dos elementos domine os demais, visando sua manutenção, sobrevivência, desenvolvimento ou crescimento.

A IES está inserida em um ambiente competitivo. Dessa forma, a análise *SWOT* se faz de extrema necessidade, já que a gestão e os resultados pretendidos pelos gestores, e esperados pela população, são impactados por diferentes variáveis internas e externas à organização.

Dessa forma, a análise *SWOT* auxilia no levantamento e análise dos quatro elementos a fim de elaborar e consolidar o planejamento da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP.

2.2. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

Complementarmente à análise *SWOT*, é possível construir cenários que tentem retratar possíveis situações futuras da IES e do ambiente em que ela se encontra. Trata-se de uma ferramenta que contribui para o sucesso do planejamento estratégico, por meio de uma adequada avaliação do ambiente interno e externo. A construção de cenários é considerada uma ferramenta valiosa, pois auxilia as organizações a se prepararem para possíveis eventualidades, tornando-as mais flexíveis e inovadoras.

Considerando o atual contexto mercadológico, caracterizado pela complexidade, incerteza, mudanças constantes e inovações recorrentes, a construção de cenários representa uma ferramenta bastante útil. A criação de cenários propicia reflexão e ensaios acerca de diferentes futuros possíveis, evitando que a organização se acomode. Além disso, estimula o pensamento estratégico e auxilia na superação de limitações, favorecendo a investigação de novas possibilidades antes não consideradas.

Na área de planejamento estratégico a ferramenta de criação de cenários tem sido frequentemente utilizada pelo setor privado e pela administração pública, dada a oferta de diferentes futuros possíveis que, por sua vez, dependem também das decisões que serão tomadas ao longo do tempo. O crescimento em seu uso se dá, principalmente, pelo fato de o processo de administração estratégica ser constante e dinâmico, refletindo modificações que possam ocorrer nas condições ambientais ou organizacionais. A presença dessas alterações requer que ajustes sejam realizados, e simulações de possíveis cenários acabam assumindo destaque à medida que minimizam a importância desses ajustes, bem como a sua frequência. Isso porque conforme as incertezas aumentam cresce a exigência por ponderação e por uma observação mais cuidadosa acerca das possibilidades futuras da realidade em que a organização se insere e para a qual se prepara.

Os métodos e técnicas utilizados para elaborar cenários, apesar de não eliminarem as incertezas e/ou determinarem exatamente a trajetória futura, colaboram para a restrição de possíveis caminhos para os quais a realidade analisada pode evoluir. Em outras palavras, a elaboração de cenários procura explorar as alternativas que se mostram mais prováveis de ocorrer, visando antecipá-las por meio do exame e da ordenação das diversas probabilidades de tendências e pontos de mudança.

A existência de diferentes cenários possíveis, determinados pela IES com base em suas expectativas sobre o ambiente, auxilia os gestores a articular distintos modelos mentais, colaborando para a sua tomada de decisão. As implicações de futuras descontinuidades são evidenciadas e podem ser identificadas a natureza e o momento dessas implicações, possibilitando a projeção das consequências de determinada tomada de decisão ou política adotada. Cada cenário conta uma história de como vários elementos podem interagir em certas circunstâncias.

Nesse sentido, criar cenários é um esforço voltado para a realização de detalhamentos críveis e coerentes acerca de possíveis contextos futuros, e não um trabalho de predição. Nos cenários são destacados elementos significativos para as decisões que deverão ser tomadas, assim como apresentados os condicionantes da circunstância atual e cada conjunção futura. Não há apenas uma abordagem para a criação de cenários, mas sim diversas metodologias para a geração de cenários com várias características comuns. De maneira geral, essas metodologias enfatizam a definição de problemas, identificação de direcionadores-chaves, *stakeholders*, tendências, limitações e outras questões de maneira sistemática, além de elencá-los por nível de importância e incerteza. Entre diversos autores reconhecidos na área, *Schoemaker* apresenta uma estrutura bastante utilizada para a construção de cenários. O autor chama atenção para o fato de os cenários retratarem futuros possíveis, mas não apresentam estratégias específicas para lidar com eles. A intenção é ver o futuro de forma ampla e em termos de tendências e incertezas. O processo de desenvolvimento de cenários perpassa 10 etapas, descritas a seguir:

- Etapa 01 – definir o escopo: determinar o prazo e o escopo da análise, em termos de produtos, mercados, áreas geográficas e tecnologias.
- Etapa 02 – identificar os principais *stakeholders*: quem tem interesse nas questões consideradas? Quem será afetado por elas? Quem poderia influenciá-las? É preciso identificar quem é (clientes, fornecedores, concorrentes, empregados, governo, etc.) e quais os papéis desempenhados por eles, seus interesses e posições de poder.
- Etapa 03 – identificar tendências básicas: quais tendências políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, legais e industriais certamente afetam as questões identificadas na etapa 1? É preciso descrever resumidamente cada tendência notada, incluindo como e por que ela exerce influência sobre a organização. Pode-se representá-las em um diagrama, apontando quais são os impactos positivos, negativos ou incertos dessas tendências sobre a estratégia atual. Deve-se chegar a um consenso de que essas tendências continuarão no futuro.

- Etapa 04 – identificar incertezas chaves: quais eventos – cujos resultados são incertos – irão significativamente afetar as questões com as quais a empresa está preocupada? Para cada incerteza é preciso determinar um resultado possível. Entretanto, é importante manter simples, com poucas possibilidades para cada incerteza. É possível também considerar combinações entre essas incertezas.
- Etapa 05 – construir temas iniciais para os cenários: de posse das tendências e incertezas, já é possível construir cenários. A gestão deve escolher duas palavras extremas, colocando elementos positivos de um lado e elementos negativos de outro. Destaca-se que eles devem ser julgados como positivos e negativos frente à estratégia atual, já que diante de outras estratégias essa perspectiva pode ser alterada. Uma forma é resgatar as duas incertezas mais importantes e mesclá-las para determinar as palavras chave utilizadas nos extremos.
- Etapa 06 – checar consistência e plausibilidade: o que foi alcançado na etapa 5 ainda não é um cenário pronto. É preciso verificar inconsistências internas, averiguando (a) se as tendências são compatíveis com a estrutura temporal escolhida; (b) se o cenário está combinando resultados de incertezas que realmente estão juntos (ex. pleno emprego e baixa inflação não ocorrem juntos; (c) se a maior parte dos *stakeholders* está em locais ou papéis que eles não gostam e que há possibilidade de mudança, pois, se sim, o cenário pode evoluir para outro. É importante, então, descrever esse cenário final, que é mais estável.
- Etapa 07 – desenvolvimento de cenários de aprendizagem: identificar temas que são estrategicamente relevantes e organizar as tendências e os resultados envolvidos com eles. Um cenário é uma história e é preciso captar sua essência através de seu título. Os títulos e temas são pontos focais que permitirão o desenvolvimento e o teste dos cenários.
- Etapa 08 – identificação de necessidades de pesquisa: conhecer mais a respeito daquelas incertezas que são pouco conhecidas pela organização, realizando pesquisas a fim de aprofundar o entendimento e ter maior propriedade para elaborar cenários mais consistentes e condizentes com a realidade.
- Etapa 09 – desenvolver modelos quantitativos: após completar as pesquisas adicionais, é preciso reavaliar as consistências internas dos cenários e verificar se alguma das interações pode ser retratada por meio de modelos quantitativos. A elaboração desses modelos auxilia a quantificação das consequências de diferentes cenários, como, por exemplo, comportamento de preços, taxas de crescimento, fontes de recursos, dentre outros.
- Etapa 10 – evoluir para cenários de decisão: em um processo iterativo é preciso convergir todos os elementos levantados nas etapas anteriores para cenários que possam ser, eventualmente, usados para testar estratégias e gerar novas ideias. Reveja todos os passos e avalie se aqueles cenários estruturados estão retratando as questões reais enfrentadas pela organização.

É importante que os cenários sejam como arquétipos: devem descrever genericamente diferentes futuros e não variações de um deles. Ademais, é preciso que conste, em cada um deles, um equilíbrio ou um estado no qual o sistema poderia existir por algum período de tempo.

2.3. BALANCED SCORECARD (BSC)

O *Balanced Scorecard* - BSC é uma ferramenta de gestão elaborada por *Kaplan e Norton*, no início da década de 1990, que traduz a visão de negócio num conjunto abrangente de medidas, orientadas para o desempenho futuro. Amplamente utilizada pelas empresas para avaliar e gerir o desempenho organizacional tem como base o uso de indicadores de diferentes perspectivas de análise do negócio, de modo a balancearem-se entre si. O instrumento enfatiza quais medidas financeiras e não financeiras devem estar presentes no sistema de avaliação, devendo ser disseminadas em todos os níveis da organização, de forma a colaborar para o alcance de resultados mais efetivos.

O modelo do BSC, a partir da visão e missão corporativas, decompõe esses elementos em diferentes pontos de vista – perspectivas –, segundo a visão de acionistas, clientes, empregados e outras partes que possam estar interessadas na organização, alinhando a linguagem e facilitando o seu entendimento. Ou seja, as perspectivas fornecem uma estrutura para o BSC por meio da qual é possível traduzir a estratégia em termos operacionais. O BSC integra, assim, medidas para as estratégias de negócio em pelo menos quatro dimensões: financeira, cliente, processos internos e conhecimento e crescimento. A Figura 1 apresenta as quatro dimensões básicas do BSC:



As métricas e os objetivos utilizados são derivados de um processo de cima para baixo (*top-down*): a partir da missão e da estratégia da unidade de negócio, faz-se o detalhamento, traduzindo-os em medidas tangíveis para toda a organização. As métricas representam um balanceamento entre medidas externas (para os *shareholders* e alunos) e medidas internas (processos críticos de negócio, inovação e aprendizado e crescimento), bem como medidas de resultado – consequências de esforços passados – e medidas que dirigem o desempenho futuro. As quatro áreas críticas do BSC são caracterizadas a seguir:

a) Perspectiva do cliente – para escolher as medidas representativas desta área, a IES deve identificar seu cliente- alvo/segmento de mercado e suas demandas e expectativas com relação à empresa, de forma a propor valor para servi-los, ou seja, elaborar uma estratégia para criar valor e diferenciação do ponto de vista do aluno. A organização deve desenvolver direcionadores de desempenho que lidarão com a melhoria desses indicadores e com o alinhamento das expectativas de ambos os lados. Normalmente, serão escolhidas medidas que incluem, por exemplo, satisfação do consumidor, lealdade desse consumidor, fatia de mercado (*Market share*), taxas de retenção e entrada de novos clientes.

b) Perspectiva dos processos internos – são identificados e mensurados os processos chaves que a IES deve executar com excelência (custo, qualidade e tempos de ciclo), de forma a continuar agregando valor para os alunos e, conseqüentemente. Ademais, estão incluídas nessa perspectiva medidas de processos de inovação que criam novos produtos e serviços. É importante definir as prioridades estratégicas para os vários processos internos, de forma a satisfazer tanto o aluno quanto o *shareholder*. As informações obtidas na perspectiva anterior irão possibilitar a identificação e o delineamento dos processos chaves para satisfazer às necessidades do cliente, bem como o desenvolvimento das melhores medidas e objetivos que levem à melhoria desses processos ou, até mesmo, à implementação de novos.

c) Perspectiva de aprendizagem e crescimento – as medidas dessa perspectiva são as habilitadoras para as outras três perspectivas. Por isso, representam a base sobre a qual o *BSC* está construído. Faz-se necessária a definição de elementos que criem um clima que apoie a mudança, a inovação e o crescimento organizacional. Aqui, são identificadas as medidas que auxiliam a empresa a solucionar problemas relacionados aos capitais humano, informacional e organizacional. As medidas típicas dessa perspectiva estão relacionadas com a motivação dos funcionários, retenção, capacidades e alinhamento, bem como com capacidades dos sistemas de informação e disponibilidade de informação.

d) Perspectiva financeira – representa um componente crítico no *BSC*, uma vez que deve-se delinear a estratégia para o crescimento, a lucratividade e os riscos sob a perspectiva do *shareholder*. Os objetivos e as métricas escolhidos devem revelar se a execução da estratégia traçada está levando a melhorias nos resultados financeiros da organização. Além disso, essa perspectiva serve como foco para os objetivos e as medidas em todas as outras perspectivas. Podem estar incluídas aqui métricas relacionadas a lucratividade, crescimento da receita, aumento da produtividade e melhoria no uso de ativos.

Nesse sentido, o *BSC* é mais que um sistema tático ou operacional de mensuração: ele pode ser utilizado como um sistema de gerenciamento estratégico, gerenciando as estratégias organizacionais a longo prazo. Isso porque para cada uma das perspectivas é preciso definir seus respectivos objetivos, ações e indicadores, que servem para mensurar a evolução da organização em cada uma delas. *Kaplan* chama atenção para o fato de que as iniciativas devem existir para auxiliar as organizações a alcançarem objetivos estratégicos, e, portanto, são meios e não fins.

A mensuração da estratégia e do desempenho deveria focar em quais “saídas e resultados” a organização objetiva alcançar, não em quais iniciativas ou programas estão sendo implementados. Dessa forma a IES utiliza o *BSC* para: clarificar e traduzir a visão e estratégia; comunicar e vincular objetivos estratégicos e medidas; planejar, especificar alvos e alinhar iniciativas estratégicas; e melhorar o *feedback* estratégico e o aprendizado. Em suma, o *BSC* será usado, basicamente, em duas funções: como uma ferramenta de comunicação e como um sistema de mensuração.

Como uma das possibilidades de implementação do *BSC*, pode-se utilizar uma sequência de três grandes etapas distintas:

- a) Planejamento estratégico, momento em que são definidas a missão, visão de futuro, onde a empresa quer estar no longo prazo, a análise de pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças da organização (análise *SWOT*), que irão subsidiar a formulação da estratégia da organização;
- b) Estratégia em ação: nesta etapa o *BSC* é utilizado para traduzir a estratégia em objetivos, indicadores, metas e planos de ação; e
- c) Monitoramento: etapa em que a estratégia é analisada e revisada através do *BSC*.

Já *Niven* aponta os principais passos envolvidos no desenvolvimento do *BSC*:

- I. Desenvolver ou confirmar a missão, valores, visão e estratégia;
- II. Confirmar o papel do *BSC* na estrutura de gestão do desempenho;
- III. Selecionar as perspectivas do *BSC*;
- IV. Rever materiais relevantes para as decisões;
- V. Conduzir entrevistas com gestores;
- VI. Criar o mapa estratégico;
- VII. Recolher *feedbacks*;
- VIII. Desenvolver medidas de desempenho;
- IX. Desenvolver metas e iniciativas;
- X. Desenvolver um plano de implementação contínua.

Dorweiler e Yakhou apresentam um detalhamento das perspectivas e quais elementos podem constar em cada uma delas, como mostra o Quadro 04.

Quadro 04: Perspectivas do BSC relacionadas às IES.

PERSPECTIVAS	ELEMENTOS
CLIENTE	Estudantes, empregados, faculdades, alunos, pais, inovações de ensino, imagem pública, reputação das faculdades, qualidade do serviço e melhoria contínua.
PROCESSOS INTERNOS	Excelência no ensino, qualidade da faculdade, currículo de excelência, inovação, eficiência e efetividade do serviço, questões estratégicas.
INOVAÇÃO E APRENDIZAGEM	Ensino e aprendizado de excelência e inovação, desenvolvimento da faculdade, liderança em tecnologia, inovação em ensino/aprendizagem, inovações e melhorias no programa e currículo, melhorias pedagógicas, aprendizado com valor agregado, aprendizado para a vida, qualidade das instalações, sistemas de recompensa, processo direcionado para a missão.
FINANCEIRA	Levantamento de fundos, lucros das operações, investimento em capital humano, gestão financeira e relações externas, imagem pública.

2.4. MANTENEDORA

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

Constituída a entidade mantenedora os associados e outros membros do grupo já tinham em mãos esboço do projeto da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP fruto da experiência de cada um e de todos, previamente discutido e devidamente maturado.

2.5. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Neste novo milênio, em sintonia com as metas a que se propõe o Brasil, a IES lança-se a novos desafios. Com o país no limiar da retomada do desenvolvimento, é crescente a demanda por excelência em educação e aprimoramento dos modelos de gestão.

Aliando a qualidade acadêmica e experiência acadêmica de seu corpo docente ao sólido conhecimento das dinâmicas e práticas do mercado, a IES conceberá uma oferta diversificada para as necessidades e expectativas tanto da área pública quanto de entidades privadas e seus profissionais. A plêiade de produtos e serviços, abrangendo programas de cursos, consultoria e bens de informação, entre outras linhas de atuação, atenderá à demanda da sociedade brasileira.

2.6. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA

- Nome: Guilherme Boracini Trevelin
- CPF: 442.424.828-33
- Cargo: Diretor Presidente
- Nacionalidade: Brasileiro

2.7. DIRIGENTES PRINCIPAIS DA IES

- Nome: Luciene Parra Boracini Trevelin
- CPF: 051.098.248-43
- Cargo: Diretora Geral
- Nacionalidade: Brasileira

- Nome: Guilherme Boracini Trevelin
- CPF: 442.424.828-33
- Cargo: Diretor Administrativo/Financeiro
- Nacionalidade: Brasileiro

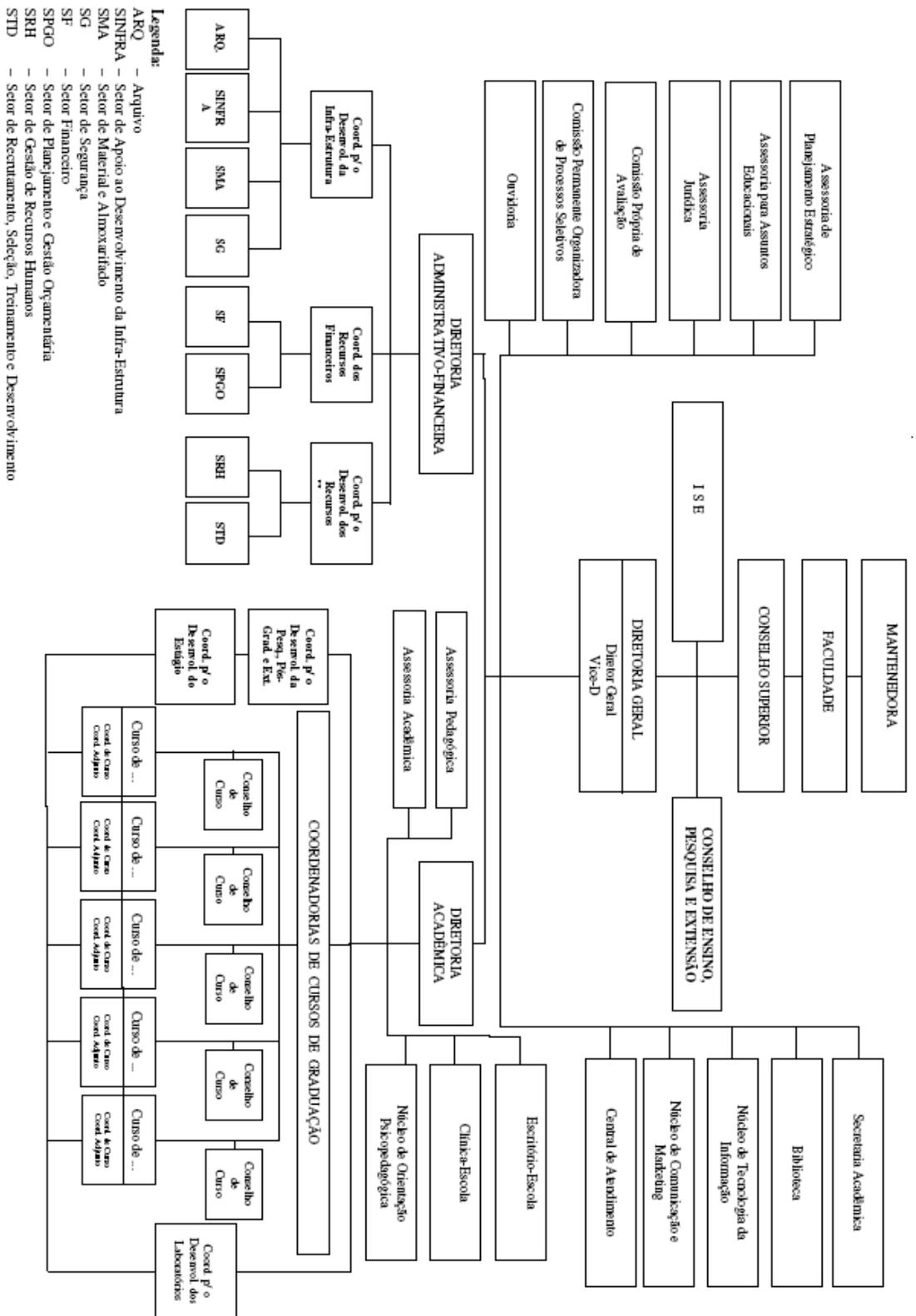
- Nome: Fábio Cardoso dos Santos
- CPF: 251.330.518-32
- Cargo: Diretor Acadêmico
- Nacionalidade: Brasileiro

- Nome: Renato Wagner de Souza
- CPF: 187.525.638-55
- Cargo: Diretor de Relações Institucionais
- Nacionalidade: Brasileiro

- Nome: Valdirene Pocani da Rocha
- CPF: 192.628.138-13
- Cargo: Diretora de Extensão e Ações Comunitárias
- Nacionalidade: Brasileira



2.8. ORGANOGRAMA DA IES



- Legenda:**
- ARQ – Arquivo
 - SINFR A – Setor de Apoio ao Desenvolvimento da Infra-Estrutura
 - SMA – Setor de Material e Almoxxurifado
 - SG – Setor de Segurança
 - SF – Setor Financeiro
 - SFGO – Setor de Planejamento e Gestão Organizantária
 - SRH – Setor de Gestão de Recursos Humanos
 - STD – Setor de Recrutamento, Seleção, Treinamento e Desenvolvimento

III - MISSÃO DA IES

“A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP tem por missão Desenvolver, difundir e preservar o conhecimento e a cultura pelo ensino, pesquisa e extensão buscando permanentemente a excelência no atendimento das necessidades de formação de profissionais qualificados e empreendedores nas diversas áreas do conhecimento, bem como no desenvolvimento do Brasil.”

Parte do princípio de que o profissional do futuro deverá considerar as necessidades da população pensada na sua totalidade e não apenas em termos de grupos privilegiados ou dominantes. Considera, ainda, imprescindível levar em conta as tendências da realidade socioeconômica e cultural do país e a criação de um sistema de valores, suficientemente abrangente e culturalmente significativo, capaz de orientar a ação do futuro profissional, por meio de uma ética profissional consistente, embasada em princípios de respeito ao próximo e de respeito a si mesmo.

3. FINALIDADE INSTITUCIONAL

A finalidade de nossa Instituição de Educação em Ensino Superior é estimular a criação cultural e o desenvolvimento do profissional, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades.

A educação do cidadão de forma continuada, verticalizando-se com a aquisição de complexas competências, são fundamentais para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a agilidade e a qualidade na formação de graduados, ligados diretamente ao mundo do trabalho, viabilizarão o aporte de talentos humanos necessários à competitividade, ao mesmo tempo em que amplia as oportunidades de novos empreendimentos.

Os Cursos Superiores surgem como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira. Criando condições para quebrar as amarras que os burocratizavam, flexibilizando-os e possibilitando a sua contínua adequação às tendências contemporâneas de construção de itinerários de profissionalização e de trajetórias formativas e de atualização permanente, em consonância com a realidade laboral dos novos tempos.

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP possui os seguintes fins ideais:

- Contribuir para a formação de pessoas nas diferentes áreas de conhecimento profissional, aptos para a inserção em setores e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;

- Incentivar o trabalho de pesquisa científica, visando ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, da criação e difusão da cultura;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Possibilitar o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.
- Promover, no exercício de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento harmônico e integrado de sua comunidade, com vista ao bem-estar social, econômico, político e espiritual do homem;
- Preservar os valores éticos, morais, cívicos contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem estar do homem;
- Ser uma instituição aberta à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de todas as faculdades intelectuais, físicas e espirituais do homem.

Essa concepção aponta para uma educação em processo contínuo e autônomo, fundamentada no desenvolvimento de competências exigíveis ao longo da vida profissional das pessoas. Estabelecendo padrão no desenvolvimento de um processo pedagógico que garanta uma formação básica sólida, com espaços amplos e permanentes de ajustamento às rápidas transformações sociais geradas pelo desenvolvimento do conhecimento, das ciências e da tecnologia. Em suma, o projeto político pedagógico do curso da IES caminha para a criatividade e a inovação, condições básicas para atendimento das diferentes vocações e para o desenvolvimento de competências para atuação social e profissional em um mundo exigente. Assim, consoante com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os princípios definidos pela reforma da Educação, os currículos dos Cursos Superiores da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP serão estruturados em função das competências a serem adquiridas e serem elaborados a partir das necessidades oriundas do mundo moderno. O objetivo é o de capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação) e na difusão de conhecimento, na gestão de processos e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos do mundo atual.

3.1. PRINCÍPIOS E VALORES DA IES

Desenvolvimento Humano:

- Respeito e valorização do ser humano;
- Foco nas pessoas e na qualidade de vida;
- Condições adequadas de higiene e segurança do trabalho;
- Desenvolvimento dos Talentos Humanos;
- Solidariedade.

Eficiência, Eficácia e Efetividade:

- Delegação coordenada;
- Geração de valor;
- Simplificação e Gestão integrada de processos;
- Aperfeiçoamento contínuo;
- Atitude proativa;
- Meritocracia;
- Sustentabilidade;
- Institucional;
- Planejamento sistêmico;
- Foco nos propósitos e objetivos;
- Foco nos resultados e na qualidade;
- Defesa dos princípios e valores;
- Formação de lideranças para governança.

Cooperação e Integração:

- Valorização do trabalho em equipe;
- Gestão participativa;
- Liderança integradora;
- Alinhamento e convergência de ações.

Integração Ensino, pesquisa e Extensão:

- Interdisciplinaridade;
- Aplicabilidade dos estudos;
- Educação superior inclusiva.

Transformação Social:

- Promoção do desenvolvimento regional;
- Foco na missão e visão institucional;
- Permanente atuação nas políticas estratégicas do Estado;
- Defesa dos direitos humanos;
- Defesa da diversidade étnica, cultural e da biodiversidade;
- Proatividade frente aos anseios da sociedade.

Transparência e Moralidade:

- Inovação, monitoramento e avaliação permanentes;
- Responsabilidade Social;
- Visibilidade da produção;
- Coerência nas atitudes e práticas;
- Zelo pela imagem e patrimônio;
- Compartilhamento de informações e conhecimento;
- Garantia do interesse coletivo.

Com o objetivo de produzir e transmitir conhecimentos e experiências destinados a propiciar ao ser humano a construção do seu projeto de vida, que lhe dê acesso, segundo suas necessidades, aos bens e serviços que a civilização oferece. E, também, assegurar-lhe a participação na construção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais cooperativa e mais pluralista.

Esta instituição de ensino superior possui a convicção profunda de que atualmente é mais importante formar do que transmitir conhecimentos porque a sociedade de hoje nos pede profissionais polivalentes e com a clara consciência de que terá que se adaptar a quaisquer circunstâncias e atividades diferentes.

A IES está empenhada no desenvolvimento de suas funções com ações voltadas para a transdisciplinaridade. Não se limitará a considerar a ciência e a tecnologia, mas refletirá sobre os seus usos, possibilidades e limites.

Considera, ainda, imprescindível levar em conta as tendências da realidade socioeconômica e cultural do país e a criação de um sistema de valores, suficientemente abrangente e culturalmente significativo, capaz de orientar a ação do futuro profissional, por meio de uma ética profissional consistente, embasada em princípios de respeito ao próximo e de respeito a si mesmo.

A LDB/96, incorporando o estatuto da convivência democrática, estabelece que o processo de elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico é essencial para a concretização da autonomia da escola. O processo deve ser democrático. Assim, nossa proposta pedagógica é a “marca registrada” da escola, que configura sua identidade e o seu diferencial.

3.2. OBJETIVOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

Os princípios organizacionais são balizamentos para o processo decisório e para o comportamento da organização no cumprimento de sua missão. Já os valores são preceitos essenciais e permanentes de uma organização. Como um pequeno conjunto de princípios de orientação perenes, não requer nenhuma justificativa externa: têm valor e importância intrínsecos e são importantes para aqueles que fazem parte da organização.

3.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA INSTITUIÇÃO

São objetivos específicos da IES:

- a. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico-tecnológico do pensamento reflexivo do futuro profissional.
- b. Formar cidadãos/profissionais, em cursos e programas de nível superior.
- c. Estimular e apoiar práticas investigativas, desenvolvidas por professores e alunos, estas, sob a supervisão docente.
- d. Estender à comunidade social cursos e programas, a partir do ensino e da pesquisa desenvolvidos no âmbito da faculdade.
- e. Promover intercâmbio e cooperação com instituições de ensino dos diversos graus, tendo em vista o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia.
- f. Participar no processo de desenvolvimento socioeconômico regional, como organismo de consulta, assessoramento e prestação de serviços, em assuntos relativos aos diversos campos do saber em que atuar.
- g. Promover cursos de pós-graduação, de atualização, de extensão e de treinamento profissional, a fim de atender aos reclamos da sociedade em que está inserida.
- h. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e difundir o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- i. Orientar as práticas investigativas e a extensão como suporte qualitativo ao ensino de graduação.
- j. Desenvolver competências gerenciais orientadas para resultados, a fim de aperfeiçoar processos e fluxos de trabalho.

- k. Desenvolver competências profissionais tecnológicas para a gestão de processos de produção de bens e serviços;
- l. Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- m. Cultivar o pensamento reflexivo, a autonomia intelectual, a capacidade empreendedora e a compreensão do processo, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do espírito científico;
- n. Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, a criação artística e cultural e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- o. Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- p. Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

3.4. METAS INSTITUCIONAIS

Credenciar a IES e autorizar seus cursos conforme cronograma estabelecido no item (Curso Pretendido – PDI), com o conceito mínimo (04 - QUATRO).

DIMENSÃO I			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Consolidar a missão institucional e os documentos de referência MEC/INEP e demais instituições reguladoras	Capacitar os colaboradores para o exercício de suas atividades atendendo às políticas institucionais da IES e aos documentos de referência do MEC/INE e demais instituições reguladoras.	Divulgar a ideologia corporativa da IES – missão, visão e valores;					
		Divulgar as Políticas Institucionais descritas no PPI/PDI evidenciando sua aplicação, entre outros, nos projetos de Ensino, iniciação científica e Extensão, no atendimento ao discente, na contratação, qualificação e avaliação docente, na gestão da IES, no relacionamento com a comunidade;					
		Analisar/estudar e divulgar os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES e CONAES para a gestão das IES.					
Implementar o PDI	Utilizar o PDI como documento de referência para as ações institucionais.	Definir orçamento comprometido com as meta e cronograma do PDI;					
		Avaliar sistematicamente o cumprimento das Metas e Ações previstas no PDI.					
		Instituir e manter Programa de Gerenciamento por meio de Indicadores Chave de Processos					

		Elaborar relatórios semestrais de monitoramento						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

DIMENSÃO II			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	OBJETIVO	1	2	3	4	5
Capacitar gestores do cursos, corpo docente e corpo técnico administrativo para atuação, em consonância com os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES, CONAES e com as Políticas Institucionais da IES.	Gestores do curso, corpo docente e técnico administrativo atuando em conformidade com os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES, CONAES e com as Políticas Institucionais da INSTITUIÇÃO.	Divulgar e debater as concepções filosóficas e as Políticas Institucionais da IES explicitadas no PPI orientando sua aplicação em todas as atividades da instituição e em especial nos cursos de graduação;					
		Atualizar o Projeto Pedagógico do Curso - PPC visando uma organização curricular que apresente plena coerência com as Políticas de Ensino, pesquisa e extensão da IES, com os objetivos de curso, com o perfil do egresso definido nas DCN e com os indicadores de qualidade definidos nos instrumentos de Avaliação de Curso;					
		Estruturar os Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs para atuarem em conformidade com o que estabelece a Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010;					
		Implantar programa de formação continuada para a capacitação de coordenadores de curso, NDEs, docentes e técnico – administrativos para a atuação fundamentada nas resoluções do CNE e do CONAES, nas orientações do SINAES e nas Políticas Institucionais da IES;					
		Estruturar o Setor de Gestão Pedagógica a fim de alinhar as ações deste às demandas emanadas dos órgão reguladores e também do processo Ensino aprendizagem					
Manter atualizado o PPC	PPC coerente com a Missão da Instituição, com as políticas institucionais definidas no PPI e com as orientações do CNE e MEC/INEP.	Revisar o PPC visando uma organização curricular que apresente plena coerência com os a Políticas Institucionais da IES, com os objetivos de curso, com o perfil do egresso definido nas DCN e com os indicadores de qualidade definidos nos instrumentos de Avaliação de Curso;					
Implantar a cultura da Avaliação Sistemática do PPC	PPC do curso atualizados conforme os padrões de qualidade definidos pelo MEC/INEP	Avaliar sistematicamente o PPC por meio do Colegiado de curso e do NDE, no que se refere ao conteúdo, metodologia, infraestrutura disponível, acervo e formas de avaliação.					
		Definir ações decorrente dos resultados obtidos nas avaliações.					
Promover a formação do aluno numa visão generalista, evitando a fragmentação do conhecimento.	Atividades acadêmicas planejadas e executadas de forma interdisciplinar, superando a fragmentação do conhecimento.	Implementar atividades interdisciplinares como: projetos integradores, trabalhos de campo, visitas técnicas, seminários de natureza interdisciplinar, estudo de caso e					

		outros;					
		Implementar sistema de avaliação integrador de desempenho dos alunos que abranja o conjunto de conteúdos trabalhados até o momento da avaliação.					
Incentivar a educação continuada	Aumentar a participação de alunos e egressos em programas de Educação Continuada	Realizar Seminários, Encontros, Congressos, Semana Científica, Palestras e Debates como instrumento de conscientização para a Educação Continuada fomentando o desejo e a necessidade de continuidade dos estudos					
		Incentivar a participação em Projetos de Iniciação Científica e de Extensão por meio das Atividades Complementares e de Programa de Bolsa de Iniciação Científica e de Extensão;					
		Ofertar cursos de Pós-graduação articulado com o curso de graduação existentes.					
Definir as Atividades Complementares como relevantes no processo de formação do aluno	Dar ao componente curricular Atividades Complementares a mesma relevância para a formação que as disciplinas, o estágio e os trabalhos de conclusão de curso configurando-a como espaço para a formação diferenciada e flexibilidade curricular	Incentivar a realização projetos de iniciação científica e extensão (Programa de Bolsas);					
		Explicitar no PPC o compromisso das atividades complementares na formação dos alunos;					
		Incentivar a participação de alunos em Encontros, Conferências e Congressos;					
		Incentivar a participação de alunos em atividades de prática profissional extracurriculares;					
		Incentivar a participação de alunos na Monitoria;					
		Incentivar a prática de estudos independentes.					
Diminuir a evasão de alunos pelo baixo desempenho acadêmico	Manter ações de nivelamento que propiciem taxa de evasão por questões acadêmicas.	Acompanhar o desempenho dos alunos em cada avaliação cuidando para a execução das atividades de Nivelamento, se possível, ainda durante o processo de ensino aprendizagem;					
		Manter programa de monitoria para apoio a ações de nivelamento.					
Compatibilizar a oferta de cursos com o aproveitamento de recursos existentes, a infraestrutura instalada A viabilidade/estabilidade financeira e as novas demandas do mercado.	Adequação do portfólio de Cursos de graduação, atualmente em oferta, para fortalecer as áreas com maior demanda e a infraestrutura instalada	Fazer análise de demanda para todos os cursos em oferta na IES;					
	Prospectar, sempre que possível, novos cursos de graduação para atender à demandas de capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico e social da região onde a Instituição se encontra inserida.	Reestruturar, se necessário, o portfólio de cursos.					
		Realizar estudos prospectivos e análise de cenários para garantir a oferta e execução dos novos cursos, e em consequência: a) Elabora os Projetos Pedagógicos; b) Capacitar docentes para atuar nos novos cursos; c) Implantar infraestrutura em consonância com os referenciais de qualidade e as necessidades do curso.					
Ampliação de vagas do curso já existentes, observando o		Realizar estudos prospectivos e análise de cenários para garantir a ampliação					

	desenvolvimento regional e a demanda percebida no processos seletivos.	de vagas; Elaborar os planos de adequação de corpo docente, infraestrutura física e acervo para atendimento aos possíveis aumentos de vagas.						
Contribuir para a qualificação de recursos humanos através da oferta de cursos dentro do Programa de Educação Continuada.	Oferta de cursos de pós-graduação "Lato Sensu", por área de conhecimento relativa aos cursos de graduação da IES conforme pesquisa de mercado e demanda.	Realizar estudos prospectivos das necessidades de qualificação das empresas da região para consolidação de parceria e oferta de curso de pós-graduação lato sensu.						
		Elaborar os Projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação "Lato Sensu" atendendo ao que estabelece a legislação vigente.						
	Gestão integrada dos procedimentos acadêmicos da Pós-graduação	Modernizar e integrar o sistema de registro acadêmico, para melhorar o processo de gestão e acompanhamento da Pós – Graduação.						
Promover a participação efetiva de docentes e discentes da IES no desenvolvimento de projetos de pesquisa/iniciação científica voltados, (sempre que possível) para o estudo e resolução de problemas da região de influência da Instituição.	Integrar de forma efetiva participação de alunos e docentes em projetos de pesquisa/iniciação científica como fundamento do processo de formação dos alunos.	Implementar a iniciação científica de forma marcante no projeto pedagógico evidenciando-a no Regulamento de Atividade Complementares.						
		Desenvolver projetos de iniciação científica voltados (sempre que possível) para o estudo resolução de problemas e demandas da região de influência da Instituição.						
		Realizar Semana Científica, de abrangência regional, para apresentação e intercâmbio de trabalhos de pesquisa/iniciação científica.						
		Estimular a participação de alunos e docentes em Encontros, Conferências Congressos para apresentação de trabalho desenvolvidos nos cursos de graduação e pós – graduação da IES.						
		Criar e manter em operação no Portal da IES, um espaço para divulgar a produção do conhecimento na IES, disponibilizar estas informações periodicamente para a imprensa local, regional e nacional.						
		Promover a inserção da IES nos Programas de PIBIC do CNPq.						
		Fomentar a interação dos pesquisadores institucionais com o setor empresarial para transferência e aplicabilidade do conhecimento gerado.						
		Firmar parcerias ou convênios com empresas que apresentem contrapartida financeira para viabilizar a realização de projetos de pesquisa.						
		Manter Programa de Bolsa de Pesquisa/Iniciação Científica.						
		Definir a participação diferenciada de docentes em atividades de orientação de projetos da Iniciação Científica com relevante para fins de progressão						
Promover a participação da IES no	Configurar a IES como instituição responsável pela divulgação a	Estabelecer parcerias com instituições artísticas culturais da região de						

desenvolvimento de projetos artísticos e culturais	preservação da Memória Cultural e do Patrimônio Cultural da região de CIDADE;	inserção para o fomento de projetos culturais.					
		Colocar à disposição de instituições artísticas culturais os meios disponíveis na IES para realização de ações de desenvolvimento cultural e artístico.					
		Definir como relevante a participação de docentes e discentes em atividade culturais e artísticas associadas aos cursos de graduação.					
1) Promover a democratização do Conhecimento acadêmico e a participação efetiva da INSTITUIÇÃO na comunidade através de Projetos/Atividades de Extensão preferencialmente de cunho interdisciplinar e que propiciem uma visão integrada da realidade social; 2) Atender, sempre que possível e dentro da capacidade implantada, as demandas sociais da região de inserção da INSTITUIÇÃO articuladas com as políticas e prioridades institucionais.	Consolidar e ampliar as atividades de extensão e ação comunitária	Definir as atividades de extensão como relevantes nos projetos pedagógicos do curso evidenciando-a no regulamento de Atividades Complementares.					
		Alcançar 2% de alunos anualmente participando em ações de extensão.					
		Realizar fóruns periódicos com a sociedade civil, discutindo temáticas específicas, tais como violência, educação, saúde, inclusão social, emprego.					
		Fomentar parcerias com os poderes públicos, organizações e instituições comunitárias, associativas e privadas que viabilizem sinergias para atividades conjuntas em benefício dos vários segmentos da sociedade.					
		Desenvolver ações para atender as demandas sociais da região de inserção da IES, articuladas com as políticas e prioridades institucionais Incentivando a articulação do curso com a comunidade, mediante adoção de convênios que propiciem campos de formação e de prestação de serviço.					
	Trabalhar os estágios curriculares supervisionados buscando além da formação do acadêmico o atendimento às necessidades da comunidade.						
Adotar política de desenvolvimento da extensão com projetos autossustentáveis.	Desenvolver Projetos/atividades de extensão sustentados em parceria com instituições públicas e privadas.						

DIMENSÃO III			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
	a) Objetos de pesquisa/iniciação científica focados nas demandas econômicas, tecnológicas e sociais da região de Inserção da IES; b) Defesa do Meio Ambiente e a sustentabilidade econômica – ambiental como premissas na formação dos alunos e nas ações de pesquisa/iniciação científica e extensão configurando-as de forma mais direta possível no PPC e nas diversas ações institucionais da IES; c) Auxílio efetivo na preservação da	Desenvolver atividade de extensão direcionadas para o atendimento de demandas de instituições de cunho social.					
		Implementar a Política de Acessibilidade prevista no PPI.					
		Realizar atividades de Extensão, através de parceria, voltadas para a defesa do Meio Ambiente.					
		Implantar programas voltados à preservação do meio ambiente, no âmbito da IES.					
		Estruturar o PPC com inclusão na					

Manter ações de responsabilidade social nos seguintes campos: a) Desenvolvimento Econômico e Social da região de inserção da IES; b) Defesa do meio Ambiente e Educação Ambiental; c) Inclusão Social e Educação em Direitos Humanos; d) Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural; e, e) Igualdade étnico-racial.	Memória Cultural e do Patrimônio Cultural da região colocando a IES como referência local; d) Atendimento ao disposto na Lei nº 11.645 de 10.03.2008 e na Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004) com a inclusão da Temática da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas disciplinas e atividades curriculares do curso; e) Atendimento ao disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 com integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente; f) Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; Atendimento ao disposto na Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Educação em Direitos Humanos.	organização curricular de estratégias relativas à Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.					
		Realizar atividades de Iniciação Científica voltadas para o estudo de problemas de interesse econômico e social e defesa do Meio Ambiente.					
		Apoiar ações de defesa da Memória Cultural e do Patrimônio Cultural propostas pela sociedade.					

DIMENSÃO IV			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Fortalecer a marca IES e consolidar sua imagem como instituição comunitária de referência em sua área de abrangência.	Marca da IES reconhecida em 1º lugar como instituição de ensino superior na região.	Implantar estrutura de marketing institucional.					
		Promover atividades de relações públicas que projetem a IES com a criação de canais oficiais de relacionamento.					
		Realizar permanente monitoramento da imagem institucional junto aos principais organismos governamentais, comunidade acadêmica interna e externa e setores produtivos de sua área de atuação.					
Ampliar a comunicação da IES com a comunidade interna	Ações institucionais socializadas propiciando à comunidade interna o conhecimento e a participação nas atividades desenvolvidas na IES	Disponibilizar no site institucional e em espaços públicos da IES: a) Projetos de Iniciação científica; b) Projetos de pesquisa; c) Projetos de extensão; d) Encontros, conferências, congressos e palestras; e) Programas de Monitoria e Nivelamento; f) Bolsas acadêmicas de monitoria, de pesquisa e extensão; g) Acordos e convênios firmados; h) Resultados das avaliações internas e externas; i) Produção científica dos docentes e discentes; j) Participação de docentes e discentes em eventos científicos; k) Relatórios da CPA; l) Resultados das Avaliações Externas: Comissões de especialista, ENADE, etc.					
		Conjunto de normas externas que	Disponibilizar no site institucional os				

	regulamentam as instituições de ensino superior socializadas para toda a comunidade.	seguintes documentos: a) Resoluções do Conselho Nacional de Educação; b) Portarias do MEC e do INEP incluindo: Instrumento de Avaliação de cursos e Instrumento de Avaliação Institucional; Diretrizes do ENADE; c) Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso – DCN.					
	Socializar o conhecimento do conjunto de normas internas que regulamentam as ações da IES.	Disponibilizar no site institucional e/ou em espaços públicos da IES os seguintes documentos: a) Identidade corporativa; b) Políticas Institucionais da IES; d) Guia Acadêmico; e) Manual do Candidato ao Processo Seletivo; f) Síntese dos PPCs (Objetivo do curso, Perfil do Egresso, organização curricular, corpo docente, infraestrutura) do curso oferecidos; g) Formação e a experiência profissional do corpo docente; h) Produção científica dos docentes e discentes; i) Resoluções dos órgãos colegiados; j) Resoluções da mantenedora.					
Ampliação da comunicação da IES com a comunidade externa	Melhoria do processo de comunicação e das relações da IES com a comunidade da região.	Ampliar as ações da Ouvidoria.					
		Implantar novas ferramentas em serviços de Comunicação Social – Marketing Interno e Externo.					
		Desenvolver programas de modernização e sistematização da comunicação institucional, visando alcançar eficiência na divulgação da informação e na tramitação dos processos.					
		Manter site institucional atualizado e disponível para a comunidade externa em todos os itens pertinentes definidos para a comunidade interna.					

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

DIMENSÃO V			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Atender às Políticas de Contratação de Corpo Docente, de Avaliação de Desempenho e aos indicadores de qualidade definidos nos instrumentos de referência do MEC.	Corpo docente com Titulação e Regime de Trabalho adequados aos referenciais de qualidade previstos nos instrumentos de referência MEC/INEP.	Divulgar os mecanismos/editais para seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente.					
Aprimorar a qualificação docente e avaliar o desempenho nas atividades de ensino-aprendizagem	Corpo docente capacitado e atuante no processo de ensino – aprendizagem dentro das premissas definidas na Lei 9394/96 e consagradas nas DCN de cada curso;	Orientar pedagogicamente o corpo docente na elaboração de objetos de estudo centrados na aprendizagem.					
		Apoiar/orientar os docentes na construção dos planos de ensino aprendizagem e estratégias metodológica de ensino e de avaliação centrados na aprendizagem.					
		Avaliar o corpo docente de cada curso					

		quanto à titulação, experiência profissional, integração aos objetivos do curso e perspectiva de qualificação.					
		Estruturar instrumento de avaliação docente envolvendo como critério a construção dos planos de ensino, o desempenho em sala de aula e os resultados de aprendizagem observados no ENADE.					
		Incentivar a participação de Docentes em Programas de Mestrado e Doutorado aprovados pelas CAPES.					
		Incentivar a participação em encontros, conferências e congresso para apresentação de trabalhos.					
		Elaborar Relatório de Estudo do Corpo Docente considerando o perfil do egresso constante no PPC para atendimento dos indicadores dos instrumentos de avaliação.					
Estimular a produção docente definindo indicadores de progressão compatíveis com os objetivos institucionais da INSTITUIÇÃO	Plano de Carreira Docente que atenda às necessidades e às peculiaridades da INSTITUIÇÃO - Missão, visão e valores institucionais.	Definir no Plano de Carreira critérios de progressão docente que permitam remunerar conforme o mérito acadêmico, desempenho compatível com a titulação e atendimento aos objetivos institucionais da IES.					
Atender às Políticas institucionais de Contratação e de Avaliação do Corpo Técnico – administrativo	Programa Institucional da Contratação e de Capacitação de Recursos Humanos adequado às necessidades da IES. Corpo técnico Administrativo qualificado para as atividades administrativas e acadêmicas da IES	Prospectar as necessidades de treinamento do pessoal técnico-administrativo tanto em gestão acadêmica quanto nas atividades específicas do curso.					
		Criar programas de capacitação do corpo técnico-administrativo.					
		Divulgar os mecanismos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do técnico administrativo.					
		Implementar Plano de Carreira específico para o corpo técnico-administrativo.					

DIMENSÃO VI			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Atender às Políticas de Gestão definidas no PPI: a) Manter órgão colegiado superior com representação de todo o corpo social: mantenedora, corpo docente, corpo técnico administrativo, corpo discente e comunidade; b) Manter colegiado de	Gestão colegiada com representação do corpo social da Instituição; Órgãos colegiados qualificados para a atuação em acordo com os documentos institucionais de referência e as normas e resoluções do CNE/CES MEC/INEP, CONAES.	Apoiar a livre organização e a escolha dos representantes dos diversos segmentos da Instituição.					
		Socializar no âmbito dos órgãos colegiados as normas e resoluções baixadas pelo CNE/CES, CONAES, MEC/INEP.					
		Definir no Regimento Geral e divulgar as atribuições dos órgãos colegiados.					

<p>curso com representação docente e discente; c) Garantir nas competências de cada órgão colegiado independência e autonomia acadêmica na relação com a mantenedora; d) Manter atuação legislativa coerente com a identidade corporativa, Políticas Institucionais e Documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES.</p>		<p>Divulgar no âmbito dos órgãos colegiados as Políticas Institucionais de referência da IES dispostas no PPI.</p>					
<p>Promover a melhoria da qualidade do processo administrativo, nas diversas áreas de atuação da instituição, por meio da análise dos fluxos administrativos, da melhoria do sistema de informação, da qualificação do sistema de gestão documental, da capacitação profissional e da modernização da estrutura organizacional</p>	<p>Gestão otimizada com a utilização do PDI/PPI - Plano de Metas e Ações como referência para a ação e a avaliação institucional.</p>	<p>Desenvolver modelos administrativos de gestão com padronização de fluxos e processos, observando o conceito de clientes internos e externos, tendo o aluno como foco principal.</p>					
		<p>Implantar uma política de Planejamento Institucional, voltada para a execução e acompanhamento do Planejamento estratégico e Tático-operacional como ferramenta de gestão.</p>					
		<p>Institucionalizar o Planejamento Estratégico Institucional e adequá-lo ao PDI.</p>					
		<p>Informatizar o controle dos processos administrativos e a gestão eletrônica de documentos.</p>					
		<p>Implantar o novo Estatuto e Regimento Geral da IES.</p>					
		<p>Implantar novo organograma e fluxograma da IES, com os respectivos mecanismos de ligação e interação entre instâncias institucionais para melhor distribuição de responsabilidade gerencial.</p>					
		<p>Desencadear um processo de reorganização de todos os setores da IES visando à racionalização e a construção coletiva de um novo organograma.</p>					
		<p>Regulamentar a prestação de serviços visando potencializar as condições de captação de recursos.</p>					
		<p>Ativar banco de dados institucional, como ferramenta de análise e de dados históricos que possibilite a implantação de sistema de suporte a decisão voltado para aprimoramento da gestão administrativo-acadêmica ;</p>					

DIMENSÃO VII			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Manter infraestrutura física capaz de atender às necessidades definidas no PPC, dando especial atenção às pessoas com necessidades especiais	Acesso de pessoas com necessidades especiais a todas as instalações e serviços da IES plenamente facilitado;	Manter o plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes					
	Manter atendimento às exigências legais para infraestrutura	Manter o atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente					
Racionalizar e modernizar os serviços e a infraestrutura: física, de equipamentos, logística e informática	Infraestrutura geral da IES otimizada e adequada ao atendimento das necessidades de ensino, iniciação científica, extensão.	Implantar e atualizar anualmente o Plano de Avaliação Periódica e Gerenciamento de Manutenção predial					
		Implantar Plano de Ação para otimizar o suporte tecnológico, os recursos didáticos e de TI, os laboratórios e bibliotecas para a realização das atividades acadêmicas e administrativas em linha com as prioridades acadêmicas e sustentabilidade financeira da Instituição					
		Instituir uma política de ampliação e renovação do acervo bibliográfico					
		Implantar e manter o Relatório de Adequação Bibliográfica, referendado pelo NDE.					
		Manter e ampliar convênios que visem a atualização do parque de software da IES.					

DIMENSÃO VIII			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Manter processo de Gestão por Resultado focado nos indicadores de qualidade definido pelo MEC e nas metas estratégicas da IES.	Cultura do Planejamento, Acompanhamento da Execução e Avaliação das Metas e Ações previstas no PDI implantadas na IES em todos os setores acadêmicos e administrativos.	Registrar, as ações desenvolvidas em consonância com o PDI, avaliando a execução e os indicadores alcançados.					
		Instrumentalizar as Políticas de Avaliação definidas no PPI.					
		Manter a infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA					
		Utilizar os resultados da auto avaliação institucional, os pareceres de comissões externas e os resultados de desempenho dos estudantes em avaliações externas como referência para a gestão institucional e de cursos.					

		Divulgar as ações acadêmicas e administrativas tomadas frente aos resultados das avaliações internas e externas.					
Consolidar o processo de Avaliação Institucional em articulação com o SINAES.	Avaliação institucionalizada	Dotar a CPA de recursos necessários para a coordenação e realização das atividades de Avaliação Institucional					
		Garantir que o processo de avaliação institucional seja norteador do planejamento e das ações institucionais, administrativas e pedagógicas.					
		Consolidar o processo de avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação,					
		Consolidar os sistemas de informações institucionais para subsidiar, continuamente, os processos de avaliação institucional.					
		Acompanhar os sistemas de avaliação de egressos					

DIMENSÃO IX			Cronograma (Vigência PDI)				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Oferecer ao corpo discente condições necessárias ao melhor desenvolvimento possível dos estudos envolvendo, entre outros: a) Nivelamento durante o processo; b) Apoio psicopedagógico; c) Oportunidade de participação na gestão institucional através de representação em órgãos colegiados; d) Participação dos egressos nas atividades de avaliação do PPC; e) Recursos de informática disponíveis para pesquisas e estudos; f) Programa de Bolsas Acadêmicas; g) Propiciar Formação continuada para egressos;	Estudantes menos favorecidos financeiramente com apoio institucional para continuar os estudos, de acordo com as normas filantrópicas da Instituição; Estudantes com baixo rendimento acadêmico com apoio em ações de nivelamento; Participação de egressos nas atividades de avaliação de curso; Propiciar aos egressos a continuação dos estudos – Programa de Educação Continuada; Atendimento psicopedagógico facilitado.	Manter programa de Bolsas Acadêmicas Sociais.					
		Manter Programa de Financiamento de Crédito próprio.					
		Ampliar atividades de nivelamento com a intervenção de professores e alunos monitores.					
		Disponibilizar orientação acadêmica para consulta a base de dados e desenvolvimento de trabalhos no Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da IES.					
		Divulgar para os egressos os encontros, conferências e congressos organizados pela Instituição e os cursos de pós-graduação.					
		Manter Programa de Relacionamento com o Discente por meio da Coordenação de Relacionamento Discente.					
		Criar mecanismos para reduzir a taxa de evasão.					
		Organizar base de dados com endereço eletrônico dos egressos.					
		Contínuo acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional.					
Disponibilização da base de dados com endereço eletrônico dos egressos.							

		Implementar o acompanhamento de egressos e criar novas ações que visem conhecer a opinião dos mesmos sobre a formação profissional recebida e saber o índice de ocupação no mercado de trabalho.					
		Manter parceria para o atendimento psicopedagógico.					

DIMENSÃO X			Cronograma (Vigência PDI)					
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5	
Aprimorar o processo de Gestão econômico-financeiro, ampliar a capacidade de desenvolvimento autossustentável e a viabilidade operacional e funcional da instituição.	Projetos com no mínimo 15% de retorno para garantir a sustentabilidade e os investimentos previstos; Indicadores financeiros por centro de custo e atualizados mensalmente; Aprimoramento do Ensino didático pedagógico - 8% do custeio de pessoal	Manter o planejamento orçamentário como instrumento de gestão associado às Metas institucionais definidas.						
		Diversificar, estimular e viabilizar outras fontes de receita.						
		Realizar estudos de viabilidade para a criação de novos cursos ou do curso já implantados, considerando a realidade política, econômica social da instituição e da região.						
		Regulamentar a prestação de serviços visando potencializar as condições de captação de recursos.						
		Criar estrutura específica para prospecção e contrato na prestação de serviços à comunidade local e regional.						
		Criar mecanismos para reduzir a taxa média de inadimplência.						
		Adotar medidas de racionalização e otimização do processo de gestão e captação de recursos financeiros, no âmbito da IES.						

3.5. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Para o cumprimento dessa meta, em harmonia com sua missão e objetivos institucionais, a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, adotará as seguintes ações institucionais, a serem detalhadas em cada função acadêmica específica implementada pelas coordenadorias de cursos, sob a supervisão da Diretoria, com avaliação periódica:

Promover a melhoria contínua dos cursos oferecidos à comunidade, mediante:

- a. Seleção de professores privilegiando a formação pós-graduada, da mais elevada para o menor nível (doutorado-mestrado-especialização), aliada à experiência docente, à experiência profissional no campo da disciplina e à produção intelectual e científica.
- b. Capacitação docente permanente,

- c. Implementação do plano de carreira docente, para retenção dos professores inovadores, criadores e participativos.
- d. Atualização periódica dos projetos pedagógicos dos cursos e das metodologias de avaliação e de ensino/aprendizagem.
- e. Atualização e ampliação contínua do acervo bibliográfico e das bases de dados.
- f. Investimento em tecnologia da informação, com ampliação para uso sistemático das redes, especialmente a Internet.
- g. Atualização tecnológica dos equipamentos e programas de informática e da tecnologia educacional.
- h. Ampliação e melhoria progressiva da infraestrutura física e operacional.
- i. Implementar cursos de pós-graduação, em nível de especialização, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino de graduação.

Estimular e apoiar as práticas investigativas, mediante:

- a. Treinamento de docentes e discentes.
- b. Inclusão de professores-pesquisadores em regimento de Tempo Integral.
- c. Implementação do plano de iniciação científica, com a concessão de bolsas a alunos vocacionados para essa função.
- d. Busca de fontes alternativas de financiamento para a pesquisa e a iniciação científica.

Promover a extensão, sob a forma de cursos e serviços, mediante:

- a. Designação de professores para essas funções, especialmente para a orientação aos discentes.
- b. Treinamento discente.
- c. Implementação do programa de monitoria.
- d. Busca de fontes de financiamento para o desenvolvimento dessa função, especialmente, a assinatura de convênios ou contratos com empresas da região ou com órgãos públicos (estaduais e/ou municipais).

Promover a capacitação contínua dos gestores educacionais, mediante:

- a. Oferta de cursos e programas de pós-graduação, com ênfase para os voltados para as funções administrativas, registro e controle acadêmicos, legislação educacional, organização e planejamento de ensino (projetos pedagógicos), sistemas de informação e relações interpessoais.

- b. Realização de seminários, painéis, simpósios e eventos similares, com a participação dos gestores da Faculdade, em todos os níveis hierárquicos, para troca de experiências e abordagens de problemas e soluções para o desenvolvimento das funções gerenciais.
- c. Institucionalização da avaliação, como instrumento de gestão, na busca da melhoria contínua dos serviços educacionais prestados pela Faculdade.

3.6. DIMENSÕES

Tendo em vista o referencial teórico do projeto acadêmico da Instituição, em seus enfoques contextual, conceitual e operacional, e a concepção de Graduação resumidamente aqui indicada, destacam-se alguns de seus princípios norteadores:

- Do geral para o particular: facilitando ao acadêmico ter sempre uma visão global do curso e da profissão, norteando seus passos e situando-o adequadamente em cada pormenor de sua formação;
- Do concreto para o abstrato: situando a teoria numa perspectiva de realidade concreta, de forma que o acadêmico realize sua análise e elabore sua síntese, ou seja, sua visão abstrata;
- Do sensível para o racional: elucidando que Educação é arte e arte é forma de conhecimento, já que “nada existe no intelecto que antes não tenha passado pelos sentidos”;
- Do empírico para o científico: orientando o acadêmico a construir sua formação teórico-científica de educador especialista, a partir de suas experiências pessoais anteriores;
- Do lúdico para o formalizado: facilitando ao acadêmico obter condições de formalizar conhecimentos a partir de um ambiente harmonioso com liberdade para criar, de diálogo intersubjetivo, de consenso compartilhado;
- Do qualitativo para o quantitativo: desenvolvendo no acadêmico uma percepção ajuizada para reconhecer a natureza do fenômeno estudado, captando suas qualidades, suas relações internas e externas para depois partir, então, para a quantificação;
- Do desempenho para a competência: associando teoria e prática, de forma que nosso diploma fornecido possa “realmente” traduzir-se em competência profissional.

3.7. ARTICULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI E PDI

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP demonstrar claramente articulação entre projetos, através das seguintes atividades:

- Formar Profissionais.
- Ser reconhecida como uma instituição de elevado padrão de excelência no desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa nas áreas de sua competência.
- Procurar atender as demandas de profissionais decorrentes das transformações ocorridas nos cenários nacional e internacional, em atendimento às necessidades crescentes, diversificadas e exigentes das organizações.
- Promover um esforço contínuo de inovação e aprimoramento de suas atividades no sentido de obter saltos qualitativos, com ênfase em novas tecnologias e formas alternativas de ensino, que permitam a construção de um processo de aprendizado dinâmico e estruturado.
- Adotar um estilo altamente profissional no gerenciamento de suas atividades, com objetivo de promover ações que contribuam de maneira significativa para a consecução dos objetivos da IES.

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP visa à formação de um profissional que tenha uma visão sistêmica de seu campo de atuação, com formação generalista e conhecimento eclético, que permita sua rápida adaptação às condições impostas pelo mercado; que possua espírito empreendedor, capaz de vislumbrar novas oportunidades ou nichos ainda não explorados. Ser referência na qualidade do ensino, da extensão e da pesquisa, promovendo formação integral do cidadão e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Para realização destes, a Instituição deve:

- Centrar seus interesses no aluno;
- Oferecer formação continuada;
- Incentivar a extensão, a pós-graduação e a pesquisa;
- Promover a excelência e a qualidade de seus serviços.

A Instituição ao implantar os Cursos Superiores tem como atividade precípua:

- Desenvolver e disseminar conhecimentos, no âmbito das organizações privadas e públicas, que possibilitem o pleno desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e sustentável.
- Aprimorar a excelência na qualidade de ensino, produção científica e pesquisa acadêmica de forma a estabelecer um referencial comparável às melhores instituições semelhantes do País.
- Contribuir, efetivamente, com o esforço de modernização que vem sendo perseguido pelo país, através da preparação de pessoal especializado, indispensável ao desenvolvimento harmônico e eficiente.

3.8. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Para a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, a educação é concebida como um instrumento que oferece ao indivíduo a oportunidade de construir a sua própria formação intelectual e profissional. Nessa linha filosófica, seu curso terá uma orientação de permanente estímulo à imaginação e à criatividade dos alunos, procurando exercitar seu raciocínio analítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão oral e escrita.

Do ponto de vista institucional, essa filosofia se traduz no compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, adotando procedimentos que orientem seu processo de aprendizagem e estimulem a conscientização do compromisso com sua própria formação, não só como profissional, mas também como cidadão responsável.

Esta forma de pensar exige a incorporação de uma nova pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Assim, compreender criticamente a educação implica em reconhecê-la como uma prática inscrita e determinada pela sociedade; implica ainda, entender que, embora condicionada, a educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos, ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A pedagogia que se inspira nessa concepção de educação, sem desconsiderar os condicionantes de ordem política e econômica, interessada em introduzir, no trabalho docente, elementos de mudanças que garantam a qualidade pretendida para o ensino, é coerente com esse pressuposto, e busca garantir, ao aluno, o acesso ao conhecimento socialmente acumulado.

O processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o aluno estabelece na interação com o meio (natural, social e cultural), cabendo ao professor exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados.

A compreensão acerca do processo de elaboração do conhecimento obriga à superação da abordagem comportamentalista da aprendizagem. Consequentemente, os métodos de ensino passam a fundamentar-se nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegia a atividade e iniciativa dos discentes.

Os métodos utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos alunos, favorecem a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao aprender a aprender.

Assim, a política de ensino da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP fundamenta-se em um processo de educação que permita a formação e o desenvolvimento de profissionais capacitados para atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para diagnosticar, desenvolver e implementar mudanças que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma geral, e, em particular, a Região de São Paulo.

São princípios subjacentes a essa política:

- Formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento;
- Preocupação com o atendimento das necessidades da sociedade e da Região de São Paulo no que tange à oferta de cursos e programas para a formação e qualificação profissional;
- Preocupação com os valores e princípios éticos;
- Flexibilização dos currículos, de maneira a proporcionar à discente certa autonomia na sua formação acadêmica;
- Monitoramento e atualização permanente dos projetos pedagógicos, sempre considerando as Diretrizes Curriculares e as demandas da Região;

3.9. POLÍTICA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

As políticas de Pós-graduação estão consubstanciadas em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade no ensino e na educação continuada, na pesquisa, na capacitação de corpo docente e na qualificação de cursos. O estabelecimento das políticas de pós-graduação partiu de pressupostos básicos que norteiam as ações e o diagnóstico da situação da pós-graduação da IES.

A Política de Ensino de Pós-graduação (*Lato Sensu*) da IES se define através das seguintes diretrizes:

- Desenvolvimento da pós-graduação, entendida como instrumento de preparação de pesquisadores, capazes de explicitar, em sua ação acadêmica, a indissociabilidade ensino, extensão e produção científica institucionalizada;
- Efetivação de ações articuladas e parcerias com universidades e outras instituições de pesquisa nacionais, visando à cooperação científica acadêmica, técnica e financeira, necessárias à qualificação dos programas interinstitucionais de pós-graduação *Lato Sensu*;
- Oferta dos cursos de pós-graduação definida a partir das carências pedagógicas e técnicas do corpo docente e técnico-administrativo da IES, especialmente quando desenvolvidos através de cursos de aperfeiçoamento e de especialização;

- Sensibilização aos egressos dos cursos de pós-graduação sobre a necessidade de seu próprio aperfeiçoamento e comprometimento com o desenvolvimento da Região de São Paulo, tornando-os aptos à promoção da pesquisa institucionalizada e do trabalho com a comunidade regional e nacional;
- Acompanhamento, controle e avaliação permanentes dos programas de pós-graduação; e
- Melhoria da qualidade da gestão do ensino de pós-graduação.

Também, é importante destacar que as políticas de pós-graduação devem perseguir a integração da graduação com a pós-graduação tendo em vista que este é um ponto de fundamental relevância para o desenvolvimento da educação em nível superior da IES.

3.10. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA

De acordo com o seu Regimento, a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP tem como princípio incentivar a pesquisa em todas as áreas de atuação dos seus cursos por meio:

- Concessão de bolsas em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;
- Concessão de auxílio para execução de projetos específicos;
- Oferta de oportunidades de frequência a cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras;
- Realização de convênios com instituições nacionais e estrangeiras, visando a programas de investigação científica;
- Intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando os contatos entre os professores e o desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa;
- Divulgação dos resultados das pesquisas realizadas;
- Promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos, bem como participação em iniciativas semelhantes de outras instituições.

A política de pesquisa proposta pela IES baseia-se na visão de que a pesquisa e a investigação científica não são somente instrumentos de apoio ao ensino, mas principalmente a forma mais importante de criação e desenvolvimento da ciência e do conhecimento. Assim, a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP admite que a pesquisa e a investigação científica sejam o mais importante instrumento pedagógico.

Nesse sentido, entende que os projetos de iniciação científica são essenciais na formação do aluno, despertando e aprimorando nos discentes a capacidade de diagnosticar e aprimorar os problemas enfrentados no dia-a-dia. Dentro dessa perspectiva, a IES se propõe a incentivar a investigação científica através de diversos mecanismos institucionais. Dentre esses mecanismos encontram-se a alocação de carga horária dos docentes para este fim. Ademais, a Instituição apoiará a participação e apresentação da produção científica e de seus resultados de alunos e professores em eventos científicos. A Instituição também subsidiará a viabilização da execução de projetos de pesquisa apresentados pelos docentes. As bolsas de iniciação científica a serem oferecidas pela IES também se configuram como incentivo à pesquisa. Além das bolsas disponibilizadas pela Instituição, os discentes também poderão ser agraciados com as bolsas oferecidas por órgãos de fomento que venham a firmar convênio com a IES.

3.11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EXTENSÃO

Para a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, a atividade de Extensão é uma maneira de aproximar a Instituição e a sociedade de uma forma integrada. A Instituição através da Extensão aplica os conhecimentos adquiridos a partir do ensino e da pesquisa, transferindo-os para a sociedade na medida de suas necessidades. Assim, a apreensão das demandas e das necessidades da sociedade é que irão orientar a produção e o desenvolvimento de novas pesquisas. Esse processo recíproco é importante para ambas as partes e caracteriza uma relação dinâmica entre a IES e o seu meio social.

Dentro dessa perspectiva, a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP conduzirá sua política de extensão para:

- A integração teoria e prática, a fim de preparar os alunos para a aplicação dos conhecimentos adquiridos por meio do ensino e da pesquisa;
- A participação dos alunos em projetos desenvolvidos para o curso;
- A valorização da participação dos discentes nas atividades relacionadas à extensão;
- A condução e estabelecimento de ações voltadas à responsabilidade social.

Os programas de extensão, articulados com o ensino e pesquisa, serão desenvolvidos sob a forma de atividades permanentes em projetos. Os serviços serão realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
- Participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica; e
- Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

3.12. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.

Considerando a cidadania entendida como a prática do direito ao acesso aos mesmos bens e serviços comuns a todos os cidadãos.

Considerando o espaço para desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, religiosas, dentre outras, exige exercício diário moldado pela ética nas relações sociais.

Considerando as desigualdades e discriminações para com a população negra é herança cultural do tempo do Brasil colônia, a qual precisa ser definitivamente superada, partindo de ponto comum de formação social coletivo: a escola.

Por isso, a função mediadora do Estado, implica o estabelecimento de sistemas de ensino democrático que promovam o livre acesso de todos os seus cidadãos, prioritariamente, das classes economicamente desfavorecidas ou historicamente marginalizadas. Observando a diversidade social, étnico-racial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) interpretou as determinações da Lei no. 10.639/2003 que introduziu, na Lei no. 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e determinou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana e indígena na matriz curricular do ensino no Brasil. Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos do Parecer CNE/CP no. 03/2004 e da respectiva Resolução CNE/CP no. 01/2004 estabelecem a educação com foco nas relações étnico-raciais como um núcleo dos projetos pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus. Nesse contexto, os Projetos Pedagógicos dos Cursos da IES incluem em seus conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares que ministram o estímulo a reflexão sobre as relações étnico-raciais. Com esta estratégia se entende que as questões inerentes a essa temática poderão ser enriquecidas de modo interdisciplinar de modo que se possa contribuir com a formação de cidadãos com posturas transformadas em nível social, promovendo a valorização e práticas éticas e solidárias. No processo de ensino-aprendizagem a abordagem de temas relacionados às relações étnico-raciais favorece a superação de conceitos arraigados pelo empirismo: ditos populares, charges, etc., ou fomentados por radicalismos: religiosos, de gênero, de procedência, uma vez que através da:

[...] educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público.

Para que a sociedade consolide essas premissas há necessidade do despertar da “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações”. (Constituição Federal, 1988)

A formação social brasileira tem origem em diferentes grupos étnico-raciais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos. Essa diversidade na matriz genealógica permitiu o multiculturalismo, e este fomentou uma cultura multicolor com traços físicos e místicos próprios. Aprender essa complexidade é ponto fundamental para uma cultura de tolerância, respeito e paz. Por isso, a Resolução CNE/CP nº. 01/2004 atua no sentido de promover, valorizar a identidade, cultura e história dos afro-brasileiros, a partir da garantia do reconhecimento e da igualdade entre as raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas. O desenvolvimento da proposta curricular para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do Curso visa articular a Educação nas Relações Étnico-Raciais em disciplina específica, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados na Resolução nº. 01/2004 e no Parecer CNE/CP 03/2004, estabelecendo adequações aos programas de ensino e seus conteúdos em diferentes disciplinas dos Cursos e atividades complementares.

O Programa será desenvolvido a partir do trabalho conjunto com os coordenadores e professores, planejando projetos interdisciplinares voltados para a compreensão da complexidade das Relações étnico-Raciais e atuantes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

Além do desenvolvimento do objeto de estudo na articulação e planejamento das disciplinas dos vários semestres no curso, também serão abordados através de assessoria direta do professor responsável, com possibilidades de atuação conjunta frente ao grupo de alunos, rompendo com a forma tradicional de trabalho para um trabalho cooperativo e comprometido com a função social do ensino, pesquisa e extensão.

3.13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 E DECRETO Nº 4.281 DE 25 DE JUNHO DE 2002)

A IES, como instituição de investigação e centro de educação técnica e superior, tem papel essencial na reconfiguração de mundo e, portanto, deve assumir a responsabilidade maior no processo de produção e incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional. Deve também propiciar aos profissionais educadores, fundamentos teórico-práticos indispensáveis para compreender, analisar, refletir e reorientar seu fazer profissional numa perspectiva ambiental.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a IES oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas dos currículos e contextualizados com a realidade da comunidade, a IES ajuda o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP guiada pela sua missão institucional busca responder positivamente à construção de uma consciência ambiental que promova “aquisição de valores, competências e habilidades que lhe permitam o exercício da cidadania com melhores condições de empregabilidade, tendo como eixo norteador a busca de um modelo de desenvolvimento sustentável”. Nesse contexto, a IES em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Projetos Pedagógicos de Cursos, realiza a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental na organização dos seus currículos da seguinte forma:

- Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- Como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
- Pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Nesse sentido, a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP realizará ações de ensino e extensão, assumindo o compromisso ético com a premissa ambiental.

3.14. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, CNE/CP N° 01, de 30/05/2012)

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005), ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras. No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros. Na pesquisa, as demandas de estudos na área dos direitos humanos requerem uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Na extensão a inclusão dos direitos humanos enfatizou o compromisso das universidades com a promoção dos direitos humanos. A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

A contribuição da educação superior na área da educação em direitos humanos implica a consideração dos seguintes princípios:

a) a universidade, como criadora e disseminadora de conhecimento, é instituição social com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania;

b) os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias, de modo a garantir a democratização da informação, o acesso por parte de grupos sociais vulneráveis ou excluídos e o compromisso cívico-ético com a implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades básicas desses segmentos;

c) o princípio básico norteador da educação em direitos humanos como prática permanente, contínua e global, deve estar voltado para a transformação da sociedade, com vistas à difusão de valores democráticos e republicanos, ao fortalecimento da esfera pública e à construção de projetos coletivos;

d) a educação em direitos humanos deve se constituir em princípio ético-político orientador da formulação e crítica da prática das instituições de ensino superior;

e) as atividades acadêmicas devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros;

f) a construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser feita articulando as diferentes áreas do conhecimento, os setores de pesquisa e extensão, os programas de graduação, de pós-graduação e outros;

g) o compromisso com a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em situação de exclusão ou discriminação;

h) a participação das IES na formação de agentes sociais de educação em direitos humanos e na avaliação do processo de implementação do PNEDH

Os Direitos Humanos são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos.

O tema dos Direitos Humanos transcende a concepção de igualdade e traz a discussão do reconhecimento das diferenças e da luta contra qualquer forma de preconceito e discriminação.

A IES entende que uma educação de qualidade, que valoriza a formação integral do ser humano, permite a emancipação e o resgate da cidadania, bem como os direitos humanos que devem ser respeitados pelo Estado e todos os cidadãos. É pela educação que superamos as desigualdades sociais.

Nesse contexto, a IES em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Projetos Pedagógicos de Cursos, realiza a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos seus currículos da seguinte forma:

- Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- Como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinares;
- Sendo componente curricular obrigatório para os cursos de formação de professores.

Além de o assunto estar incluso na organização dos currículos, o tema é abordado a partir de metodologias ativas, participativas, de diferentes linguagens. Sendo a educação um processo contínuo e permanente, a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP entende que ela não se limita apenas aos conhecimentos transmitidos pelos componentes curriculares. Os estudos dos Direitos Humanos e a formação de valores como respeito, cidadania, ética, a preocupação com o meio ambiente, a diversidade são adquiridos também através das diversas relações sociais. Por isso, em suas ações de extensão, a IES, desenvolve atividades voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

3.15. POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - CNCD/LGBT.

De acordo com o Programa "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3(2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), a IES garante o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Também garantimos àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência. O campo "nome social" está inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares, bem como garantimos instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Quanto a utilização do nome civil, que é obrigatório para a emissão de documentos oficiais, garantimos concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

O uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, está garantido de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, garantimos o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

A garantia do reconhecimento da identidade de gênero é estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável, bem como para todos o corpo docente e funcionários técnicos administrativos.

3.16. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012).

A Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo os autistas, oficialmente, como pessoas com deficiência, assegurando o direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas, as de educação. O Transtorno do Espectro Autista aparece, geralmente, nos três primeiros anos de vida, comprometendo as habilidades de comunicação e interação social.

O Transtorno do Espectro Autista é definido pela presença de déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos. Este transtorno faz parte do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V).

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e de altas habilidades/superdotação. A educação especial atende às especificidades dos alunos com deficiência e orienta a organização de redes de apoio a formação continuada, a identificação de recursos, aos serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sócias recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo, incluindo-se nesse grupo os alunos com autismo.

Na Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP ao se inscrever, o candidato assinala que possui algum tipo de deficiência. E, durante a realização do vestibular, o candidato tem à sua disposição serviços como salas especiais, acesso às salas de aula, professor leitor, provas ampliadas e prorrogação para o término da prova. Entre as ações desenvolvidas destacam-se:

- Suporte pedagógico ao professor, quando necessário;
- Reestruturação do ambiente já existente, facilitando o acesso;
- Organização de cursos de capacitação dirigidos a professores e funcionários;
- Estimular e envolver a questão junto à comunidade acadêmica (corpo docente, corpo administrativo), apoiando projetos de iniciação científica, cursos de extensão sobre a temática.

3.17. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA DEFESA DA MEMÓRIA CULTURAL DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Política de defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP contempla a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. As atividades artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes são sustentadas por uma política institucional que contempla:

- A valorização da produção artística e cultural como atividade acadêmica;

- A ampliação das ações de expressão artística e cultural no ambiente interno da Instituição e em sua comunidade externa;
- O incentivo à produção cultural sustentável;
- A promoção de eventos artísticos e culturais abertos à comunidade;
- A cooperação, por meio dos órgãos de promoção à cultura da Instituição no processo de desenvolvimento educacional e cultural;
- O desenvolvimento de estratégias para a produção, distribuição e difusão da produção artística;
- O estímulo aos docentes e aos estudantes para participação em concursos culturais e artísticos internos e externos;
- A promoção e a divulgação de conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A ampliação das ações em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.
- A hospedagem de ações que fortaleçam o compromisso com a preservação da memória histórica e do patrimônio cultural.

As ações propostas são planejadas e implantadas pelas coordenações de curso com a colaboração de suas respectivas equipes de docentes, de forma coerente com a organização curricular dos cursos que contemplam, em maior ou menor grau, a formação artística e cultural. As propostas são elaboradas visando proporcionar aos discentes possibilidades de transposição de conhecimentos para as práticas desenvolvidas, motivando o envolvimento e a participação em todas as etapas de execução.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

3.18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, sempre contemplou a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. As atividades artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes são sustentadas por uma política institucional que contempla:

A IES entende como fundamental que seu aluno e professor recebam uma capacitação internacional. Isso se deve não somente ao fato de ter uma proposta diferenciada, como também por compreender as exigências do mercado que busca por profissionais globalizados e com uma visão internacional desenvolvida. Assim sendo, considerando-se um currículo que premia competências e habilidades de maneira geral, as disciplinas são ensinadas de modo a mostrar a realidade mundial dentro de sua área de atuação.

Mas a IES não se limita a mostrar a importância da internacionalização na sala de aula. Ela procura contemplar o aluno com as diversas oportunidades internacionais pode oferecer: diversos cursos, diversas oportunidades de mobilidade internacional, transmissão de diversos eventos internacionais, dentre outras oportunidades.

Os alunos serão estimulados a buscar a internacionalização também fora da sala de aula, por meio da oferta de cursos de inglês e de diversos convênios internacionais com outras Instituições.

A importância dada à internacionalização não se limita ao corpo discente, sendo estendida também aos professores e demais colaboradores, por meio de premiação, imersão e diversos mecanismos de incentivo.

3.19. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE LIBRAS (DEC. N. 5.626/2005)

Considerando pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, declara a inclusão da Disciplina de Libras como disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior (bacharelado) e Obrigatória nos cursos de (Licenciaturas) ministrados ou que venham a ser ministrados na IES.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

A disciplina de Libras será divulgada na matriz curricular dos cursos, seguindo orientações de procedimento previstas na Portaria Normativa nº. 40, de 12 de dezembro de 2007.

A disciplina de Libras para os cursos superiores de Bacharelado ou Tecnólogo deverá ser ofertada como optativa para todos os alunos regularmente matriculados no curso, possuindo carga horária mínima de 40 horas/aula, respeitará todos os procedimentos estabelecidos no Regimento Interno da IES no que se refere a calendário, frequência, regime disciplinar, avaliação e plano de aula. No que couber, o professor deverá cumprir as orientações metodológicas estabelecidas no regulamento específico de apoio aos portadores de necessidades especiais da Faculdade, para sua devida operacionalidade.

O critério de contratação do docente para ministrar o ensino de Libras, exige formação específica em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua e demais formalidade previstas no plano de carreira docente, priorizando as pessoas surdas.

Caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- Professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

O professor de Libras será incluído no quadro do magistério da IES, pelo pesquisador Institucional, junto ao sistema do MEC/INEP no prazo de cadastramento do corpo docente. O Plano de aula, conteúdo programático e bibliografia indicada para a disciplina de libras, deverão ser elaborados e apresentados, pelo professor contratado, no início do semestre letivo, seguindo as orientações, diretrizes e métodos compatíveis com os padrões de qualidade.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP manifesta seu apoio a formação de profissionais nos programas específicos para a criação de cursos de graduação e de pós-graduação para a formação de professores em Libras.

3.20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os cursos e programas de educação superior, apresentados pela IES, serão arraigados na comunidade de São Paulo e adjacências, cumprindo sua missão para a redução das desigualdades sociais e o compromisso de formar pessoas éticas e profissionalmente responsáveis, nos cursos de graduação que ministra, comprova a contribuição da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP para o desenvolvimento local e regional, social e econômico.

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, por intermédio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, a serem realizadas nos cursos de graduação e outros, através dos professores e alunos, atenderão diversas instituições da comunidade e participarão como agente multiplicador em projetos que visam a valorização, a promoção humana e o desenvolvimento sustentável.

A experiência vivida pela mantenedora é de grande valor para colaborar de forma integrada com o Projeto de Responsabilidade Social da Faculdade. Esse cenário possibilita às IES o compromisso de contribuir de forma decisiva para um novo projeto de desenvolvimento nacional, pautado por um crescimento sustentável, equidade e justiça social. Assim, reafirmamos que a instituição sempre procurará inserir ações, práticas sociais e políticas institucionais e que algumas medidas apontaram para metas de compromisso social/responsabilidade social.

A política de responsabilidade social está então alicerçada, nas novas exigências relacionadas ao ensino superior e em suas modalidades de avaliação da qualidade. A lei nº. 10.861/2004 dá um indicativo sobre como a responsabilidade social deverá ser observada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: “A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e plural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES”.

A política de responsabilidade social na Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP foi constituída a partir do conceito de integração social, cuja identidade se caracteriza pelo compromisso e fortalecimento da dimensão social e ética do fazer acadêmico, isto é, da produção, sistematização e difusão do conhecimento.

A finalidade da política definida é, fundamentalmente, a promoção da inclusão social, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A política de responsabilidade social da Faculdade tem como objetivo principal conferir materialidade às ações que evidenciam o exercício de funções de interesse público, que se constituem como inerentes à natureza institucional das IES.

Tais ações são pautadas no comportamento ético e participativo dos processos de transformação social, oportunizando que os benefícios da ciência e as potencialidades existentes na escola possam contribuir para o enfrentamento das questões sociais e suas múltiplas configurações.

O papel da Faculdade no desenvolvimento social local/regional e, por conseguinte, na institucionalização da política de responsabilidade social, implica demarcar o lugar que a instituição ocupa na prestação de serviços públicos através da implementação de políticas sociais.

Enfatiza-se a condição de a Faculdade constituir-se como participante interessada e comprometida no enfrentamento dos problemas sociais, o que a diferencia da responsabilização integral pelo acesso da população aos Direitos sociais e pelo desenvolvimento local-regional.

A política de responsabilidade social da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP deverá ser permanentemente repensada através da instauração de espaços de debate e problematização junto às comunidades interna e externa. A Faculdade define como dimensões de sua política de responsabilidade social a formação de profissionais, o desenvolvimento de pesquisas, a difusão de conhecimentos e a sua vocação regional e comunitária nas seguintes áreas:

- Compromisso com ações de inclusão social e promoção da cidadania;
- Defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito da região de sua inserção;
- Compromisso com ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável;
- Defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- Promoção do bem-estar social.

3.21. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A IES adota as seguintes políticas inclusão social e educação inclusiva.

Para alunos com deficiência física:

- a) Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- c) Rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) Barras de apoio nas paredes dos banheiros; e
- f) Lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para alunos com deficiência visual, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- a) Sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a computador ou máquina de datilografia Braille;
- b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- c) Aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- d) Software de ampliação de tela;
- e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- f) Lupas, réguas de leitura;
- g) Scanner acoplado a um computador; e
- h) Aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- a) Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.

Para os professores e pessoal técnico, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

- a) Informações sobre os portadores de necessidades sociais;
- b) Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
- c) Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

A inclusão social é promovida, ainda, com as seguintes ações:

- a) FIES;
- b) PROUNI;
- c) Programa de bolsas da Própria Instituição;

- d) Bolsa Escola da Família;
- e) Programa segundo professor;
- f) Monitoria;
- g) Estágios (na IES).

3.22. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

O novo cenário administrativo da IES aponta para uma descentralização dos perfis hierárquicos e da velocidade nas decisões entre mantida e mantenedora e a definição de seus papéis. Em decorrência disto, a Política de Comunicação deverá atender a este novo cenário.

Permitir que os esforços de comunicação fossem cada vez mais profissionais, portanto, será uma das missões desta Política de Comunicação, atendendo a uma necessidade dos públicos envolvidos e a busca por uma comunicação empresarial mais eficaz e eficiente.

São fundamentos da política de comunicação:

Transparência: A comunicação empresarial requer credibilidade de suas fontes e velocidade em suas respostas. Uma instituição de ensino não pode omitir fatos que sejam de interesse público e estará sempre disposta a apresentar respostas que deem conta de seu papel na sociedade.

Profissionalismo: A comunicação deverá ser conduzida de maneira integrada, respeitando-se a atuação dos profissionais da área: publicitários, jornalistas, produtores editoriais, relações públicas, radialistas e profissionais do Marketing. Qualquer divulgação de serviços ou produtos institucionais, portanto, deverão ser produzidos por profissionais de comunicação.

Ética: A IES sempre se pautará pela verdade das informações, preceito essencialmente ligado à ética e ao profissionalismo no tratamento dado à comunicação.

É objetivo da política de comunicação: Fortalecer a imagem institucional da IES que busca realizar sonhos e construir carreiras, focando os conceitos de internacional, preocupando-se com a preparação de seus alunos para um mercado de trabalho sem fronteiras, mas sempre respeitando suas raízes regionais.

O objetivo da política de comunicação, por público:

- Funcionários – A IES me valoriza e eu ajudo a transformar a vida das pessoas;
- Vizinhos/sociedade – A IES me respeita.

- Fornecedores – A IES é parceira.
- Imprensa – A IES é sempre transparente.
- Aluno/egresso – A IES me valoriza e me prepara para um mercado sem fronteiras.
- Mercado – A IES tem os melhores currículos.
- Professores: A IES me dá condições para contribuir com a construção de carreiras. A IES me valoriza.

Em relação à cultura organizacional: IES quer mudar paradigmas:

- Meio ambiente/sociedade – A IES é socialmente responsável;
- Produtos/serviços – A IES busca excelência.
- Produtividade – A IES quer o melhor sempre.
- Patrocínio e apoios – A IES é uma empresa de educação que valoriza a cultura local e nacional.

3.23. OUVIDORIA

A Ouvidoria da IES é um órgão de apoio que atuará tanto na área acadêmica quanto na área administrativa. A Ouvidoria deverá atuar como agente de mudanças, isto é, a partir de observações, percepções e conclusões permitidas pelos canais de comunicação que possui, pode recomendar aos departamentos pertinentes melhorias nas normas e procedimentos, oferecendo alternativas, identificando e analisando focos de conflitos. A Ouvidoria atuará ainda na mediação dos conflitos apresentados, sem poder de decisão, mas de contribuição, encaminhando, acompanhando as questões e sugerindo medidas de soluções. É responsabilidade da Ouvidoria, atender e ouvir membros da comunidade universitária com cortesia e respeito, afastando-se de qualquer discriminação ou pré-julgamento; fornecer aos membros da comunidade, usuários, uma resposta por escrito as indagações e questões apresentadas a este órgão, de forma clara e objetiva; solicitar informações, esclarecimentos e documentações necessárias aos departamentos da instituição, de forma a subsidiar o atendimento e encaminhamento feito pelo setor e favorecer a integração interna, estimulando a solidariedade e cooperação mútuas para a consolidação de uma instituição humanizada. Compete ao ouvidor, figura central deste órgão, agir de forma ética, íntegra, transparente, imparcial e justa, resguardando o sigilo das informações apresentadas a ouvidoria e buscando junto aos órgãos competentes a devida resposta e tratativa dos questionamentos apresentados à ouvidoria.

A comunidade pode recorrer a ouvidoria institucional para qualquer manifestação (elogio, reclamação, denúncia e sugestão) sobre assuntos pertinentes a IES, quanto aos seus diversos departamentos e funcionários. A ouvidoria somente receberá manifestações em última instância de análise da situação, sendo o primeiro contato feito com professores, coordenações, diretorias de escolas, departamentos ou Diretorias, através do canal “fale conosco”.

O atendimento ao aluno será feito através dos canais especificados abaixo:

- Sistema de Ouvidoria (disponível no portal; Canal mais recomendado, pois utilizará um sistema informatizado.
- SMS (o discente pode enviar mensagem à Ouvidoria);
- Telefone;
- E-mail (ouvidoria@faculdadeFAUSP.com.br);
- Atendimento presencial.

A manifestação pode ser aberta, sigilosa ou anônima, sendo tal identificação indicada pelo manifestante no ato do cadastro da manifestação, a qual é posteriormente analisada pela ouvidora que irá encaminhar para o setor correspondente, com um prazo de até 8 dias úteis para conclusão do processo de manifestação.



IV - CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A expectativa é de que a maioria dos alunos do Curso seja composta por estudantes inseridos no mercado de trabalho, maiores de idade, responsáveis por si próprios e na maioria das vezes por suas famílias. Pertencentes à classe trabalhadora, oriunda de famílias constituídas, de nível econômico de médio para baixo, buscando a ascensão social e funcional e para tanto sacrificando alguns itens de despesas próprias para financiarem seus estudos.

A instalação do Curso da IES nesta região será uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Essa possibilidade tornar-se-á possível, também, graças ao valor dos encargos educacionais cobrados pela Instituição, que serão bastante reduzidos quando comparados com outros encargos de Instituições congêneres. Isso tornará o ensino superior oferecido passível de ser adquirido.

A IES atuará como catalizadora das questões profissionais vividas por seus alunos, partindo desta realidade próxima, para desenvolver seus conteúdos de ensino abrangentes e aplicáveis a novas situações. Não medirá esforços para colocar os alunos desempregados como estagiários nas empresas da região, pois, concebe a prática como suporte à construção do conhecimento.

O Estado de São Paulo conta, atualmente, com aproximadamente 41.500.000 habitantes (dados IBGE 2016), sendo que a população urbana corresponde à aproximadamente 93,7% deste total, segundo o IBGE.

E é nesse contexto, altamente desenvolvido e também competitivo, que a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP se insere para prestar seus serviços, através do desenvolvimento das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), constituindo-se em fator de desenvolvimento da comunidade local e regional.

Com efeito, ao atuar em diversas áreas de conhecimento por meio de seus cursos de graduação e de pós-graduação, além das atividades de pesquisa e de extensão, a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP contribuirá para formação e qualificação profissional e para o desenvolvimento humano na região em que atua. Além disso, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e regional por meio de múltiplas atividades de atendimento direto à comunidade, de apoio aos serviços públicos, de educação comunitária e de prestação de serviços a empresas e organizações, desenvolvidas em caráter permanente pela IES. A decisão de implantar a IES decorre da conscientização da responsabilidade social de atender à população circundante e vem ao encontro dos anseios da população, com o apoio de toda classe política, empresarial e institucional da sociedade civil organizada. Assim sendo, a intenção da IES é justamente prover a Região de São Paulo e do Estado de profissionais conscientes e comprometidos com a cidadania. Além disso, corresponde à sua meta de promover e executar políticas de estreita proximidade e colaboração com a comunidade.

Não há dúvidas de que um dos grandes anseios da população é pela busca de conhecimento e consequente desenvolvimento das qualificações profissionais para, a partir de aí ter acesso aos diversos mercados de trabalho disponíveis.

A IES pretende suprir as necessidades da comunidade local e atender aqueles que buscam o desenvolvimento de suas qualificações pessoais e profissionais e, ao mesmo tempo, oferecer ao mercado os profissionais capacitados, não só sob o enfoque tecnológico, como também o ponto de vista da cidadania, da responsabilidade social e do comprometimento comunitário. As políticas gerais traçadas contemplam, preferencialmente, os seguintes objetivos:

- Promover a educação e a formação integral humana numa perspectiva ética e de responsabilidade, visando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, do conhecimento científico e do aperfeiçoamento cultural e profissional;
- Oportunizar situações de aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com a realidade que o cerca, atuando de forma crítica e responsável, tendo condições de participar e produzir em um mundo caracterizado por constantes mudanças;
- Propiciar condições para que teoria e prática sejam ações constantes, tendo como perspectiva a transformação social;
- Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento considerando a formação técnico-científica, possibilitando ao acadêmico a sua integração na realidade histórica e social, com o comprometimento necessário, atuando de forma crítica e responsável, tendo condições de participar produzir e intervir no desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;
- Incentivar o trabalho de pesquisa, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- Promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino, da criação do conhecimento resultante da pesquisa científica e aplicada desenvolvida na Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP e a formação integral do aluno;
- Buscar a fidelização dos seus clientes através de ações pertinentes;
- Pesquisar semestralmente, por amostragem, o nível de satisfação dos alunos e tomar as medidas que os resultados sugerirem;
- Trabalhar constantemente na busca da adesão dos professores e alunos aos objetivos da instituição como sendo o melhor investimento em qualidade e desenvolvimento;
- Desenvolver estruturas e condições que permitam aperfeiçoar o trabalho docente e discente, possibilitando investir mais tempo no processo ensino-aprendizagem.

4. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

São Paulo é um município brasileiro, capital do estado homônimo e principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América Latina. Maior cidade do Brasil, das Américas e de todo o hemisfério Sul, São Paulo é uma das cidades brasileiras mais influentes no cenário global, sendo considerada a 14ª cidade mais globalizada do planeta, recebendo o *status* de cidade global beta, por parte do *Globalization and World Cities Study Group & Network* (GaWC).

Segundo a revista estadunidense *Reader's Digest*, a cidade é a 62ª melhor do mundo para se viver. A cidade é mundialmente conhecida e exerce significativa influência nacional e internacional, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político. Conta com importantes monumentos e museus, como o Memorial da América Latina, o Museu da Língua Portuguesa, o MASP, o Parque Ibirapuera e a avenida Paulista, e eventos de grande repercussão, como a Bienal Internacional de Arte, o Grande Prêmio do Brasil e o São Paulo Fashion Week. Décima nona cidade mais rica do mundo, o município representa, isoladamente, 12,26 de todo o PIB brasileiro e 36% de toda a produção de bens e serviços do estado de São Paulo, sendo sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil, além de ser responsável por 28% de toda a produção científica nacional – segundo dados de 2014. Sua região metropolitana possui 19.223.897 habitantes, o que a torna a sexta maior aglomeração urbana do mundo. O lema da cidade, presente em seu brasão oficial, é constituído pela frase em latim "*Non ducor, duco*", cujo significado em português é "Não sou conduzido, conduzo".

Regiões muito próximas a São Paulo são também regiões metropolitanas do estado, como Campinas e Baixada Santista; outras cidades próximas compreendem aglomerações urbanas em processo de conurbação, como São José dos Campos, Sorocaba e Jundiaí. A população total dessas áreas somada à da capital – o chamado *Complexo Metropolitano Estendido* – ultrapassa 29 milhões de habitantes, aproximadamente 75% da população do estado inteiro. As regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo já formam a primeira macrometrópole do hemisfério sul, unindo 65 municípios que juntos abrigam 12% da população brasileira.

MAPA DA REGIÃO



4.1. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

- **Fundação:** 25 de janeiro de 1554
- **Gentílico:** Paulistano
- **Lema:** *Non ducor duco "Não sou conduzido, conduzo"*
- **Prefeito:** Bruno Covas (PSDB)

4.2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



23° 32' 52" S 46° 38' 09" O 23° 32' 52" S 46° 38' 09" O

- **Unidade federativa:** São Paulo
- **Mesorregião:** Metropolitana de São Paulo IBGE/2017
- **Microrregião:** São Paulo IBGE/2017
- **Municípios limítrofes** **Oeste:** Cajamar, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeçerica da Serra, Juquitiba, Osasco, Santana de Parnaíba e Taboão da Serra; **Norte:** Caieiras, Guarulhos e Mairiporã; **Leste:** Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Poá; **Sudeste:** Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; **Sul:** Itanhaém e São Vicente.

4.3. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

- **Área:** 1.522,986 km²
- **População Estimada:** 12.106.920 hab. IBGE/2017
- **Densidade:** 7.398,26 hab./km²
- **Altitude:** 792 metros

- **Clima:** subtropical Cwa
- **Fuso horário:** UTC-3

4.4. INDICADORES

- **IDH:** 0,841 (*SP: 18°*) - *elevado PNUD/2017*
- **PIB:** R\$ 282.852.338 mil (*BR: 1º*) - *IBGE/2017*
- **PIB per capita:** R\$ 25.675,00 *IBGE/2017*

4.5. VISÃO GERAL

São Paulo é um grande centro cultural e de entretenimento e a cidade mais rica da América do Sul. A cidade enfrenta problemas comuns a outras metrópoles: um exemplo é o excesso de automóveis que circulam em suas avenidas (média de um veículo para cada dois habitantes, sendo seis milhões de unidades somente na capital), a terceira maior frota de táxis da América Latina e a maior frota de helicópteros do mundo. A variedade oferecida em seus restaurantes e lanchonetes é resultado, em parte, da contribuição de imigrantes de diversas partes do mundo.

Geograficamente, as regiões mais próximas do centro em São Paulo são em geral mais ricas e desenvolvidas, enquanto as regiões mais afastadas tendem a ser mais pobres e mais carentes de infraestrutura urbana e habitacional.

Devido a sua extensa área urbana, a cidade possui um caráter bastante heterogêneo, variando de regiões altamente adensadas e verticais a bairros residenciais horizontais e de baixíssima densidade. Isto faz com que muitos habitantes da cidade praticamente desconheçam regiões do município além dos seus locais de residência ou de trabalho. A cidade também apresenta uma cultura bastante heterogênea, resultado da diversidade de extratos sociais (econômicos e culturais) nela presente.

Além de ser o maior centro de produção e o maior mercado consumidor do país, São Paulo também é um grande entroncamento rodoviário, e faz a ligação Norte-Sul do Brasil. É atendida por diversas rodovias, como a Rodovia Presidente Dutra, para o Rio de Janeiro, Rodovia Ayrton Senna, para o Vale do Paraíba; Rodovia Fernão Dias, para Belo Horizonte; Rodovia dos Bandeirantes, para Campinas; Rodovia Anhangüera, para Uberaba (Minas Gerais); Rodovia Castelo Branco, para Sorocaba; Rodovia Raposo Tavares, para a divisa do Mato Grosso do Sul; Rodovia Régis Bittencourt, para Curitiba; Rodovia dos Imigrantes e Rodovia Anchieta para a Baixada Santista. É servida pelos aeroportos Campo de Marte, Congonhas, Cumbica e Viracopos em Campinas, sendo que estes dois últimos também são aeroportos internacionais e de carga.

4.6. HISTÓRIA

4.6.1. Período colonial

A povoação de São Paulo de Piratininga teve início, em 25 de janeiro de 1554, com a construção de um colégio jesuíta, por 12 padres, entre eles Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, no alto de uma colina escarpada, entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí. Tal colégio, que funcionava num barracão feito de taipa de pilão, tinha por finalidade a catequese dos índios que viviam na região do Planalto de Piratininga, separados do litoral pela Serra do Mar. O nome São Paulo foi escolhido porque o dia da fundação do colégio foi 25 de janeiro, dia no qual a Igreja Católica celebra a conversão do apóstolo Paulo de Tarso, conforme informa o padre José de Anchieta em carta aos seus superiores da Companhia de Jesus:

O povoamento da região do Pátio do Colégio teve início, em 1560, quando, na visita de Mem de Sá, governador-geral do Brasil, à capitania de São Vicente, este ordenou a transferência da população da vila de Santo André da Borda do Campo, que fora criada por Tomé de Sousa em 1553, para os arredores do colégio, denominado "Colégio de São Paulo de Piratininga", local alto e mais adequado (uma colina escarpada), vizinha a uma grande várzea, a Várzea do Carmo, para se proteger dos ataques dos índios. Desta forma, em 1560, a vila de Santo André da Borda do Campo foi transferida para a região do Pátio do Colégio de São Paulo e passou a se denominar Vila de São Paulo, pertencente à Capitania de São Vicente.

São Paulo permaneceu durante dois séculos, como uma vila pobre e isolada do centro de gravidade da colônia, o litoral, e se mantinha por meio de lavouras de subsistência. São Paulo foi por muito tempo à única vila no interior do Brasil. Esse isolamento de São Paulo se dava principalmente porque era difícil subir a Serra do Mar, a pé, da vila de Santos e da vila de São Vicente para o planalto de Piratininga. Subida essa que era feita pelo caminho do padre José de Anchieta.

Em 22 de março de 1681, O Marquês de Cascais, donatário da Capitania de São Vicente, transfere a capital da capitania para a Vila de São Paulo, que passa a ser a "Cabeça da Capitania". A nova capital é instalada, em 23 de abril de 1683, com grandes festejos públicos. Por ser a região mais pobre da colônia portuguesa na América, em São Paulo teve início a atividade dos bandeirantes, que se dispersaram pelo interior do país à caça de índios porque, sendo extremamente pobres, os paulistas não podiam comprar escravos africanos. Saíam, também, em busca de ouro e de diamantes.

A descoberta do ouro na região de Minas Gerais, na década de 1690, fez com que as atenções do reino se voltassem para São Paulo, sendo criada, em três de novembro de 1709, a nova "Capitania Real de São Paulo e Minas do Ouro". E, em 11 de julho de 1711, a vila de São Paulo é elevada à categoria de cidade. Logo em seguida, por volta de 1720, é encontrado ouro, pelos bandeirantes, nas regiões onde se encontram hoje a cidade de Cuiabá e a cidade de Goiás, fato que levou à expansão do território brasileiro para além da Linha de Tordesilhas.

Quando o ouro esgotou, no final do século XVIII, teve início o ciclo paulista do açúcar, que se espalhou pelo interior da capitania de São Paulo, e a cidade de São Paulo tinha a finalidade de escoar a produção para o porto de Santos. Nesta época foi construída a primeira estrada moderna entre São Paulo e o litoral: A Calçada do Lorena.

4.6.2. Período imperial

Após a Independência do Brasil, ocorrida onde hoje fica o Monumento do Ipiranga, São Paulo recebeu o título de Imperial Cidade, conferido por Dom Pedro I do Brasil em 1823. Em 1827, houve a criação dos cursos jurídicos no Convento de São Francisco (que daria origem à futura Faculdade de Direito do Largo de São Francisco), e isso deu um novo impulso de crescimento à cidade, com o fluxo de estudantes e professores, graças a qual, a cidade passa a ser denominada Imperial Cidade e Burgo dos Estudantes de São Paulo de Piratininga. Outro fator do crescimento de São Paulo foi o crescimento da produção do café, inicialmente na região do Vale do Paraíba paulista, e depois nas regiões de Campinas, Rio Claro, São Jonas e Ribeirão Preto.

De 1869 em diante, São Paulo passa a beneficiar-se de uma ferrovia que liga o interior do estado de São Paulo ao porto de Santos, a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, chamada de A Inglesa. Surgem, no final do século XIX, várias outras ferrovias que ligam o interior do estado à capital São Paulo. São Paulo tornou-se, então, o ponto de convergência de todas as ferrovias vindas do interior do estado. A produção e exportação de café permite à cidade e ao estado de São Paulo um grande crescimento econômico e populacional. De meados desse século até o seu final, foi o período que a província começou a receber uma grande quantidade de imigrantes, em boa parte italianos, dos quais muitos se fixaram na capital, e as primeiras indústrias começaram a se instalar.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

É com o fim do Segundo Reinado e início da República que a cidade de São Paulo, assim como o estado de São Paulo, tem grande crescimento econômico e populacional, também auxiliado pela política do café-com-leite e pela grande imigração europeia para São Paulo.

4.6.3. República Velha

Durante a República Velha (1889-1930), São Paulo passou de centro regional a metrópole nacional, se industrializando e chegando a seu primeiro milhão de habitantes em 1928. Seu maior crescimento se deu na década de 1890 quando dobrou sua população. O auge do período do café é representado pela construção da segunda Estação da Luz (o atual edifício) no fim do século XIX e pela Avenida Paulista em 1900.

Neste período, o centro financeiro da cidade desloca-se de seu centro histórico (região chamada de "Triângulo Histórico") para áreas mais a Oeste. O vale do rio Anhangabaú é ajardinado e a região do outro lado do rio passa a ser conhecida como Centro Novo. A sede do governo paulista é transferido, no início do século XX, do Pátio do Colégio para os Campos Elísios (bairro de São Paulo).

Os melhoramentos realizados na cidade pelos administradores Conselheiros Antônio da Silva Prado, o Barão de Duprat e o Dr. Washington Luís contribuem para o clima de desenvolvimento da cidade: alguns estudiosos consideram que a cidade inteira foi demolida e reconstruída naquele período. Com o crescimento industrial da cidade, no século XX, a área urbanizada da cidade passou a aumentar, sendo que alguns bairros residenciais foram construídos em lugares de chácaras.

A partir da década de 1920, com a retificação e reversão das águas do rio Pinheiros para alimentar a Usina Hidrelétrica Henry Borden, terminaram os alagamentos nas proximidades daquele rio, permitindo que surgisse na zonal sul de São Paulo, loteamentos de alto padrão conhecido hoje como a "Região dos Jardins".

4.6.4. São Paulo de 1930 até hoje

Em 1932 São Paulo se mobiliza no seu maior movimento cívico: a revolução constitucionalista, quando toda a população se engaja na guerra contra o "Governo Provisório" de Getúlio Vargas. O grande surto industrial deu-se, durante a Segunda Guerra Mundial, devido à crise na cafeicultura e às restrições ao comércio internacional, o que fez a cidade ter uma taxa de crescimento muito elevada até os dias atuais.

Em 1947, São Paulo ganha sua primeira rodovia asfaltada: A Via Anchieta, (construída sobre o antigo traçado do Caminho do Padre José de Anchieta), liga a capital ao litoral paulista. Na década de 1950, São Paulo era conhecida como "A cidade que não pode parar" e como "A cidade que mais cresce no mundo".

São Paulo realizou uma grande comemoração, em 1954, do "Quarto Centenário" de fundação da cidade. É inaugurado o Parque do Ibirapuera, lançados muitos livros históricos e descoberta a nascente do rio Tietê em Salesópolis.

No período da década de 1930 até a década de 1960, os grandes empreendedores do desenvolvimento de São Paulo foram o prefeito Francisco Prestes Maia e o governador Ademar de Barros. Prestes Maia projetou e implantou, na década de 1930, o "Plano de Avenidas de São Paulo", que revolucionou o trânsito de São Paulo.

Estes dois governantes são os responsáveis também pelas duas maiores intervenções urbanas que mudaram São Paulo:

- A retificação do rio Tietê com a construção de suas marginais;
- O Metrô de São Paulo: Em 13 de fevereiro de 1963, O governador Ademar de Barros e o prefeito Prestes Maia criaram as comissões (estadual e municipal) de estudos para a elaboração do projeto básico do Metrô de São Paulo, e destinaram ao Metrô suas primeiras verbas. Naquele ano, São Paulo somava quatro milhões de habitantes.

4.7. GEOGRAFIA

São Paulo está localizada junto à bacia do rio Tietê, tendo as sub-bacias do rio Pinheiros e do rio Tamanduateí papéis importantes em sua configuração. São Paulo tem a altitude média de 760 metros. O ponto culminante do município é o Pico do Jaraguá, com 1.135 metros, localizado Parque Estadual do Jaraguá, na serra da Cantareira, onde se encontra também a segunda maior floresta urbana do mundo, no Parque da Cantareira.

4.8. MUNICÍPIOS LIMÍTROFES E REGIÃO METROPOLITANA

O intenso processo de conurbação atualmente em curso na Grande São Paulo tem tornado inefetivas as fronteiras políticas entre os municípios da região, criando uma metrópole cujo centro está em São Paulo e atinge municípios, como por exemplo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul (a chamada Região do Grande ABC), Diadema, Osasco e Guarulhos, entre várias outras. Os limites do município são com os municípios de Caieiras e Mairiporã a norte, Guarulhos a nordeste, Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos a leste, Mauá, Santo André (São Paulo), São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Diadema e novamente São Bernardo a sudeste, São Vicente, Mongaguá e Itanhaém a sul, Juquitiba, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Embu, Taboão da Serra, Cotia e Osasco a oeste e Santana de Parnaíba e Cajamar a noroeste. A Região Metropolitana de São Paulo é constituída por 39 municípios, sendo a terceira maior aglomeração urbana das Américas.

4.9. CLIMA

O clima de São Paulo é considerado subtropical (tipo Cwa segundo Köppen), com diminuição de chuvas no inverno e temperatura média anual de 20,7°C, tendo invernos brandos e verões com temperaturas moderadamente altas, aumentadas pelo efeito da poluição e da altíssima concentração de edifícios. O mês mais quente, fevereiro, tem temperatura média de 24°C e o mês mais frio, julho, de 17°C. A capital paulista tem também um dos menores índices de insolação do Brasil, com médias de seis horas de insolação diária/mensal em janeiro e sete horas em julho. Devido à proximidade do mar, a maritimidade é uma constante do clima local, sendo responsável por evitar dias de calor intenso no verão ou de frio intenso no inverno e tornar a cidade úmida.

4.10. DEMOGRAFIA

Segundo o censo de 2012 do IBGE, a população de São Paulo está composta por: brancos (68,0%), pardos (25,0%), pretos (5,1%), amarelos (2,0%) e indígenas (0,2%). São Paulo é a cidade mais multicultural do Brasil e uma das mais diversas do mundo. Desde 1870, aproximadamente 2,3 milhões de imigrantes chegaram ao estado, vindos de todas as partes do mundo. Atualmente, é a cidade com as maiores populações de origens étnicas italiana, japonesa, espanhola e libanesa fora de seus países respectivos, e com o maior contingente de nordestinos fora do Nordeste.

4.10.1. Italianos

A comunidade italiana é uma das mais fortes, marcando presença em toda a cidade. Dos dez milhões de habitantes de São Paulo, 60% (seis milhões de pessoas) possuem alguma ascendência italiana. São Paulo tem mais descendentes de italianos que qualquer outra cidade italiana (a maior cidade da Itália é Roma, com 2,5 milhões de habitantes). Ainda hoje, os italianos agrupam-se em bairros como o Bixiga, Brás e Mooca para promover comemorações e festas.

4.10.2. Portugueses

A comunidade portuguesa também é bastante numerosa, e estima-se que três milhões de paulistanos possuem alguma origem em Portugal. A colônia judaica representa mais de 60 mil pessoas em São Paulo e concentra-se principalmente em Higienópolis (presença maior) e no Bom Retiro (presença menor, atualmente). A partir do século XIX, e especialmente durante a primeira metade do século XX, São Paulo recebeu também imigrantes alemães (no atual bairro de Santo Amaro), espanhóis e lituanos (no bairro Vila Zelina).

4.10.3. Árabes

Uma das colônias mais marcantes da cidade é a de origem árabe. Os libaneses e sírios chegaram a grande número entre os anos de 1900 a 1930. Hoje seus descendentes estão totalmente integrados à população brasileira, embora aspectos culturais de origem árabe marquem até hoje a cultura da capital paulistana. Restaurantes de comida árabe abundam por toda a cidade, vendendo pratos que já entraram definitivamente na culinária brasileira: quibe, esfiha, charutinho de repolho etc. A Rua 25 de Março foi criada pelos árabes, que eram em sua maioria comerciantes.

4.10.4. Asiáticos

A cidade de São Paulo possui o maior número de pessoas que se declaram de origem asiática (amarelos) do Brasil. Cerca de 460 mil pessoas são de origem oriental, dos quais 326 mil são japoneses. A comunidade japonesa da cidade é a maior fora do Japão. Imigrantes vindos do Japão começaram a chegar em 1908, e imigraram em grande número até a década de 1950. A maior concentração de orientais da cidade está no Bairro da Liberdade. Este distrito de São Paulo possui inúmeros restaurantes japoneses, lojas com peças típicas do Japão, e nele veem-se letreiros escritos em japonês e ouve-se muito o idioma. A colônia coreana da cidade também é notável. São mais de 60 mil pessoas de origem sul-coreana, particularmente concentrados no Bom Retiro, Aclimação e Liberdade.

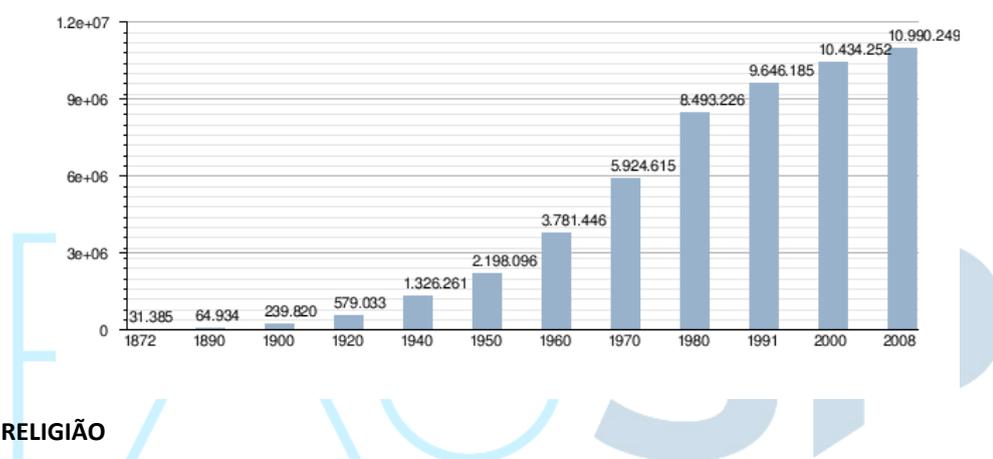
4.10.5. Negros

A cidade já contava com população afrodescendente no século XIX, mas foi a partir da segunda metade do século XX que a população negra cresceu rapidamente, através da chegada de pessoas de outros estados brasileiros, principalmente da zona litorânea da Bahia.

4.10.6. Outros brasileiros

Com a decadência da imigração europeia e asiática após a década de 1930 passaram a predominar a vinda de migrantes, em sua maioria oriundos da região Nordeste do Brasil. A maior parte desse enorme fluxo migratório veio de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Bahia.

4.11. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA CIDADE DE SÃO PAULO



4.12. RELIGIÃO

Tal qual a variedade cultural verificável em São Paulo, são diversas as manifestações religiosas presentes na cidade. Embora tenha se desenvolvido sobre uma matriz social eminentemente católica, tanto devido à colonização quanto à imigração - e ainda hoje a maioria dos paulistanos declara-se católica, é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes, assim como a prática do budismo, do islamismo, espiritismo, entre outras. Nas últimas décadas, o budismo e as religiões orientais têm crescido bastante na cidade. Estima-se que existem mais de cem mil seguidores budistas, seichonoitas e hinduístas pela cidade. Também são consideráveis as comunidades judaica, e das religiões afro-brasileiras. De acordo com dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de São Paulo está composta por: católicos (68,11%), evangélicos (15,94%), pessoas sem religião (8,97%), espíritas (2,75%), budistas (0,65%) e Judeus (0,36%).

4.12.1. Igreja Católica Romana

A Igreja Católica divide o território do município de São Paulo em quatro circunscrições eclesiais: a Arquidiocese de São Paulo, a Diocese de Santo Amaro, a Diocese de São Miguel Paulista e a Diocese de Campo Limpo, sendo estas três últimas sufragâneas da primeira. O arquivo da arquidiocese, denominado Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva, localizado no bairro do Ipiranga, guarda uma dos mais importantes patrimônios documentais do Brasil.

A Catedral Metropolitana de São Paulo (conhecida como Catedral da Sé), localizada na Praça da Sé, é considerada um dos cinco maiores templos góticos do mundo. A Igreja Católica reconhece como padroeiros da cidade: São Paulo de Tarso e Nossa Senhora da Penha de França.

4.12.2. Igrejas Protestantes

A cidade possui os mais diversos credos protestantes ou reformados, como a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, a Igreja Cristã Maranata, Igreja Luterana, a Igreja Presbiteriana, a Igreja Metodista, a Igreja Episcopal Anglicana, a Igreja Batista, a Igreja Assembléia de Deus, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, a Igreja Universal do Reino de Deus, as Testemunhas de Jeová, entre outras. Há um considerável avanço dessas Igrejas, principalmente na periferia da cidade.

4.13. POLÍTICA MUNICIPAL

O Poder Executivo da cidade de São Paulo é representado pelo prefeito e seu gabinete de secretários, seguindo o modelo proposto pela Constituição Federal. A Lei Orgânica do Município e o atual Plano Diretor da cidade, porém, determinam que a administração pública deva garantir à população ferramentas efetivas de manifestação da democracia participativa, o que faz com que a cidade seja dividida em subprefeituras, cada uma delas liderada por um subprefeito nomeado pelo prefeito.

4.13.1. SUBDIVISÕES

O município de São Paulo está, administrativamente, dividido em trinta e uma subprefeituras, cada uma delas, por sua vez, divididas em distritos, sendo estes últimos, eventualmente, subdivididos em subdistritos (a designação "bairro", porém, não existe oficialmente, embora seja usualmente aplicada pela população). As subprefeituras estão oficialmente agrupadas em nove regiões (ou "zonas"), levando em conta a posição geográfica e história de ocupação. Além da divisão política, há também uma divisão em nove zonas geográficas, cada uma delas representada por cores diferentes nas placas de ruas e na cor dos ônibus que circulam na região.

Subprefeituras							
	Subprefeitura	Área	População		Subprefeitura	Área	População
1	Aricanduva	21,5 km ²	266.838	17	Mooca	35,2 km ²	305.436
2	Butantã	56,1 km ²	345.943	18	Parelheiros	353,5 km ²	110.909
3	Campo Limpo	36,7 km ²	508.607	19	Penha	42,8 km ²	472.247
4	Capela do Socorro	134,2 km ²	561.071	20	Perus	57,2 km ²	109.218
5	Casa Verde	26,7 km ²	313.176	21	Pinheiros	31,7 km ²	270.798
6	Cidade Ademar	30,7 km ²	370.759	22	Pirituba	54,7 km ²	390.083
7	Cidade Tiradentes	15 km ²	248.762	23	Sé	26,2 km ²	373.160

8	Ermelino Matarazzo	15,1 km ²	204.315	24	Santana	34,7 km ²	327.279
9	Freguesia do Ó	31,5 km ²	391.403	25	Tremembé	64,1 km ²	255.435
10	Guaianases	17,8 km ²	283.162	26	Santo Amaro	37,5 km ²	217.280
11	Ipiranga	37,5 km ²	427.585	27	São Mateus	45,8 km ²	422.199
12	Itaim Paulista	21,7 km ²	358.888	28	São Miguel Paulista	24,3 km ²	377.540
13	Itaquera	54,3 km ²	488.327	29	Vila Maria	26,4 km ²	302.899
14	Jabaquara	14,1 km ²	214.200	30	Vila Mariana	26,5 km ²	311.019
15	Lapa	40,1 km ²	270.102	31	Vila Prudente	33,3 km ²	523.138
16	M'Boi Mirim	62,1 km ²	480.823				

4.14. ECONOMIA

São Paulo é a cidade mais rica do Brasil, a 19ª cidade mais rica do mundo e, segundo projeções, será a 13ª mais rica em 2020. Segundo dados do IBGE, em 2012 seu Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 363.177.148.000,00, o que equivale a aproximadamente 12,26% do PIB brasileiro e 36% de toda produção de bens e serviços do estado de São Paulo. Sua região metropolitana possui um PIB de aproximadamente R\$ 416,5 bilhões, o que corresponde a 57,3% de todo o PIB paulista. Segundo dados do IBGE, a rede urbana de influência exercida pela cidade no resto do país abrange 28% da população e 40,5% do PIB brasileiro.

Um dos maiores centros financeiros do Brasil e do mundo, São Paulo passa hoje por uma transformação em sua economia. Durante muito tempo a indústria constituiu uma atividade econômica bastante presente na cidade, porém São Paulo tem atravessado nas últimas três décadas uma clara mudança em seu perfil econômico: de uma cidade com forte caráter industrial, o município tem cada vez mais assumido um papel de cidade terciária, pólo de serviços e negócios para o país.

Em São Paulo, por exemplo, está sediada a BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo), a bolsa oficial do Brasil. A BMF&Bovespa é a maior Bolsa de Valores da América Latina, 2ª maior do continente americano e a 3ª maior do mundo em valor de mercado. Neste mesmo cenário, segundo dados de 2012 da prefeitura do município, cerca um milhão de paulistanos (aproximadamente dez por cento da população)

4.15. EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Com 2.725 estabelecimentos de ensino fundamental, 2.998 unidades pré-escolares, 1.199 escolas de nível médio e 146 instituições de nível superior, a rede de ensino da cidade é a mais extensa do país. Ao total, são 2.850.133 matrículas e 153.284 docentes registrados.

4.15.1. INDICADORES EDUCACIONAIS

O fator "educação" do IDH no município atingiu em 2014 a marca de 0,919 – patamar consideravelmente elevado, em conformidade aos padrões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – ao passo que a taxa de analfabetismo indicada pelo último censo demográfico do IBGE foi de 4,9%, superior apenas à porcentagem verificada nas cidades de Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Rio de Janeiro, Vitória e Belo Horizonte. Tomando-se por base o relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2014, São Paulo obteve a nona colocação entre as capitais brasileiras. Contudo e em consonância aos grandes contrastes verificados na metrópole, em algumas regiões periféricas e empobrecidas, o aparato educacional público de nível médio e fundamental é ainda deficitário, dada a escassez relativa de escolas ou recursos.

Nesses locais, a violência costuma impor certas barreiras ao aproveitamento escolar, constituindo-se em uma das causas preponderantes à evasão ou ao aprendizado carencial.

4.15.2. ENSINO SUPERIOR

Contemplado por expressivo número de renomadas instituições de ensino e centros de excelência, São Paulo é o maior polo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por 28% da produção científica nacional – segundo dados de 2014.

No cenário atual, destacam-se importantes universidades públicas e privadas, muitas delas consideradas centros de referência em determinadas áreas. São Paulo é considerada polo cultural no Brasil, tendo-se consolidado como local de origem de toda uma série de movimentos artísticos e estéticos ao longo da história do século XX. Apesar de tradicionalmente rivalizar com o Rio de Janeiro o *status* de sede das principais instituições culturais do país, é em São Paulo que existe o maior mercado para a cultura, tendo hoje se consolidado como uma das principais capitais culturais do Brasil e da América Latina.

V - GESTÃO INSTITUCIONAL

Traçado todo o planejamento, que é o próprio PDI, parte-se para a sua implementação. O PDI será gerido pela IES como um projeto e, para isso, cabe usar os conceitos e métodos como referência. A seguir serão apresentados os principais pontos, concernentes à execução de um projeto, que orientaram e auxiliaram os gestores nessa etapa.

Um projeto é um empenho temporário realizado para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Ser temporário não quer dizer que é de curta duração, mas que quando os objetivos forem atingidos ou o projeto não for mais necessário, então ele será encerrado. Entretanto, os resultados dele advindos intenciona-se que sejam duradouros, podendo ter impactos sociais, econômicos e ambientais com duração mais longa que os próprios projetos. Um projeto pode criar vários resultados, entre eles, produtos, capacidades e documentos. Definido o que é projeto, esclarece-se que o gerenciamento de projetos corresponde, basicamente, ao emprego de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas voltadas para as atividades do projeto de modo a atender aos seus requisitos. Assim, a IES estipula cinco grupos de processos que devem ser realizados:

- a. Iniciação: são os processos realizados para definir um novo projeto ou uma nova fase de um projeto existente através da obtenção de autorização para iniciar o projeto ou a fase – no caso, o PDI;
- b. Planejamento: os processos realizados para definir o propósito do projeto, refinar os objetivos e desenvolver o curso de ação necessário para alcançar os objetivos para os quais o projeto foi criado – parte já definida no PDI;
- c. Execução: os processos realizados para executar o trabalho definido no plano de gerenciamento do projeto para satisfazer as especificações do mesmo;
- d. Monitoramento e controle: assegurar que os objetivos do projeto estão sendo atingidos, através da monitoração e da avaliação do seu progresso, tomando ações corretivas quando necessárias;
- e. Encerramento: formalizar a aceitação do projeto ou fase e fazer o seu encerramento de forma organizada.

Para que a implementação do PDI ocorra da forma adequada, é preciso definir um planejamento. Assim, a primeira atividade é desenvolver o plano de gerenciamento do projeto, que será a fonte primordial de referência sobre como o mesmo será planejado, executado, monitorado, controlado e encerrado. Esse plano se refere à documentação das ações exigidas para definir, preparar, integrar e coordenar todos os planos auxiliares. Em seguida, parte-se para a elaboração da estrutura analítica do projeto (EAP) do PDI, que nada mais é do que elaborar um documento em que constem as entregas e o trabalho do projeto, subdividindo-o em componentes menores e de gerenciamento mais simples.

Assim, a partir das metas e objetivos traçados para cada eixo estratégico do PDI, juntamente com os recursos disponíveis para tal, são definidas e sequenciadas as atividades específicas que devem ser executadas.

De posse dessas informações e das atividades que devem ser realizadas, os gestores devem estimar a duração das atividades, ou seja, o período de tempo necessário para executá-las. Em seguida, elabora-se um cronograma, envolvendo todos os elementos anteriormente descritos. É importante, ainda, estipular uma política de comunicação entre os diversos atores envolvidos no processo de implementação do PDI, visando a atualização de informações e estágios de desenvolvimento do projeto.

Figura 04: Sequência de atividades de planejamento da Gestão.



A fase de execução do projeto envolve coordenar pessoas e recursos, bem como integrar e executar as atividades do projeto em conformidade com o plano de gerenciamento do mesmo. A partir das definições feitas no momento do planejamento da execução, procede-se ao cumprimento efetivo do que foi determinado no PDI. Chama-se atenção para a possibilidade de, durante a execução do projeto, e de acordo com os resultados que estão sendo obtidos, haver a necessidade de atualizar o planejamento e serem empreendidas mudanças nas linhas de base. Essas mudanças podem abranger alterações nas durações previstas para as atividades e na disponibilidade de recursos, e a presença de riscos não previstos anteriormente. Nesse momento também é importante seguir a política de comunicação estruturada durante o planejamento.

O grupo de processos relativos ao monitoramento e controle consiste nos processos necessários para acompanhar, revisar e regular o progresso e o desempenho de gestão, detectar todas as áreas nas quais serão necessárias mudanças no plano e iniciar as alterações correlatas. O principal ganho advindo das atividades desse grupo de processos é que o desempenho da gestão é averiguado e mensurado de forma periódica e uniforme para detectar variações em relação ao planejamento feito. Ressalta-se que as mudanças devem ser aprovadas pela equipe responsável, comunicadas aos interessados e então executadas.

Dessa forma, o grupo de processos de monitoramento e controle coordena as fases da gestão para implementar ações corretivas ou preventivas, a fim de que a gestão mantenha a conformidade com o plano de gerenciamento do mesmo.

Durante a execução dos processos desse grupo de monitoramento e controle, passa-se pelo processo de monitorar e controlar o trabalho do gestor, quando devem ser elaborados relatórios que forneçam informações sobre o desempenho da gestão com relação a escopo, cronograma, custo, recursos, qualidade e risco, que podem ser usadas como entradas para outros processos. Notada a necessidade de mudanças, realiza-se o controle integrado de mudanças, avaliando as solicitações de alteração, aprovando as alterações e gerenciando-as. Essas mudanças devem ser sempre documentadas pelos gestores. Ademais, ao longo da execução das atividades definidas no planejamento, serão feitas entregas (resultados esperados de cada atividade) que devem ser formalmente aceitas, devendo constar na documentação do projeto.

Outra atividade de grande importância nesse momento é o controle do cronograma, em que é feito o processo de monitoramento do andamento da gestão para atualização do seu progresso e gerenciamento das mudanças realizadas na linha de base do cronograma. Juntamente, faz-se necessário o controle dos custos, por meio da atualização do orçamento e gerenciamento das mudanças efetuadas. Por fim, é necessário reportar o desempenho, processo em que são coletadas e distribuídas informações sobre a performance, incluindo relatórios de andamento, medições do progresso e previsões.

Figura 05: Sequência de atividades de planejamento da gestão.



Outras atividades podem ser realizadas pela IES de modo a facilitar esse momento, bem como outras estratégias podem ser empregadas. Ao seguir as considerações aqui feitas, é possível realizar a implementação do PDI de maneira efetiva. É preciso bastante atenção e dedicação dos gestores e atores participantes visando esse resultado.

5. GESTÃO DA POLÍTICA ACADÊMICA ADMINISTRATIVA

A Política acadêmica administrativa da IES deixa clara a decisão de alicerçar seu planejamento na missão institucional, na filosofia de ação participativa adotada, nas particularidades de sua identidade, nas pessoas que compõem a organização, nos alunos a quem a Instituição atende e na responsabilidade social que faz questão de ter.

Ao serem definidas as concepções acerca de política acadêmica administrativa, oportuno que se possa vinculá-lo ao processo de avaliação institucional, tal como vem ocorrendo em várias universidades brasileiras. Esses dois processos interligam-se e estão vinculados a dois aspectos fundamentais da Instituição: a tomada de decisões e a ação decorrente em termos de correção de desvios/ reforço dos aspectos positivos/ aproveitamento das disponibilidades. Ambos os processos - o de política acadêmica administrativa e o de avaliação institucional -, vistos como instrumentos gerenciais, não são fins em si mesmos. São instrumentos articuladores de mudança e de correção de rumos, tanto no que concerne às estruturas organizacionais quanto ao que nelas se desenvolve.

Toda política acadêmica administrativa, tem como insumos básicos os componentes que dizem respeito à infraestrutura física, aos conteúdos, programas curriculares, materiais e equipamentos didáticos, recursos humanos e financeiros. Some-se a isso a legislação, conjunto de normas e regulamentos e outros componentes que são fundamentais para a organização e o funcionamento da Instituição, além da consideração permanente dos cenários externo e interno. A política acadêmica administrativa, com relação aos insumos básicos, cumpre um papel importante no sentido de articular as demandas, os interesses, os projetos e os programas institucionais, distribuídos num cronograma em diferentes períodos de tempo e com atores diferentes.

Concebido dessa forma, a política acadêmica administrativa na IES constitui-se em uma ferramenta de desenvolvimento institucional. Torna aqueles que a utilizam capazes de se comprometer com as políticas por eles definidas, com os objetivos, metas e ações por eles traçadas e por eles executadas, avaliadas e realimentadas.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

5.1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

- Conselho Superior - CONSUP;
- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE;
- Diretoria;
- Conselho de curso;
- Coordenadoria de curso;
- Instituto Superior de Educação - ISE.

5.2. REGIMENTO INTERNO DA MANTIDA

O Regimento Interno da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP encontra-se em anexo (FAUSP/02) deste PDI – 2020/2024.

5.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES

Os Órgãos Colegiados Superiores da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP encontra-se em anexo (doc. FAUSP/02) deste PDI – 2020/2024.

5.4. AUTONOMIA DA MANTIDA EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

A autonomia didático-científica compreende a competência para:

- Estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão.
- Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes e fixar as vagas iniciais.
- Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes curriculares nacionais.
- Estabelecer planos, programas e projetos de iniciação científica, produção artística e atividades de extensão.
- Conferir graus, diplomas e outros títulos e registrá-los.
- Estabelecer seu regime acadêmico e didático-científico.

5.5. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A autonomia administrativa compreende a competência para:

- Propor a reforma de seu Regimento, para vigência, no que couber, após aprovação dos órgãos competentes.
- Elaborar, reformular e aprovar o Regimento de suas unidades e os regulamentos institucionais.
- Propor à Mantenedora a fixação dos encargos educacionais, das taxas e emolumentos a serem cobrados pelos serviços prestados, respeitada a legislação pertinente em vigor.
- Propor formas de seleção, admissão, promoção, licenças, substituições e dispensa do pessoal docente, bem como estabelecer seus direitos e deveres.

5.6. PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

O cenário da modernidade contempla a instauração de múltiplos desafios políticos e educacionais. Comprometido com tais desafios a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, no exercício de sua missão educativa através dos cursos de graduação, buscará permanentemente a excelência do ensino.

Nesse sentido, a proposta pedagógica desenvolvida pela IES se pauta nas Diretrizes Curriculares Nacionais, emanadas do Conselho Nacional de Educação, aliada aos princípios da educação transformadora.

A partir de tais concepções, a IES busca implementar metodologias reflexivas e interdisciplinares que concorram para o favorecimento da participação ativa e interativa de todos os elementos didáticos, envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

5.7. EXISTÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS

Os cursos ministrados pela IES possuirão projetos pedagógicos aprovados pelo MEC. Os futuros projetos também atenderão aos indicadores e padrões de qualidade e às diretrizes curriculares legais.

5.8. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Na formulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos pretendidos, haverá a participação ativa dos coordenadores, professores e Mantenedores, para adequação curricular às novas diretrizes curriculares.

Após a elaboração dos projetos pedagógicos, os mesmos deverão ser submetidos, sucessivamente, à deliberação dos colegiados de Cursos e do Corpo Docente. O Coordenador de Curso é o elemento que estimula a participação dos diversos públicos envolvidos na elaboração do Projeto Pedagógico. Além disso, cuida da integração das informações e conteúdos legais com as aspirações oriundas da participação coletiva e das demandas da sociedade. O Coordenador é responsável pela ligação entre a Assessoria Pedagógica Institucional e os participantes do processo de construção.

Meta:

Obter conceito 05 na avaliação do projeto pedagógico de cada curso de graduação, por ocasião da avaliação das condições de ensino, para autorização e reconhecimento dos cursos.

Ações específicas:

- Desenvolver estudos permanentes para a atualização periódica dos projetos pedagógicos.
- Manter e atualizar banco de dados para cada curso, tendo presente os indicadores e padrões de qualidade do INEP, para avaliação das condições de ensino, de cada curso.
- Envolver a comunidade acadêmica de cada curso (alunos, professores, técnicos e pessoal de apoio) no processo de avaliação e atualização dos projetos pedagógicos.

5.9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

O acompanhamento e a supervisão dos projetos pedagógicos dos cursos e das atividades acadêmicas são desenvolvidos no nível da administração básica, pelas coordenadorias de curso e pelos colegiados de curso. A avaliação dos cursos e programas e dos respectivos projetos pedagógicos estará a cargo da Comissão de Avaliação Institucional - CPA, que integra a Diretoria da Faculdade, nos termos do programa específico, conforme este PDI.

Meta:

Avaliar, anualmente, os projetos pedagógicos de cada Curso Superior.

Ações específicas:

- Adotar os indicadores e padrões de qualidade do INEP, adaptados ao perfil e a missão institucionais da faculdade, para a avaliação periódica dos projetos pedagógicos dos cursos.
- Submeter os projetos pedagógicos à auto avaliação, antes do pedido de reconhecimento de cada curso.
- Criar metas e ações específicas para a correção e melhoria dos projetos pedagógicos avaliados negativamente, em qualquer aspecto.

As atividades de iniciação científica estarão articuladas com o ensino superior, mediante a coordenação dos gestores de cada curso. As atividades permanentes de extensão – e sua articulação com o ensino – serão objeto de gerência afeta à Diretoria da Faculdade, especialmente designado pelo Diretor.

As atividades de práticas profissionais, desenvolvidas sob a forma de estágios curriculares (supervisionados) ou extracurriculares, estarão articuladas com a função ensino, por intermédio da coordenação de estágios, que manterá estreita articulação com as coordenadorias específicas de estágio, de cada curso.

A participação efetiva dos discentes nas práticas investigativas e nas atividades de extensão será assegurada pela implementação dos programas de monitoria e de iniciação científica. Todas essas atividades serão supervisionadas por docentes, especialmente designados pela Diretoria.

É importante ressaltar que o ato de planejar sugere-se a avaliação permanente do projeto e da sua respectiva reestruturação. A avaliação situa o grupo no processo, propiciando a possibilidade de um julgamento mais concreto da caminhada realizada, com conhecimento crítico da situação em que se encontra e conduz ao estabelecimento de perspectivas com relação à continuidade do projeto.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA oferece dados importantes que auxiliam nas ações de acompanhamento do Projeto Pedagógico. Outros indicadores que auxiliam na implementação, revisão e atualização dos projetos são as constantes transformações contextuais, as novas perspectivas de mercado e as Diretrizes Curriculares.

5.10. RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE

Os convênios firmados por uma Instituição de Ensino Superior refletem o nível de inserção e aceitação da mesma pela sociedade na qual está inserida. Assim, considerando a quantidade e qualidade das dezenas de convênios que a IES possui com organizações do setor público e privado da sociedade, podemos concluir que a IES conseguiu construir uma excelente imagem de credibilidade e aceitação. A IES possui uma gestão proativa de aproximação com a sociedade que demanda serviços educacionais, técnicos e administrativos. Abaixo, apresentamos uma síntese das áreas contidas nos objetivos dos convênios mantidos pela IES que serão ampliadas e aprimoradas:

- Cooperação Técnica;
- Pesquisa;
- Ensino de Graduação;
- Ensino de Pós-Graduação;
- Qualificação Profissional / Treinamento;
- Ação Comunitária;
- Estágios para Alunos da IES;
- Concessão de Bolsa para Professores;
- Concessão de Bolsa para Alunos;
- Aquisição de Equipamentos / Obras;
- Prestação de Serviços.

A IES possui instituído o Núcleo de Convênios, onde estão centralizadas todas as ações referentes à formação de parcerias e convênios, desde a avaliação de sua necessidade até sua formalização.

Este Núcleo trabalha de duas maneiras, no que diz respeito à efetivação de parcerias/convênios:

- As empresas, cientes do importante papel que a IES representa na sociedade, procuram a instituição para formalizar a parceria/convênio;
- A IES, por meio de necessidades apresentadas pela comunidade acadêmica, realiza visitas às instituições que possam contribuir de alguma forma, no desenvolvimento de atividades importantes para comunidade.

A celebração de parcerias com empresas públicas e privadas assume relevância nessa missão de formar profissionais capacitados a operar de acordo com as peculiaridades e necessidades regionais. Nas parcerias e convênios, a IES incentivará a participação docente e discente, facultando-lhes perceber vantagens em casos de produção industrial, tecnológica ou intelectual, em assessoramento a entidades externas, em participação em colegiados administrativos.

O olhar externo à comunidade diz respeito ao exame das relações construídas com as comunidades local e regional. Partindo de um planejamento, a IES, atendendo à sua missão e à demanda de necessidades da comunidade, atua nas áreas de educação, saúde, assistência social e meio ambiente, desenvolvendo ações institucionais e visando legitimidade frente a comunidade.

A política para as relações institucionais com as comunidades local e regional está assentada nas seguintes diretrizes:

- Reconhecer a importância do investimento social, valorizá-lo e explicitá-lo em documentos (missão, visão, objetivos).
- Praticar uma política de inclusão social e capacitação que contemple o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou pertencentes a grupos de minorias sociais.
- Manter uma política de responsabilidade social com a comunidade expressa em ações contínuas e sistemáticas de desenvolvimento da comunidade por meio de ações/projetos sociais (próprios ou em parceria), a partir de necessidades sociais levantadas.

VI – IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS

A IES, objetivando a sintonia com o mercado acadêmico e profissional não acadêmico, estruturou-se de modo a garantir a mobilidade de seus quadros bem como a interação de seus agentes. Desta maneira adquire importância a estrutura dos Núcleos nos quais professores, parcela do corpo discente e pesquisadores se organizarão por afinidade de conhecimento para o surgimento de um ambiente propício à interdisciplinaridade. Assim, por meio dos Núcleos, em especial dos seus respectivos Orientadores a participação docente e discente permeará indiretamente toda a estrutura administrativa da IES, além da participação direta já garantida nos órgãos colegiados anteriormente exposta.

Os professores encontram-se organizados em Núcleos, dentro dos quais são responsáveis pela produção do conhecimento e sua integração na prática dos cursos produzidos pela IES e pela atribuição e delimitação do conteúdo a ser abordado pelas disciplinas. Internamente aos Núcleos, os professores encontram-se submetidos à avaliação dos Orientadores do Núcleo – um por núcleo – que se reportam ao Coordenador Acadêmico que, por sua vez, tem como função o auxílio ao Diretor nas atividades de:

- Supervisionar as atividades das Coordenadorias e do Centro de Pesquisa, Monografia e Publicações;
- Articular as atividades das Coordenadorias e supervisionar o trabalho dos órgãos de apoio acadêmico;
- Submeter aos órgãos competentes estudos e planos de racionalização das atividades administrativas;
- Solicitar ao Diretor, quando necessário, a substituição ou transferência de professor em suas funções ou encargos;
- Elaborar o plano das atividades de ensino e pesquisa, submetendo-o à aprovação dos órgãos competentes;
- Exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Sendo as seguintes as atribuições comuns às Coordenadorias:

- Promover a execução das decisões emanadas do Diretor e dos órgãos deliberativos da IES;
- Elaborar e administrar os respectivos programas anuais de trabalho;
- Elaborar os relatórios de atividades na periodicidade definida pelo Diretor da IES;
- Propiciar o envolvimento dos alunos, sempre que possível, em projetos
- Atividades da IES;
- Estimular integração entre o ensino, a pesquisa e a consultoria técnica;
- Propor ao Diretor a contratação de técnicos, pesquisadores e professores.
- Colaboradores;

- Propor diretrizes para o exercício das atividades de ensino, pesquisa, publicações e consultoria técnica;
- Examinar e submeter preliminarmente ao Diretor Acadêmico:
- Projetos de ensino, pesquisa e consultoria técnica;
- Nomes de docentes, pesquisadores e técnicos que participarão dos diferentes projetos;
- Supervisionar e apoiar, técnica e academicamente, as atividades e os projetos da IES.

6. CURSO DE GRADUAÇÃO

O Curso é a unidade básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica. O Curso é integrado pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas e normativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

Meta:

Buscar, permanentemente, a excelência na gestão acadêmico-administrativa.

Ações específicas:

- Proporcionar ambiente institucional para o desempenho elevado dos Coordenadores de Curso, professores e alunos.
- Incluir todos os Coordenadores em regime de tempo integral.
- Promover seminários internos de atualização gerencial, com ênfase para os aspectos acadêmicos, econômico-financeiros e administrativos.

6.1. CURSO PRETENDIDO - GRADUAÇÃO

Implantar os seguintes cursos conforme cronograma:

CURSO	2020		2021		2022		2023		2024	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
LICENCIATURA/BACHARELADO										
Administração - Bacharelado										
Direito - Bacharelado										
Pedagogia - Licenciatura										
Vagas Totais Anuais por Curso	80		80		80		80		80	
Aumento de Vagas	-		-		-		-		-	

Ações específicas:

- Levantar a legislação, normas, indicadores e padrões de qualidade para a elaboração final dos projetos pedagógicos dos cursos pretendidos.
- Recrutar professores-especialistas, nos cursos pretendidos, para integrarem o corpo docente da faculdade e atuarem na elaboração dos projetos.
- Elaborar os projetos cursos, à época própria, prevista no calendário do MEC, para protocolização dos pedidos.
- Acompanhar a tramitação dos processos, a visita das comissões de consultores do MEC e o cumprimento de possíveis diligências.
- Tomar as ações legais e burocráticas para a realização dos processos seletivos iniciais e a instalação de cada curso.

6.2. CURSOS PRETENTIDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (*Lato Sensu*)

A pós-graduação, em nível de especialização, será implantada progressivamente, na medida da consolidação e fortalecimento dos cursos e programas. Os cursos de pós-graduação serão coordenados por professor, designado pela Diretoria, em apoio à coordenação do curso afim.

Meta:

Implantar, no período 2020/2024 de acordo com o seguinte quadro:

CURSO/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO				
	2020	2021	2022	2023	2024
Gestão Educacional					
Empreendedorismo					
Educação Especial e Inclusão					
Psicopedagogia					
Gestão de Negócios					

Ações específicas:

- Recrutar e selecionar professores, do corpo docente da própria IES, para a elaboração dos projetos dos cursos de especialização programados para o período.
- Alocar horas-semanais para os programas de pós-graduação, dos professores em TI e em TP.
- Recrutar, selecionar e contratar professores na comunidade local e regional, com título de mestre ou doutor, para suprir possíveis carências internas, para a implementação dos programas de especialização.

- Conceder bolsas, parciais ou totais, aos professores do quadro docente, indicados pelos coordenadores de curso, para matrícula nos cursos de pós-graduação.

É preciso destacar a importância que os cursos de Pós-graduação "LATO SENSU", na modalidade acadêmica, terão para a Instituição ao proporcionar ao professor a oportunidade de obter a melhor qualificação para a docência.

6.3. PROGRAMAÇÃO PARA RECONHECIMENTO DE CURSOS

Conforme legislação em vigor.

6.4. CURSOS DE EXTENSÃO

A partir de levantamentos realizados, a Faculdade optará pela oferta de cursos de Extensão de acordo com o seguinte quadro.

PROGRAMAS DE EXTENSÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO				
	2020	2021	2022	2023	2024
Gestão Pública					
Comunicação Estratégica					
Emprego e Renda					
Libras					
Educação Profissional					
Empreendedorismo					
Desenvolvimento Sustentável					
Relações Étnicas Raciais					

VII – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

O Curso é integrado pelo Coordenador e seus professores das disciplinas que compõem o currículo do mesmo, pelos alunos nelas matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo, nele lotado. Todos com suas responsabilidades definidas no Regimento Interno da Instituição.

A Coordenadoria Acadêmica, órgão de coordenação dos cursos, é exercida por um Coordenador Acadêmico, escolhido pela Mantenedora em lista tríplice, competindo ao mesmo zelar pela qualidade e manter a unidade e atualização dos programas dos cursos, observadas as necessidades e tendências identificadas no mercado e as orientações, diretrizes e políticas emanadas dos órgãos superiores, desenvolvendo as ações necessárias a tanto.

A Coordenadoria Acadêmica encontra-se dividida, Inicialmente, em cinco Núcleos: de Pesquisa, de Extensão Comunitária e Universitária, de Atividades Complementares e de Prática. Os Cursos, órgãos executores das atividades de ensino, estão subordinados à coordenadoria acadêmica. Ao coordenador compete zelar pelo ensino e disciplina das matérias absorvidas pelo seu curso

7. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação do Curso responde pela condução integral do processo pedagógico. Além de acompanhar diuturnamente o desempenho dos docentes, quanto ao cumprimento dos programas e avaliações, bem como o desempenho didático em salas de aula, e de exercer as demais competências que lhe sejam previstas no Regimento.

Em consonância ao Coordenador, ao Conselho Pedagógico compete distribuir, deliberar e emitir parecer sobre os programas e planos de ensino e projetos, em grau de curso, aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaboradas pelo Coordenador.

A Coordenação do Curso está subordinada à Diretoria Geral, que com reuniões periódicas discute e delibera sobre assuntos relacionados ao curso que sobressaem ao âmbito da coordenação.

O coordenador do curso não desenvolve os seus trabalhos de forma isolada, possui suporte acadêmico administrativo dos conselhos e da Diretoria diretamente relacionadas.

Meta:

Tornar o Curso uma unidade Administrativa, com custos e orçamento próprios.

Ações específicas:

- Desenvolver um sistema próprio de informações gerenciais, com apropriação de custos e resultados, por Curso.
- Atribuir ao Coordenador de Curso a função de gestor do Projeto Pedagógico do Curso, das atividades de apoio técnico, científico e operacional e do controle orçamentário e financeiro da sua unidade.

7.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador de Curso é escolhido e designado pelo Diretor, juntamente com o seu suplente, que o substitui nas faltas e impedimentos eventuais. A titulação e o regime de trabalho do coordenador devem atender aos padrões de qualidade, fixados pelo MEC.

São atribuições do Coordenador de Curso:

- Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
- Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- Apresentar, anualmente, ao Conselho de Curso e à Diretoria, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;
- Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não docente nele lotado;
- Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- Delegar competência, e
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

A coordenação dos cursos sequenciais e de pós-graduação é exercida pela Coordenadoria de Curso que contiver maior número de disciplinas oferecidas à integralização dos mesmos.

O Diretor pode designar coordenador específico para cursos sequenciais ou de pós-graduação, segundo a natureza ou complexidade de cada um.

Meta:

Manter na coordenação dos cursos de graduação professores-profissionais vocacionados para a liderança e a gestão participativa.

Ações específicas:

- Manter a regularidade de funcionamento dos colegiados de cursos, no mínimo, nos períodos estabelecidos no regimento.
- Proporcionar infraestrutura de apoio aos colegiados e aos coordenadores de cursos, para o exercício pleno de suas funções.
- Oferecer cursos de treinamento e atualização para os coordenadores de cursos, particularmente em relação à elaboração e execução de projetos pedagógicos, à legislação de ensino superior e às relações interpessoais.

7.2. REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICOS

O registro e controle acadêmicos serão da competência da Secretaria Acadêmica, que integra a Diretoria. A Secretaria Acadêmica será composta de pessoal qualificado para essas funções, sendo treinados para tarefas específicas, particularmente, em relação ao sistema informatizado. Este sistema oferecerá confiabilidade, segurança e rapidez nos registros e nas informações prestadas aos alunos.

A organização do controle acadêmico segue as normas estabelecidas e todo sistema de matrícula, trancamento, frequência, notas, aprovação e reprovação, bem como os demais procedimentos de secretaria conta com pessoal qualificado e com um sistema de informação apropriado.

O sistema de controle acadêmico primará pela organização das informações referentes ao conteúdo curricular oferecido aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente à legislação educacional em vigor.

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP adotará o regime semestral de matrícula por disciplina. A cada semestre o aluno renova sua matrícula em disciplinas do currículo do seu curso, conforme horário de aulas preparado para aquele semestre. Durante o semestre, sempre que interessar, o aluno pode solicitar histórico escolar contendo resultados das disciplinas cursadas em semestres anteriores.

A documentação de alunos e os registros acadêmicos serão administrados pela Secretaria Geral. Documentos e informações serão fornecidos continuamente pela Secretaria, atendendo solicitação de toda comunidade acadêmica.

Meta:

Erro ZERO nos registros acadêmicos.

Ações específicas:

- Desenvolver programa próprio de sistema de informações acadêmicas, na busca da confiabilidade, segurança, transparência e agilidade.
- Proporcionar treinamento permanente aos profissionais em exercício na Secretaria Acadêmica, com ênfase nos aspectos essenciais da gestão acadêmica de dados informatizados, na legislação do ensino superior e nas relações interpessoais.
- Promover a atualização tecnológica de equipamentos e programas de informática, destinados ao registro e controle acadêmicos.
- Proporcionar condições e ambiente de trabalho adequados ao exercício das funções de controladoria acadêmica.

7.3. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A instituição entende que os coordenadores de cursos são o elo entre o corpo discente e a direção da Instituição, desta forma a IES adotará uma “política de portas abertas” no trato com os discentes, atendendo aos alunos diariamente ou através de reuniões com os representantes de sala. Este contato com o discente permite à coordenação:

- Obter um retorno das diversas atividades propostas aos alunos;
- Informar aos alunos sobre eventuais programas ou projetos institucionais;
- Identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos através deste atendimento e das reuniões de Colegiado de Curso;
- Ouvir sugestões e identificar pontos de melhoria;
- Posicionar os alunos sobre as expectativas de um curso superior.

A IES, enquanto instituição oferecerá vários outros serviços que podem ser utilizados pelos alunos, no sentido de contribuir com sua formação acadêmica, social e cultural, como por exemplo: *Biblioteca – Internet – Auditório – Programa de Orientação Psicopedagógico e etc..*

Os serviços que visam acompanhamento do discente serão organizados tendo em vista que a formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação para a qual o aluno está sendo formado, deve proporcionar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade a partir dos diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhadas no curso.

Com este propósito serão desenvolvidas ações incentivadoras da participação dos discentes como: seminários, congressos, simpósios, etc., disponibilização de horários na carga horária total dos docentes para atendimento aos alunos em suas atividades acadêmicas; acompanhamento psicopedagógico; Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e produções de alunos e professores; Programa de Avaliação Continuada para realização da auto avaliação do curso, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso; Monitoria, através da qual os alunos têm oportunidade de rever e aprimorar seus estudos objetivando resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem.

Os docentes atenderão os alunos que participam dos projetos de atividades de trabalhos de conclusão de curso, estágios supervisionados e em orientações pedagógicas na rotina das salas de aulas. Programas Institucionais também facilitam e contribuem para a qualificação discente: ciclos de palestras e Semanas de Estudos, apresentados de forma sistemática.

7.4. FORMAS DE ACESSO

Para o acesso do discente ao ensino superior foi definida política em complementação à de captação de alunos, uma vez que não basta viabilizar o acesso de alunos ao ensino superior, é preciso, também democratizar a sua permanência, a fim de assegurar-lhes o uso dos resultados do seu processo educativo e dos benefícios derivados desta escolaridade. Democratização da permanência dos alunos implica em ter clareza do perfil de profissionais que a Instituição deseja formar a fim de poder identificar e minimizar as lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior e os problemas de ordem emocional ou psicopedagógico que interferem na sua aprendizagem. Implica também na busca de alternativas aos problemas de ordem financeira que impossibilitam, muitas vezes, a referida permanência nos cursos em que lograram obter acesso. A admissão aos cursos superiores da IES ocorre por meio de um processo seletivo que visa selecionar e classificar os alunos de acordo com os requisitos básicos para os cursos oferecidos. Antes de iniciar o período letivo é aplicado sistematicamente um teste escrito padronizado (Vestibular) de conhecimentos e habilidades intelectuais. Os alunos aprovados e classificados estão aptos para a matrícula.

7.5. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

O apoio pedagógico e Financeiro ao discente é atendido a partir de uma política de trabalho conjunta do docente, da Coordenação de Curso, da Direção Geral da Instituição, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Secretaria.

O apoio pedagógico ao discente inicia-se em sala de aula. Neste sentido, e reforçado o papel de educador que o corpo docente possui. Este papel de educador não se limita apenas às atividades acadêmicas, estende-se também ao papel amigo que o docente adota em determinadas situações.

O professor é responsável pela formação do aluno não só para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade. Por isso sua postura em sala de aula, a forma como trata seus pares e seus alunos, sua ética profissional, sua forma de expressar-se, são pontos que devem ser observados e que fazem parte da formação do discente. Devem ser praticados, em sala de aula, exercícios de cidadania e respeito ao próximo. Normas de disciplinas e assiduidades são reforçadas, além do respeito pelo docente e pelos outros discentes.

A política de apoio aos discentes envolve, também, além do atendimento necessário aos “déficits” de diferentes ordens, por eles apresentados, no investimento nas potencialidades e disponibilidades que os alunos evidenciem, através do estímulo à canalização deste “plus” em atividades de pesquisa e extensão.

Da política de apoio pedagógico fazem parte integrante:

- Cursos de reforço (NIVELAMENTO) em disciplinas básicas (principalmente de Língua Portuguesa);
- Programas de monitoria: cujo objetivo é assessorar alunos em eventuais dúvidas;
- Processo de avaliação: a cada exercício realizado seja trabalho ou avaliação à correção oral e escrito, torna-se um espaço privilegiado de aprendizagem;
- Controle de faltas;
- Processo ensino-aprendizagem: prática pedagógica e compreensão por parte dos alunos da proposta de trabalho e do conteúdo desenvolvido;
- Política de “portas abertas”, onde o coordenador do curso disponibiliza horário para apoio aos discentes;
- Disponibilização por parte de alguns docentes de horário semanal para apoio pedagógico ao discente;
- Laboratórios de informática;
- Laboratórios específicos;

- Programa de Iniciação a Pesquisa Científica;
- Programas de extensão.

Além do trabalho realizado pelos docentes e coordenadores, a instituição também fornecerá uma série de programas que visam o apoio ao discente.

Esses programas foram organizados tendo em vista que a formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação para a qual o aluno está sendo formado, deve proporcionar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade a partir dos diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhadas no curso.

Com este propósito serão desenvolvidas ações incentivadoras para a participação dos discentes em projetos como:

- Seminários, congressos, simpósios, palestras externas (utilizadas como metodologia de ensino, durante as aulas), etc.;
- Ciclo de palestras e Semana de estudos;
- Acompanhamento psicopedagógico;
- Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e produções de alunos e professores;
- Programa de Avaliação Continuada para realização da auto avaliação do curso, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso;
- Programa de monitoria, através da qual os alunos têm oportunidade de rever e aprimorar seus estudos objetivando resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem;
- Estágio Supervisionado;
- Além da disponibilização de horários na carga horária total dos docentes para atendimento aos alunos em suas atividades acadêmicas.

Para que possa acompanhar seu desempenho acadêmico, a IES facilitará ao aluno o acesso às informações de seu registro acadêmico através do “registro eletrônico” ou diretamente na secretária. O acesso eletrônico pode ser realizado via internet mediante a utilização de uma senha específica. O controle e registro acadêmicos (notas, disciplinas, aprovações, reprovações, tempo restante para a conclusão do curso, e outras referências à vida acadêmica) são de responsabilidade da Secretaria.

Para os alunos que não possuem acesso à Internet ou não dispõem de equipamentos que permitam este acesso, a faculdade disponibilizará junto à Biblioteca e Laboratórios de Informática microcomputadores, cujos objetivos, além do pedagógico, é facilitar ao aluno o acesso a seus registros acadêmicos. Com o objetivo de colocar os discentes mais próximos ao mercado de trabalho, a IES mantém convênios/parcerias com diversas instituições.

Desta forma, estas instituições, sempre que necessário, ofertam vagas de estágios ou, no caso das grandes empresas, realizam o recrutamento contínuo de estagiários. A IES ofertará programa de bolsas de estudo com investimento próprio e governamental.

7.6. SUB-PROGRAMAS COM INVESTIMENTO INSTITUCIONAL

- Bolsa: sem convênio (parciais/integrais): a partir de uma ficha (modelo IES) de análise socioeconômica, acompanhada dos documentos pessoais e acadêmicos do aluno, protocoladas na Secretaria, processa-se a análise da necessidade social x orçamento institucional, pela Comissão (Tesouraria, Secretaria e Diretoria). Após essas análises é deferido ou não o pedido de bolsa de estudos.
- Bolsa: Funcionário e/ou dependente: É concedida bolsa de estudos para todos os funcionários da instituição e para os dependentes.

7.7. SUB-PROGRAMA COM INVESTIMENTO GOVERNAMENTAL

- FIES – O Governo Federal junto a Caixa Econômica Federal - CEF, financiam 70% do valor da mensalidade; o aluno repassa o restante de 30% para IES, a IES recebe do Governo em títulos, podendo descontar do recolhimento de INSS. O aluno quitará a dívida com a CEF, depois de formado.

7.8. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O aspecto crucial do apoio aos discentes passa pela ênfase à participação dos mesmos na gestão institucional, através do estímulo à representação estudantil em todos os órgãos colegiados dos cursos, ou mesmo nos de nível institucional, com direito à voz e voto.

Esse envolvimento é considerado salutar, na IES, pelo seu aspecto psicológico e político em termos de comprometimento com seus objetivos pessoais e com os da Instituição.

7.8.1. PRINCÍPIOS

- Acolhimento especial dispensado a todos os alunos novos, viabilizando sua integração ao meio universitário.
- Zelo pela manutenção de um clima cordial de trabalho institucional, com base nas relações da administração e docentes com os discentes da Instituição.
- Ênfase à participação discente na gestão institucional através das diferentes formas de representação estudantil: Diretórios Acadêmicos; participação de representantes dos alunos nas reuniões dos diferentes órgãos colegiados institucionais ou específicos dos cursos; Conselho de Representantes de Turmas nos cursos bem como no processo de auto avaliação institucional.
- Democratização da permanência dos alunos nos cursos através da criação de mecanismos para superação dos diferentes impedimentos.
- Estímulo ao adequado aproveitamento das potencialidades e disponibilidades dos alunos em atividades de Pesquisa e Extensão.
- Sistematização das ações acadêmico-administrativas institucionais de apoio aos discentes em um núcleo institucional específico para tal, dotado de recursos humanos qualificados para as diferentes funções, além de recursos próprios de infraestrutura.

7.9. PROGRAMAS DE ESTÍMULOS

Com a implantação dos Programas de estímulos e das ações planejadas, a meta é alcançar índices de produtividade, nos cursos de graduação, superiores em, pelo menos, 20% da média nacional, apurada pelo INEP, para as IES não-universitárias.

Ações específicas:

- Estímulo e apoio à participação dos estudantes em atividades de iniciação científica, de extensão, atividades complementares e em eventos (congressos, seminários, painéis, simpósios) de natureza científica ou cultural, educacional.
- Implantação do Núcleo de Apoio ao Estudante, destinado à prestação de serviços de apoio pedagógico (orientação acadêmica), de acompanhamento psicopedagógico, encaminhamento profissional etc.
- Desenvolver programa em tecnologia da informação que amplie as facilidades, aos alunos, para o acesso às informações do registro acadêmico.
- Proporcionar o treinamento em programas de digitação de textos e planilhas eletrônicas, ao longo dos dois primeiros semestres letivos, a fim de facilitar a elaboração dos trabalhos acadêmicos.

- Implantar, a partir de 2024, o Núcleo de Acompanhamento de Egressos, destinado a proporcionar, aos concluintes dos cursos superiores, meios de colocação profissional ou de início em empreendimentos próprios ou a oferta de cursos de atualização profissional.
- Oferta de bolsas de iniciação científica e de monitoria.
- Existência de projeto de acompanhamento de egressos

7.10. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos nos Cursos da IES ocorrerá atendendo às necessidades do curso no seu sistema avaliativo, visando socializar as experiências na atuação profissional e fornecer subsídios para a reestruturação curricular do mesmo.

Assim, vários procedimentos serão utilizados, tais como: manutenção de mala direta, divulgação na mídia em geral convidando para atividades de lazer e tecno-científicas, feiras, mostras universitárias, avaliação pelo Programa de Avaliação Continuada e, mesmo nas monografias de final de curso, onde são realizadas pesquisas que fazem levantamento da situação atual do egresso.

O objetivo do instrumento de avaliação do Egresso é obter contribuições do ex-aluno para a melhoria da qualidade do Curso, diagnosticando:

- A sua posição no mercado de trabalho;
- Competências desenvolvidas durante e com auxílio do Curso;
- Dificuldades de colocação profissional;
- Competências não desenvolvidas, porém relevantes ao exercício da profissão;
- Visualização que o egresso possui do Curso e qual o seu interesse pela educação continuada.
- Aspectos de melhoria da qualidade de vida do egresso.

O instrumento para o egresso, em conjunto a outros instrumentos, entre eles a óptica dos discentes, a óptica dos docentes, a óptica dos gestores, avaliação de disciplinas, avaliação de laboratórios e biblioteca, identificação da expectativa da comunidade e fóruns, são fontes de informação para elaboração do relatório conclusivo de avaliação do Curso.

7.11. PERFIL DO INGRESSANTE

Com o estudo do perfil socioeconômico do estudante, pretende-se evidenciar a existência de problemas que podem interferir diretamente no seu desempenho escolar, uma vez que este perfil conduz, não só ao acesso ao curso, como também ao seu êxito no aproveitamento escolar.

Assim, é possível que a direção, docentes e discentes da IES possam revisar o currículo do curso, para adequar programas e métodos de ensino, no decorrer do curso e proporcionar melhores possibilidades de inserção dos acadêmicos na área profissional.

7.12. PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso é definido a partir das análises contextualizadas de cada curso e habilitação e de resultados desejados e veiculados ao projeto pedagógico.

O perfil enfatiza a capacidade de raciocínio, a assimilação de novas informações, a compreensão de bases gerais, técnico-científicas, sociais, econômicas e a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional.

Os cursos em seus projetos pedagógicos devem oportunizar aos graduandos, uma sólida formação humanista e geral, com a capacidade de análise e articulação de conceitos, e estejam imbuídos de uma consciência social, capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, bem como a de desenvolverem a capacidade de transferir conhecimentos do cotidiano para o ambiente de trabalho e do campo profissional.

O perfil desejado do formando pela IES repousa em uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos sociais, aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania. Portanto, os Cursos da IES pretendem formar Bacharéis com habilitação suficiente para alcançar o perfil desejado do formando, conforme a Resolução de cada curso; assim, propiciará a seus alunos o desenvolvimento.

Enfim, como explicitado, pretende a IES formar profissionais que tenham assimilado os conhecimentos transmitidos, mas, especialmente, que se tenham formado, através dos anos em que cursaram a graduação, como pensadores. Essa formação os terá transformado em sólidos profissionais, que terão melhores condições no mercado de trabalho do que os que só obtiveram informações, nem sempre retidas. Neste contexto o papel do profissional ganha maiores atribuições e responsabilidades. Cabe a ele contribuir para o desenvolvimento da organização e da sociedade como um todo.

Buscando adaptar-se ao contexto atual, buscamos atingir um profissional que busque não só o *Saber fazer*, mas também o *porquê fazer*.

No desenvolvimento das competências que julgamos essenciais e na capacitação destes alunos, futuros profissionais, a Faculdade tem como princípio respeitar a personalidade e as habilidades individuais.

Profissional empreendedor, com sensibilidade e entendimento sobre responsabilidade social, com formação humanística e visão sistêmica, capaz de compreender o meio social, político, econômico e cultural; amplo domínio das estratégias empresariais, identificando oportunidades, antecipando e promovendo transformações; capaz de atuar de modo integrado e sistêmico dotado de habilidades de planejamento, organização, liderança e controle com equipes interdisciplinares.

7.13. COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

No universo das exigências mercadológicas inerentes à modernidade destaca-se a necessidade de profissionais competentes e comprometidos com as contínuas transformações contextuais.

A IES buscará desenvolver as seguintes competências:

- Refletir criticamente sobre o contexto sócio histórico no qual está inserido, fazendo a necessária intervenção visando à melhoria do mesmo;
- Assumir a postura de investigador utilizando sistematização da pesquisa como requisito inerente à construção e/ou reconstrução do conhecimento;
- Exercer a profissão com autonomia, pautando-se nos princípios da ética e cidadania;
- Utilizar dos benefícios resultantes das pesquisas científicas e tecnológicas em prol da qualidade de vida;
- Articular a profissão com as demais atividades sociais, numa perspectiva multiprofissional e multidisciplinar;
- Promover a participação contínua de ações que visam à valorização do multiculturalismo em prol da soberania humana.

7.14. ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO

A organização do controle acadêmico segue as normas estabelecidas e todo sistema de matrícula, trancamento, frequência, notas, aprovação e reprovação, bem como os demais procedimentos de secretaria contam com pessoal qualificado e com um sistema de informação apropriado.

O sistema de controle acadêmico prima pela organização das informações referentes ao conteúdo curricular oferecido aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente a legislação educacional em vigor.

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP adota o regime semestral de matrícula por disciplina. A cada semestre o aluno renova sua matrícula em disciplinas do currículo do seu curso, conforme horário de aulas preparado para aquele semestre.

Durante o semestre, sempre que interessar, o aluno pode solicitar histórico escolar contendo resultados das disciplinas cursadas em semestres anteriores. A documentação de alunos e os registros acadêmicos são administrados pela Secretaria Geral.

Documentos e informações são fornecidos continuamente pela Secretaria, atendendo solicitação de toda comunidade acadêmica. Os requerimentos de solicitação desses documentos são protocolados na própria Secretaria.

7.15. PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

A Faculdade conta com o suporte acadêmico e administrativo representados pelo corpo técnico/administrativo.

7.16. APOIO PEDAGÓGICO

O Apoio Pedagógico é um ambiente inteiramente dedicado ao apoio pedagógico a professores e acadêmicos, oferecendo equipamentos de informática e acesso à internet, e atendimento de funcionários em todos os períodos de funcionamento da faculdade.

Suas principais funções:

Auxiliar acadêmicos e professores na utilização do portal acadêmico, que é a forma oficial de relacionamento da faculdade com os professores e acadêmicos. É através dele que o professor disponibiliza seus conteúdos, e informa notas e frequência dos alunos, além de atividades online, comunicados e outras funções acadêmicas.

Auxiliar os acadêmicos na realização das atividades complementares de Estudos Dirigidos, que são atividades complementares oferecidas pela faculdade, cujo objetivo principal é propiciar o desenvolvimento de habilidades que vêm sendo requeridas pela dinâmica existente que há entre a faculdade, o mercado de trabalho e o sujeito cidadão. Essas atividades complementares não presenciais possibilitam ao aluno conciliar o estudo com sua possibilidade de tempo, realizá-lo no ritmo planejado e em qualquer local disponível, desenvolver autodisciplina, entre outros aspectos. Mas, para tanto, é necessário que o educando monitore a si próprio.

7.17. ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP mantém, ainda, sistema de acompanhamento ao alunado, com o intuito de auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Para isto, estruturou um programa de acompanhamento do desempenho do aluno, de forma a possibilitar o oferecimento de medidas alternativas que favoreçam a aprendizagem adequada.

7.18. SALA INTEGRADA DE ALUNOS COORDENADORES E PROFESSORES

A Sala Integrada de Alunos e Coordenadores e Professores - SICP foi idealizada para promover o conceito "Conviver" que prega o relacionamento entre diferentes áreas do conhecimento em todos os níveis de trabalho, entre coordenadores, professores, educadores administrativos e entre alunos de diversas áreas. A Sala Integrada não representa apenas o espaço físico onde coordenadores e professores convivem, mas onde uma equipe local é responsável pelo controle das informações acadêmicas dos docentes. Os processos acadêmicos que dependem do contato direto com o aluno são realizados por esta estrutura que também gere a documentação física dos acadêmicos daquela unidade.

São responsabilidades da Sala Integrada:

- Operacionalizar o Processo Seletivo na unidade, como a organização de salas que serão utilizadas, convocação de fiscais e garantir a segurança das provas;
- Confeccionar e controlar processos de alterações de notas, abono de faltas, transferências internas e externas;
- Cadastro do quadro de horários das aulas que serão ministradas no próximo semestre com o vínculo de professores;
- Cadastro, abertura e controle de salas especiais (solicitações de alunos);
- Operacionalizar a realização das provas do Estudo Dirigido;
- Cadastro de aproveitamentos de estudos aprovadas pelos coordenadores de curso;
- Coordenar o evento de ajuste de quadro de horários dos alunos no início de cada semestre;
- Divulgar o mapa de salas utilizadas por cada disciplina na unidade;
- Confecção de documentos para discentes;
- Cadastro das datas de provas para cada disciplina dos cursos da unidade;
- Gerir o arquivo físico de documentos dos discentes.

7.19. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ALUNO

O serviço de atendimento ao aluno é a estrutura de boas-vindas aos discentes e ingressantes dentro de IES. O setor representa o ponto único de atendimento ao aluno seja qual for o serviço solicitado. O SAA realiza procedimentos de atendimento em Nível 1, e protocola solicitações de serviços realizados por outras áreas.

Entre os objetivos do SAA está o pronto atendimento às demandas presenciais dos alunos e a realização de serviços de ingresso como a Matrícula. O SAA possui funções de facilitar a comunicação com os alunos provendo informações, documentos e solucionando negociações financeiras e no tratamento da retenção dos que possuem interesse em deixar a instituição. Na área regulatória o SAA também representa a Ouvidoria da IES.

7.20. CURSOS DE NIVELAMENTO

O projeto do curso foi elaborado sob a premissa de que todos os acadêmicos, ao iniciarem o curso, possuem as habilidades mínimas necessárias para o entendimento e aproveitamento dos conteúdos do curso. Optou-se por não incluir estes conteúdos básicos na grade curricular do curso, para não desestimular a grande maioria dos acadêmicos que já possuem este conhecimento.

Entretanto não podemos deixar de estar preparados para acadêmicos que ainda não possuem estes conhecimentos.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

Portanto, a fim de proporcionar a estes acadêmicos o conhecimento necessário para um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, e não desestimular aos acadêmicos que já possuem estes conhecimentos poderão ser oferecidos em função da demanda, semestralmente e de forma gratuita, pelo menos os seguintes cursos de nivelamento:

- Informática Básica
- Matemática Básica
- Comunicação e Expressão em língua portuguesa.

A oferta destes cursos deverá ser amplamente divulgada entre os acadêmicos, e os cursos deverão ser oferecidos fora do horário normal das aulas.

7.21. POLÍTICAS DE ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A Instituição prevê anualmente dois eventos acadêmicos oficiais para os alunos. No primeiro ou segundo semestre será realizada a semana acadêmica do curso, onde os acadêmicos podem participar de palestras, seminários, exposições, maratonas de projetos e oficinas dos mais variados temas relacionados. Esse evento será de responsabilidade conjunta da coordenação e da diretoria acadêmica.

No segundo semestre será realizada a Feira das Profissões onde cada curso mostra através de palestras, exposições, minicursos, as atividades inerentes a cada profissão.

Além desses dois eventos, serão realizadas palestras com professores e profissionais convidados, cursos de extensão, visitas técnicas, exposições de trabalhos realizados no âmbito das disciplinas e eventos variados, propostos tanto pela coordenação quanto pelos alunos.

7.22. APOIO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP tem como propósito promover e incentivar a participação dos discentes em Ciclos de Debates, Conferências, Eventos, Jornadas, Mesas Redondas, Oficinas de Trabalho, Produção e Incorporação de Tecnologias Apropriadas, Seminários entre outros eventos. A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP tem como meta incentivar a participação discente em grupos de pesquisa, programas de Iniciação Científica e Programa de Extensão e, para isso, implantou um plano de Iniciação Científica que tem como objetivos:

- Iniciar o aluno dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;
- Desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos;
- Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;
- Identificar e estimular os alunos para a investigação científica.

A organização curricular possibilita a realização de eventos dentro da própria Instituição, bem como a participação dos alunos em atividades extramuros, objetivando a inter e a transdisciplinaridade.

7.23. MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÕES DE ALUNOS

Os alunos terão oportunidade de divulgar seus trabalhos dentro e fora da Faculdade. A coordenação e os professores do curso divulgam os eventos ligados à profissão. A divulgação ocorre ainda nos periódicos existentes na área. Existirão, ainda, outros mecanismos de divulgação de trabalhos e produções de alunos como Revista da Faculdade. Murais, série de estudos, também fazem parte da proposta de divulgação a ser desenvolvida pelo curso.

7.24. BOLSAS DE ESTUDO E DE TRABALHO

Para cumprimento de sua missão, a Faculdade trabalha em parceria com organismos governamentais e organizações empresariais interessados em projetos inovadores de formação de recursos humanos, de promoção do conhecimento e de prestação de serviços técnicos e culturais à sociedade. A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP conta com Programas de Bolsas de Estudo e de Pesquisa voltados especificamente para a Capacitação de Recursos Humanos e para o Fomento à Pesquisa. Tais programas operam com base em um eficaz instrumento de estímulo aos agentes dos processos de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, a concessão de bolsas, em diferentes modalidades, concedidas impessoalmente, segundo critérios do mérito e de adequação ao plano de desenvolvimento institucional. Comprovadamente, sabemos que a trajetória de desenvolvimento e de sucesso da maioria das instituições, dos programas e dos cursos de ensino superior, que hoje estão consolidados e gozam de excelente reputação, foi percorrida e viabilizada com o extraordinário auxílio das bolsas de estudos e pesquisas, concedidas pelas agências de fomento.

7.25. MONITORIA

A IES adota a monitoria como atividade acadêmica de natureza complementar, assentada na iniciação à docência e facultada aos estudantes regularmente matriculados, cumpridas as condições previstas no presente regulamento. O Programa de Monitoria da IES objetiva a preparação do futuro docente e pesquisador, a fim de renovar e aperfeiçoar continuamente o quadro de professores do ensino superior, primando pela qualidade e contemplando as transformações trazidas pelo progresso dos conhecimentos e pelas exigências sociais.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

O Programa de Monitoria da IES visa ainda:

- Promover a cooperação dos corpos discente e docente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, impulsionando o enriquecimento da vida acadêmica dos alunos e,
- Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor.

7.26. SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

As transformações contextuais são imperativas para o campo de atuação de todas as profissões. Assim a prática educativa de uma instituição de Ensino Superior comprometida com a educação transformadora contempla a seleção de conteúdos significativos para a concretização do perfil profissional pretendido para seus educandos.

Conteúdo de ensino significativo é aquele capaz de transformar-se em suporte e/ou instrumento a serviço da autonomia cidadã de quem o utiliza na sua prática de vida, fortalecendo o conceito de sujeito histórico dos processos de aprender e de ensinar.

Nesse sentido, os cursos ministrados pela IES, buscam selecionar os conteúdos curriculares numa visão multidisciplinar e interdisciplinar articulando teoria e prática, enfatizando as inter-relações estabelecidas dentre os diferentes saberes, fundamentando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais, na Missão Institucional e nas demandas mercadológicas atuais.

7.27. METODOLOGIAS

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP entende que seu fazer pedagógico deve congrega toda a Instituição e requer olhares e práticas atuais.

Estão inseridos nesse olhar os valores estéticos, políticos, éticos, a organização didática, as formas de convivência escolar, a organização do currículo e das situações de aprendizagem, os procedimentos de avaliação, entre outros.

Uma metodologia apropriada a esse momento pressupõe que o aluno seja o sujeito ativo do seu processo de aprendizagem, que desenvolva a criticidade por meio da explicitação das contradições que permeiam o processo e que seja capaz de explicar e compreender as questões que precisam ser resolvidas e quais conhecimentos são necessários para resolvê-las.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

Portanto, é uma metodologia fundada nos pressupostos de uma pedagogia crítica, capaz de buscar a percepção coletiva das contradições e das determinações sociais, necessária à efetivação de uma prática pedagógica reflexiva, crítica e criadora.

Ancorados também em uma abordagem interacionista, consideramos a aprendizagem um processo ativo e integral do sujeito na construção do conhecimento, não valendo a transmissão mecânica e descontextualizada.

Acreditamos que a aprendizagem se dá de forma dinâmica, sempre relacionando a teoria com a prática. Nesse sentido o diálogo no processo educativo é essencial para torná-lo dinâmico e promover a interação sujeito-objeto.

Essas reflexões amparadas em pressupostos de Paulo Freire e Vygotsky reafirmam nossa crença num sujeito histórico interferente e produtivo, no qual:

- a) A consciência nasce da atividade prática e é construída pela interação homem-mundo, mudando de acordo com as mudanças sociais;
- b) A interação sujeito-objeto se dá por meio da mediação do outro;
- c) A apropriação do conhecimento se dá por um processo ativo do indivíduo em suas relações de troca com o meio e com o outro;
- d) A aprendizagem é processo social caracterizado pelas multi-inter-relações entre o sujeito e o meio;
- e) A linguagem no interior dos grupos é básica por exercer a função mediadora.

Considerando os pressupostos acima, a metodologia de trabalho deve partir sempre da experiência concreta do estudante, até porque o conhecimento seccionado do seu contexto sócio-histórico perde seu significado, seu caráter transformador, torna-se apolítico.

O fazer pedagógico pressupõe uma intencionalidade para a aquisição de um novo saber; pressupõe também, portanto, um ensino em que sejam dialéticas as relações existentes, não quem aprende e quem ensina, mas a crença de que não se pode ensinar corretamente enquanto não se aprende durante a própria tarefa de ensinar.

Princípios Didático-Metodológicos:

Nossas práticas pedagógicas, incorporadas ao projeto pedagógico do curso, estão alicerçadas nos seguintes paradigmas:

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

- a) Criar e difundir conhecimentos;
- b) Privilegiar o uso de recursos tecnológicos;
- c) Ensinar na perspectiva da educação continuada;
- d) Forjar cotidianamente senso crítico;
- e) Promover práticas pedagógicas reflexivas;
- f) Formar, nas diversas áreas do conhecimento, profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e político, regional e nacional;
- g) Preservar, vinculando-os à vida cotidiana ideais de ética, de responsabilidade, de cidadania, de solidariedade;
- h) Valorizar e oferecer espaços para consolidação rotineira das atividades de extensão e iniciação à pesquisa;
- i) Considerar a singularidade humana, em seus múltiplos aspectos, com dignidade e como alvo de direitos a serem respeitados.

Utilizando metodologia sistêmica a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP organiza seu curso de licenciatura em Pedagogia e organizará os futuros cursos a serem implementados.

As matrizes curriculares de cada curso serão organizadas em eixos, congregando as disciplinas que fundamentam competências e habilidades estruturais do perfil do egresso.

O Eixo de Formação Geral será constituído por um conjunto de disciplinas e atividades articuladas ao ensino, visando integrar todos os cursos oferecidos pela Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP. Os conteúdos desse Eixo serão geralmente desenvolvidos nos primeiros quatro períodos do curso. Para atingir esse propósito, foram definidas as seguintes ações:

- a) Definição da carga horária do Eixo de Formação Geral;
- b) Escolha elenco das disciplinas do Eixo de Formação Geral;
- c) Definição do período de oferta das disciplinas;
- d) Padronização da nomenclatura e da carga horária das disciplinas.

A construção do Eixo tem como referência o Perfil de Egresso almejado pela Instituição.

O eixo de formação básica é representado por disciplinas básicas, que permeiam todos os cursos de um mesmo Núcleo e que se desenvolvem ao longo da estrutura curricular de cada curso, oferecidas em vários períodos letivos.

Para a definição do Eixo de Formação Básica foram estabelecidas as seguintes ações:

- a) Definição da carga horária do Eixo de Formação Básica;
- b) Escolha elenco das disciplinas do Eixo de Formação Básica;
- c) Estabelecimento do período de oferta das disciplinas;
- d) Padronização da nomenclatura e da carga horária das disciplinas.

O Eixo de Formação Específica contempla as disciplinas e demais atividades acadêmicas específicas de cada curso, que se desenvolvem ao longo da estrutura curricular, não devendo ser oferecidas em apenas um período. Para atingir este propósito foram definidas as seguintes ações:

- a) Definição da carga horária do Eixo de Formação Específica;
- b) Escolha elenco das disciplinas do Eixo de Formação Específica;
- c) Determinação do período de oferta das disciplinas;
- d) Padronização da nomenclatura e da carga horária das disciplinas.

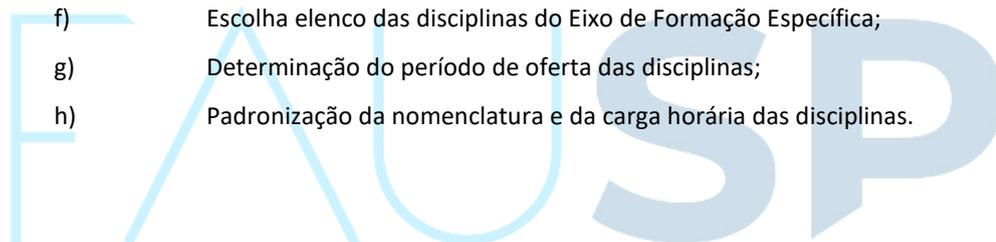
O eixo de formação básica é representado por disciplinas básicas, que permeiam todos os cursos de um mesmo Núcleo e que se desenvolvem ao longo da estrutura curricular de cada curso, oferecidas em vários períodos letivos.

Para a definição do Eixo de Formação Básica foram estabelecidas as seguintes ações:

- e) Definição da carga horária do Eixo de Formação Básica;
- f) Escolha elenco das disciplinas do Eixo de Formação Básica;
- g) Estabelecimento do período de oferta das disciplinas;
- h) Padronização da nomenclatura e da carga horária das disciplinas.

O Eixo de Formação Específica contempla as disciplinas e demais atividades acadêmicas específicas de cada curso, que se desenvolvem ao longo da estrutura curricular, não devendo ser oferecidas em apenas um período. Para atingir este propósito foram definidas as seguintes ações:

- e) Definição da carga horária do Eixo de Formação Específica;
- f) Escolha elenco das disciplinas do Eixo de Formação Específica;
- g) Determinação do período de oferta das disciplinas;
- h) Padronização da nomenclatura e da carga horária das disciplinas.



Faculdade Unida de São Paulo . EAD

VIII - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

As práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pela Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP buscam diversificar em termos metodológicos, de tal forma que se evidenciem ações coerentes e conciliadoras com a concepção dos cursos e outras exigências contextuais, vinculadas à sociedade.

Assim sendo, os principais procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos pelos professores estarão apresentados nos planos de suas respectivas disciplinas de forma mais detalhada, mas que podem ser enumeradas genericamente como: aulas expositivas e dialogadas, trabalhos individuais e em pequenos grupos, discussão circular, seminários, estudos de caso, análise de vídeos, pesquisa de campo, debates, estudos orientados de textos, visitas técnicas, práticas de informática em diversas disciplinas com uso do laboratório, exercícios de simulação, pesquisas bibliográficas, entre outros.

Para o atendimento das exigências requeridas pela modernidade, que em si própria é um processo de contínuo aperfeiçoamento, a IES enfatiza no seu cotidiano didático pedagógico, a aplicação de adequadas técnicas metodológicas.

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A IES entende avaliação como um processo contínuo e em constante aperfeiçoamento, sempre feito através de indicadores e envolvendo elemento comparação. A avaliação dos alunos é frequente e sistemática, permitindo aquilatar se os mesmos estão sendo formados adequadamente e se estão correspondendo a certos patamares de desempenho. Toda avaliação será um processo, que exigirá continuidade e aperfeiçoamento e será tanto mais confiável, à medida que for múltipla e envolver amplo período de tempo.

O aproveitamento escolar é avaliado mediante verificações continuadas, considerando-se o desempenho nas atividades propostas pelos docentes. São estabelecidos conceitos que incluem variáveis como interesse, motivação, participação, disponibilidade, atualização, criatividade, integralização de tarefas propostas e atividades extraclasse. Todas as atividades são avaliadas.

8.1. PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As práticas pedagógicas a serem empregadas nos cursos de superiores são apoiadas em cinco concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autodirigida; aprendizagem baseada em problemas ou casos; aprendizagem em pequenos grupos de tutoria; aprendizagem orientada para a comunidade e aprendizagem apoiada em simulação, conforme consta abaixo.

8.1.1. Aprendizagem auto dirigida:

O estudante deverá conhecer os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Como busca e aquisição de conhecimentos constituem um processo contínuo ao longo da vida de cada indivíduo, os estudantes, durante o curso serão encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais no sentido de quanto estão se aproximando dos objetivos formulados. Esta avaliação deve incluir a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos. Cada aluno poderá discutir suas características pessoais de aprendizagem com seu tutor e/ou orientador.

8.1.2. Aprendizagem baseada em problemas ou casos:

Na aprendizagem baseada em problemas ou casos, o caso é utilizado como estímulo à aquisição de conhecimento e compreensão de conceitos. Nesta metodologia deve-se buscar:

- Aclarar o problema oferecido, explorando os dados apresentados e refletindo se existe alguma pergunta sobre a descrição do problema que possa ser formulada para melhor explicá-lo;
- Resumir os dados oferecidos no problema, especificando: o que é o problema? Do que trata o problema?
- Identificar os pontos importantes do problema, definindo quais são as áreas de conhecimento relevantes;
- Identificar o conhecimento atual relevante ao problema, frente aos objetivos de aprendizagem propostos;
- Desenvolver hipóteses, a partir da explicação dos dados apresentados no problema;
- Identificar o conhecimento adicional requerido para melhorar a compreensão do problema, baseado nas necessidades de aprendizagem individual e/ou grupo;
- Identificar os recursos de aprendizagem apropriados, dentre uma diversidade: livros, periódicos, base de dados local ou remota, programas interativos multimídia, entrevistas com professores; profissionais ou usuários, vídeos, laboratórios, comunidade, isto é, quais são as fontes de recursos mais apropriadas à exploração deste problema;
- Procurar novos conhecimentos, utilizando recursos de aprendizagem apropriados, o que implica em ampliar os horizontes de busca além dos limites institucionais (outras bibliotecas, outros acervos, outros locais passíveis de utilização no processo ativo de ensino-aprendizagem);
- Sintetizar os conhecimentos prévios e novos em relação ao problema, isto é, baseado em sólidas evidências científicas, como pode explicar o problema agora;

- Repetir alguns ou todos os passos anteriores, se necessário;
- Reconhecer o que foi identificado como uma necessidade de aprendizagem, mas que não foi adequadamente explorado, para incursões complementares; e.
- Sintetizar os conhecimentos auferidos e, se possível, testar a compreensão do conhecimento adquirido por sua aplicação em outro caso ou problema.

8.1.3. Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria

A aprendizagem baseada em problemas pode ocorrer tanto de maneira individual como em pequenos grupos. Porém, é no grupo tutoria que o pensamento crítico pode ser encorajado e argumentos levantados, ideias podem ser construídas de maneira criativa, novos caminhos podem ser estabelecidos, permitindo a análise coletiva de problemas que espelhem a prática profissional futura.

O aluno deve desenvolver competências para tornar-se um integrante ativo, com contribuições para o grupo, seja este um grupo de aprendizagem, de pesquisa ou de trabalho formado por profissionais. O grupo de tutoria representa, portanto, um laboratório para aprendizagem sobre a integração humana, onde alunos podem desenvolver habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal e a consciência de suas próprias reações no trabalho coletivo, constituindo uma oportunidade para aprender a ouvir, a receber e assimilar críticas, e por sua vez, oferecer análises e contribuições produtivas ao grupo. É um fórum onde os recursos dos membros do grupo são mais efetivos que a somatória das atividades individuais. O grupo tutoria promove a oportunidade para a auto avaliação, na qual o aluno pode analisar seu próprio progresso, seus pontos fortes e as áreas que requerem atenção.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

8.1.4. Aprendizagem orientada para a comunidade

Processos educacionais orientados à comunidade consistem em proporcionar atividades de ensino-aprendizagem que utilizam extensivamente a comunidade como ambiente/situação de aprendizagem. A interação com a comunidade deve ser desenvolvida continuamente em todas as séries do curso. Esta inserida numa filosofia educacional baseada na comunidade, com trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar. Esta comunidade inclui grupos sociais, empresas, escolas e instituições sociais, entre outras. A interação comunitária permitirá ao aluno trabalhar com membros da comunidade, não se restringindo à temática administrativa estrita, mas estendendo-se em outros setores relacionados aos problemas existentes ou potenciais identificados. Os alunos conduzirão, em equipes, pesquisas na comunidade, desenvolvendo experiências em análise e solução de problemas, bem como habilidades de gestão administrativa. A meta da interação comunitária é proporcionar aos alunos, por meio de um trabalho contínuo durante todo o curso de graduação, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à prática profissional.

8.1.5. Aprendizagem apoiada em simulação

As práticas simuladas são sistemas capazes de reproduzir diversas atividades inerentes à realidade da profissão, e podem criar situações que envolvam a solução de problemas. Desta forma, é dada aos participantes uma alternativa para vivenciar situações que dão oportunidade à prática de conhecimentos adquiridos e ao desenvolvimento de diversas habilidades.

As práticas simuladas se caracterizam como uma técnica alternativa e única de ensino, onde o participante pode assumir um papel ativo, por meio do exercício virtual de funções e papéis num contexto de atividades em grupo, desenvolvendo diversas competências de forma integrada e simultânea, como a intelectual (criatividade), a pessoal e interpessoal (perseverança e sociabilidade), e a estratégia (empreendedora e inovadora). Tendo em vista que a prática simulada é uma virtualização da realidade, o grau de abstração e a sofisticação teórica contida no seu algoritmo de processamento devem ter um efeito sobre o grau de aprendizado e fixação dos conhecimentos decorrentes de utilização da simulação. É muito pequena a quantidade de pesquisas desenvolvidas na apuração desta correlação, porém, em todas as situações analisadas, foram constatados ganhos na fixação de conceitos quando da aplicação de simulações.

É indiscutível que podem ocorrer prejuízos nas situações em que a abstração não corresponde a uma realidade vivenciada pelos alunos em treinamento, ou nas aplicações onde o Facilitador não assume o pleno papel de moderador e orientador no desenrolar da prática simulada e na preparação das simulações, sendo esta última à causa principal de não serem constatados ganhos relativos no processo de aprendizagem quando da utilização desta metodologia.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

Um dos aspectos essenciais na utilização de práticas simuladas é o que diz respeito ao ganho decorrente da discussão interna, em cada grupo, destinada a avaliar a atitude mais adequada a ser adotada em cada esquema (dados de entrada do simulador).

É de se destacar que o tamanho da equipe deve ser estudado para que se possa determinar o seu ideal, pois, em grupos muito grandes a exigida intercomunicação de seus componentes pode gerar situações muito demoradas e desgastantes e um intenso trabalho de sua liderança; em contrapartida, equipes muito pequenas tendem a possuir poucas experiências pessoais que possam enriquecer as trocas intergrupo.

Segundo as técnicas de comunicação intergrupar, o tamanho das equipes deve ser fruto de uma análise dos treinandos que leve em consideração, principalmente: formação teórica; vivência e experiência profissional; grau de complexidade da prática simulação; número e dificuldade das decisões a serem tomadas; disponibilidade de tempo do Facilitador e dos participantes; quantidade e qualidade do material de apoio distribuído e forma de composição do grupo (natural ou imposta).

Dentro deste aspecto, a prática simulada, ao ser aplicada em um grupo de alunos, divididos em equipes, explora as características do ensino em grupo que, por ação do Animador, deve ter ampliada a interação entre seus membros e onde o aprendizado ocorre em função de importantes variáveis interdependentes, com destaque a:

- Percepção de todos os membros da equipe sobre as finalidades do grupo e a atitude deles esperada;
- Conhecimento teórico que os membros dispõem sobre o tema que rege as ações simuladas;
- Conhecimento a respeito da prática simulada propriamente dita, suas regras de competição, os efeitos das ações dos esquemas sobre os resultados e as variáveis que são trabalhadas pelas equipes;
- Volume de troca de informações entre os membros da equipe;
- A formulação das alternativas para aplicação em uma determinada realidade;
- A metodologia empregada para avaliação das alternativas viáveis e de escolha daquela que melhor se ajuste à situação;
- As experiências pessoais dos membros do grupo e suas habilidades no estabelecimento de um clima harmônico e de confiança mútua no andamento dos trabalhos requeridos pelas práticas simuladas; e.
- A estratégia adotada para negociação entre os membros do grupo, destinada à escolha das ações que representam o pensamento da equipe.

O emprego de uma Prática Simulada como suporte ao professor apresenta uma vantagem adicional no processo ensino/aprendizagem, pois permite uma aferição imediata dos conhecimentos teóricos fixados pelos alunos.

O trabalho do Animador, ao participar ativamente das discussões nas equipes, tem a possibilidade de avaliar diretamente a fixação dos conceitos teóricos expostos, a habilidade dos alunos no uso das ferramentas exigidas para a preparação dos esquemas e, também, o comportamento do aluno para expor seus pontos de vista e, principalmente, sua capacidade de analisar o problema enfrentado e quais os procedimentos mais adequados para análise da situação e avaliação das alternativas viáveis. De posse desta avaliação, o Facilitador deve montar o relatório de avaliação do aproveitamento dos alunos e estruturar sua avaliação do processo ensino/aprendizagem, salientando os pontos fortes e os fracos da disciplina e sugerindo as alterações que se fizerem necessárias (*feedback* do processo).

Finalmente, tendo em vista que uma disciplina é um conjunto de "conteúdos" e de "técnicas", o desenvolvimento de uma prática simulada para apoio ao professor e sua posterior utilização junto aos alunos deve levar em consideração estes dois parâmetros; caso contrário, poderá terminar com resultados duvidosos, perdendo, portanto, sua principal finalidade.

8.2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E OUTRAS ATIVIDADES PRÁTICAS INTEGRADAS AO ENSINO TEÓRICO

As práticas profissionais, em regime de Estágio Supervisionado, serão coordenadas por professor, designado pela Coordenação dos Cursos, e que integrada a Coordenadoria do respectivo curso, reportando-se ao Coordenador do Curso. As práticas profissionais mantêm estreita articulação com o ensino teórico e serão oferecidas a partir da implantação das disciplinas profissionalizantes. Essas práticas podem ser realizadas em órgãos suplementares da Faculdade ou em organizações externas, mediante convênio. O estágio é uma atividade obrigatória para conclusão do curso, mas tendo em vista a integração do aluno ao mercado de trabalho e atentando para as novas definições estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Os alunos da IES terão à sua disposição toda uma estrutura para realização do Estágio Supervisionado, dentro das práticas legais e da concepção do curso.

Meta:

Estimular, os projetos pedagógicos dos cursos, a inserção do estágio supervisionado, no mínimo, a partir da conclusão de 50% do conteúdo curricular do curso.

Ações específicas:

Tendo em vista o contínuo aperfeiçoamento das atividades de estágio curricular, a Faculdade adotará as seguintes ações:

- Implantar serviços, para apoiar as atividades de estágio supervisionado e treinar para o trabalho, em cada curso de graduação.
- Selecionar empresas em condições de real oferta de oportunidades de estágio supervisionado, nas quais os coordenadores de estágio e/ou os professores-orientadores possam participar, efetivamente, da avaliação do desempenho profissional do estagiário.
- Criar condições para as práticas simuladas, os estudos de casos, os jogos de empresas, como forma de preparo para o exercício das práticas profissionais, em situação real.
- Avaliar, periodicamente, as atividades de estágio, incluindo-se a avaliação de desempenho do estagiário, dos coordenadores de estágio, dos professores-orientadores, das empresas e órgãos envolvidos e das próprias normas específicas.

8.2.1. REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Regulamento do Estágio Supervisionado da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP encontra-se em anexo (FAUSP/06) deste PDI – 2020/2024.

8.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC ou de Graduação, sob a forma de monografia, relatório ou projeto experimental será objeto de regulamentação específica, para cada curso, a partir das seguintes normas gerais.

Meta:

Inserir o trabalho de conclusão de curso, sob a forma de monografia, relatório ou projeto experimental, em todos os cursos.

Ações específicas:

- Colocar à disposição dos alunos, em fase de elaboração de trabalho de conclusão de curso, professores-orientadores.
- Inserir, nos primeiros períodos letivos de todos os cursos de graduação, a disciplina Metodologia Científica destinada e instrumentalizar o aluno para a elaboração de textos acadêmicos, incluindo monografia, relatórios, projetos experimentais.
- Facilitar o acesso dos alunos a base de dados, disponíveis na biblioteca ou na Internet, assim como livros e periódicos, mediante empréstimo domiciliar.
- Reservar espaços, nos laboratórios de informática, para alunos em fase de elaboração de monografia, relatório ou projeto experimental, para a digitação de textos, elaboração de planilhas etc.

8.3.1. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP encontra-se em anexo (FAUSP/08) deste PDI – 2020/2024.

8.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESTUDOS INDEPENDENTES

O horário das atividades complementares pode ser flexível, de forma ao aluno poder realizar distintas ações tais como a participação em congressos científicos, atividades de extensão à comunidade, realização de projetos de pesquisa, monitoria, etc.

Essas atividades são de grande importância para o desenvolvimento didático-pedagógico dos alunos que estarão em contato direto com as técnicas e métodos, acumulando conhecimentos para seu trabalho profissional.

As atividades complementares são aquelas que concretizam e aperfeiçoam a formação do aluno, aprofundando os conhecimentos e articulam conhecimento teórico com ações práticas nas diferentes áreas. Como atividades complementares, os alunos poderão participar de encontros e congressos, desenvolver pesquisa, realizar visitas técnicas, organizar oficinas e grupos de estudos, desenvolver trabalhos de extensão e outras ações que permitem a melhoria da compreensão das estruturas, organizações e trabalho em Hospitais e empresas. Para a garantia da realização dessas atividades.

As atividades complementares deverão ser acompanhadas pela Coordenação do Curso, que em conjunto com cada aluno deverá elaborar um plano de ação, com objetivos e metodologia, bem como um cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos.

A Coordenação do Curso poderá designar professores/tutores para um acompanhamento mais intensivo, facilitando o sucesso das atividades. A elaboração de relatórios, produtos e serviços serão utilizados como instrumentos para avaliação e aprovação dos alunos. As atividades complementares, a partir da implantação dos novos currículos, subordinados às diretrizes curriculares, serão atividades curriculares obrigatórias, com duração média correspondente a dez por cento da carga horária total do curso. Trata-se de um espaço acadêmico em que a interdisciplinaridade pode ser exercitada com mais amplitude e liberdade.

Meta:

Atribuir a um professor da Faculdade a competência para a coordenação geral das Atividades Complementares, cabendo a cada curso ter um coordenador específico.

Ações específicas:

- Reservar espaço físico e professores para a orientação discente para o aproveitamento de Atividades Complementares.
- Estimular que, entre as Atividades Complementares, os alunos cumpram metas relativas à iniciação científica, atividades de extensão, monitoria e voluntariado em organizações filantrópicas ou sem fins lucrativos.
- Valorizar a oferta das Atividades Complementares, reservando espaço, no calendário acadêmico, para eventos específicos para aproveitamento nessas atividades.

8.4.1. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Regulamento das Atividades Complementares da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP encontra-se em anexo (FAUSP/07) deste PDI – 2020/2024.

8.5. PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Iniciação Científica é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação à pesquisa científica, configurando-se como poderoso fator de apoio às atividades de ensino. A atividade de investigação, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de pesquisa, orientado por pesquisador qualificado, e que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa.

A Iniciação Científica tem como objetivos:

- Iniciar e apoiar o aluno dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;
- Desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos;
- Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;
- Identificar e estimular os alunos com vocação para a investigação científica.

Meta:

Incluir, até 2022, dez por cento do corpo discente em atividades de iniciação científica.

Ações específicas:

- Oferecer cursos de treinamento para os discentes interessados/vocacionados para as práticas investigativas.
- Alocar horas-aula semanais para os professores em TI ou TP orientarem os alunos incluídos no programa de iniciação científica.

8.6. PROJETO DE EXTENSÃO

A IES atuará na área da extensão, identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão deverão privilegiar as ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns. A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) será regulamentada pelo Diretor Geral da IES, tendo presente Termo e demais normas legais vigentes.

Os programas de extensão podem ser coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor. O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas. Os núcleos temáticos atuarão, também, na extensão oferecendo programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica.

Os serviços serão realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou às instituições públicas e particulares;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- Promoção de atividades artísticas e culturais;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

A IES, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a Região em que está inserida: a missão de "liderar o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional". Para atuar sobre bases sólidas, delinear-se já, a partir de amplos debates realizados em nível regional, alguns programas que, voltados ao atendimento deste compromisso, atendem também aos princípios básicos do perfil da instituição e à necessidade de proporcionar-lhe consistência como Faculdade Regional. Os programas caracterizados como de extensão não serão restritos aos limites da instituição, mas serão também estendidos "fora da sede", em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, os laboratórios e demais serviços serão colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

A integração Faculdade-Comunidade terá sequência natural tomando maior consistência, intensificando-se ainda mais à medida que os programas forem implementados.

O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade será concretizado mediante programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração farão o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

Ao mesmo tempo, a Faculdade, com seus estudantes, deslocar-se-á fora da sede da instituição para levar-lhes cultura, no sentido de promover o conhecimento e, em consequência, contribuir para que o homem desempenhe um papel consciente dentro da sociedade.

IX – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

A Instituição terá as regras de ingresso, atribuições, promoções, categorias, regime de trabalho e remuneração. Este plano deverá ser aperfeiçoado, ao longo do processo de consolidação da IES, com a participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica.

9. CONDIÇÕES DE TRABALHO

Todos aqueles que trabalham em uma Instituição de Ensino: dirigentes, coordenadores, professores, corpo técnico-administrativo, demais funcionários, todos, sem exceção, devem portar-se como verdadeiros educadores. Os alunos devem perceber esta firmeza de princípios que perpassa todas as práticas administrativas e acadêmicas, desde as mais simples, até as mais complexas. Neste sentido, as condições de trabalho para o corpo técnico representa a soma de iniciativas que apontam para o crescimento da sua competência técnica, de suas relações interpessoais, bem como todas as atividades que possibilitem sua efetiva integração na missão da IES e no alcance de seus objetivos, expressos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, destacando a importância da integração e da participação de todos e da função de cada um, possibilitando um ambiente saudável e insalubre.

Os setores de suporte acadêmico da IES contarão com profissionais qualificados em suas respectivas áreas, prestando atendimento eficaz às demandas do funcionamento da Instituição. O corpo técnico-administrativo é composto pelos setores de Secretária, Informática, Biblioteca e Extensão. A formação da maioria é o Ensino Superior Completo. Monitores e estagiários prestam serviços de apoio.

Do Secretário Geral é exigido o ensino superior completo, com experiência na educação, conhecimentos de todas as ações que se referem ao controle, registro e documentos ligados à vida escolar do aluno, à Instituição e a administração dos processos educacionais. O assistente da Direção, subordinado a diretoria Geral, executa atividade de suporte na área acadêmica administrativa. A Política de Pessoal Técnico – Administrativa compreende critérios de recrutamento, triagem, seleção e contratação.

Meta:

Manter a média de 20% do corpo docente em regime de TI, ao longo do quinquênio (2020/2024), tendo em vista que a IES não é uma instituição de pesquisa, mas, sim, voltada para o ensino de graduação.

Ações específicas:

- Alocar recursos orçamentários, correspondentes a, no mínimo, 2% da receita, para a inclusão de professores em TI ou TP, PCD.
- Atribuir aos coordenadores de curso a responsabilidade da indicação, anual, dos professores em condições de inclusão em TI ou TP, segundo a programação individual.
- Alocar horas-atividade semanais, dos professores em TI e TP, para: atendimento e assistência ao discente, orientação-supervisão de estágios, atividades complementares e trabalhos de conclusão, orientação.
- Quadro 10: Composição do Corpo Docente

9.1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Ingresso, mediante seleção com base na análise do "curriculum vitae" e de títulos, bem como do potencial do docente:

- Promoção às diversas categorias, valorizando-se tempo de serviço e titulação acadêmica;
- Valorização da experiência docente, mesmo em outras instituições de ensino superior e da produção científica para enquadramento inicial e elevação nas referências;
- Contratação sistemática de professores visitantes e colaboradores para as atividades de pós graduação, pesquisa e extensão;
- Estabelecimento para programas de bolsas de pesquisa, financiados com recursos próprios ou de convênios, atribuídas à professores – pesquisadores, cujos projetos sejam aprovados pelo órgão competente;
- Incentivo à contratação de professores em regime de tempo integral - 40 horas - ou, no mínimo parcial, - 12/39 horas;

9.2. DEDICAÇÃO AO CURSO

A carga horária semanal dos professores contratados destina-se à ministração das aulas e atividades complementares (preparação de aulas, atendimento aos alunos, preparação e correção de avaliações). Está previsto que, pelo menos, de 25% dos professores do curso permanecerão, na IES, pelo período de tempo equivalente a, no mínimo, 25% da sua carga horária, para atividades complementares ao ensino.

9.3. PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Meta:

Incluir, no Plano de Carreira Docente, no período de 2020 a 2024, todos no corpo docente da IES.

Ações específicas:

- Implantar a Comissão de Avaliação Docente, diretamente ligada à Diretoria, para realizar os estudos necessários à aprovação, pela Mantenedora, do quadro docente, com as vagas de cada categoria e regime de trabalho, por ano.
- Promover a cadastro docente e mantê-lo atualizado.

9.4. PLANO DE CARREIRA DOCENTE

O Plano de Carreira Docente da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP encontra-se em anexo (FAUSP/18) deste PDI – 2020/2024.

9.5. PLANO DE CAPACITAÇÃO

I – Objetivos

O Plano de Capacitação Docente (PCD) tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gerência da Faculdade, por meio de cursos de pós-graduação e de treinamento e atualização profissional, oportunizando a seus professores condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

II – Estratégias

A Faculdade oferecerá aos seus professores, tutores e funcionários os seguintes incentivos:

1. Bolsas de estudos para os cursos de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento, em instituições brasileiras;
2. Concessão de bolsas a recém-graduados, para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, como incentivo para o ingresso na carreira de magistério da Faculdade, tendo preferência os ex-monitores;

3. Concessão de auxílio para os seus professores e funcionários participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
4. Oferta de cursos de treinamento e atualização profissional, com bolsas, aos seus funcionários;
5. Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente ou técnico-administrativo;
6. Oferta de infraestrutura para que os seus professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas, sob o patrocínio da Faculdade;
7. Licença, sem perda do vencimento (integral ou parcial), para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ou de treinamento profissionais.

III - Pré-requisitos

Os professores e funcionários da Faculdade podem se inscrever no PCD de acordo com os seguintes critérios:

1. Nos programas de doutorado, terão prioridade os que possuem, no mínimo, o título de especialista, em nível de pós-graduação;
2. Nos programas de mestrado, terão prioridade os que sejam portadores de certificados de cursos de aperfeiçoamento, em nível de pós-graduação;
3. Nos cursos de especialização, os que possuam a graduação e tenham certificado de monitoria;
4. Nos cursos de treinamento ou de atualização profissional, os que estejam atuando na área do curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área.

Os programas estarão abertos à comunidade externa, com as seguintes prioridades:

1. candidatos inscritos nos programas de recrutamento e seleção de recursos humanos para os quadros da Faculdade;
2. Profissionais em atuação no Estado de São Paulo, com preferência para os residentes ou domiciliados na Região de São Paulo/SP.

A partir do quinto ano de funcionamento da Faculdade terão prioridade os egressos, com certificado de monitoria ou em processo de recrutamento e seleção para o quadro docente.

IV – Gerenciamento

O PCD será administrado por professor designado pela Diretoria.

Os programas serão previamente aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, na forma regimental, e serão executados pela Coordenadoria do curso, de acordo com a proposta aprovada.

Caberá ao coordenador do PCD:

- a) Gerenciar todas as atividades de apoio administrativo e financeiro aos cursos e aos seus participantes;
- b) Elaborar relatórios periódicos sobre o funcionamento dos programas;
- c) Submeter à diretoria as propostas de recrutamento, seleção, admissão e dispensa de fatores humanos para os programas, bem como alocação dos demais recursos necessários a cada curso ou atividade;
- d) presidir a comissão encarregada de selecionar os candidatos para os programas, segundo os critérios estabelecidos neste plano e nas demais normas expedidas pelos órgãos próprios da Faculdade;
- e) Submeter à diretoria os assuntos omissos, para decisão superior.

O Diretor designará uma comissão, composta por três membros, para seleção e inscrição dos candidatos no PCD. A Coordenadoria do Curso, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Conselho Superior e os órgãos executivos da Faculdade exercerão suas atribuições e competências de acordo com as leis e demais normas aplicáveis, aprovados pelos órgãos competentes, nos casos não regulamentados neste Plano.

V – Financiamento

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

Os programas de pós-graduação, graduação e de treinamento profissional, incluídos no PCD, serão financiados com recursos próprios da mantenedora, e por recursos alocados por terceiros.

VI - Disposições gerais

A Faculdade, anualmente, aprovará as ações e metas do PCD para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os planos similares de instituições congêneres e de organismos de financiamento da pós-graduação e da pesquisa.

Ações específicas:

- Promover o diagnóstico dos professores do quadro docente da IES, a fim de identificar as reais necessidades de capacitação.
- Atribuir aos coordenadores de curso a responsabilidade de indicar, à Diretoria, os professores para a realização de programas de capacitação, a partir do diagnóstico realizado.

- Alocar recursos orçamentários, correspondentes, no mínimo, a 2% da receita, para financiar os programas de capacitação.

9.6. CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE 2020/2024

Quadro 11: Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente (Titulação)

ANO	TITULAÇÃO			TOTAL
	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
2020	20%	50%	30%	100%
2021	20%	45%	35%	100%
2022	15%	40%	45%	100%
2023	15%	35%	50%	100%
2024	10%	30%	60%	100%

Meta:

Manter, ao até o final do período (2023), 90% do corpo docente da IES com a titulação de mestre ou doutor.

Quadro 12: Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente (Regime de Trabalho)

ANO	REGIME DE CONTRATAÇÃO			TOTAL
	HORISTA	PARCIAL	INTEGRAL	
2020	10%	40%	50%	100%
2021	10%	35%	55%	100%
2022	10%	30%	60%	100%
2023	10%	25%	65%	100%
2024	10%	20%	70%	100%

Meta:

Manter, ao final do período (2023), 70% do corpo docente da IES com regime Integral.

Ações específicas:

- Estabelecer, como prioridade, no processo de recrutamento e seleção docente, para os cursos atuais e os a serem implantado, o título de mestre ou doutor, reconhecido pelo MEC.
- Dar prioridade, na inclusão de professores do quadro da IES, no Plano de Capacitação Docente, aos que pretendam cursar programas de mestrado.

9.7. CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

Os setores de suporte acadêmico da IES contam com profissionais qualificados em suas respectivas áreas, prestando atendimento eficaz às demandas do funcionamento da Instituição.

O corpo técnico-administrativo é composto pelos setores de secretária, informática, biblioteca e extensão.

Monitores e estagiários prestam serviços de apoio, bem como os participantes de outros programas.

Do Secretário Geral será exigido o ensino superior completo ou cursando, com experiência na educação superior, conhecimentos de todas as ações que se referem ao controle, registro e documentos ligados à vida escolar do aluno, à Instituição e a administração dos processos educacionais.

A Política de Pessoal Técnico – Administrativa compreende critérios de recrutamento, triagem, seleção e contratação.

O corpo técnico-administrativo usufruirá de benefícios ofertados por lei e por convenção acadêmica. O trabalho profissional será avaliado inicialmente no período de experiência e na sequência por meio da avaliação contínua, em especial quando o funcionário concorrer à vaga por promoção.

9.7.1. PLANO DE CARREIRA TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O Plano de Carreira Técnico Administrativo da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP encontra-se em anexo (FAUSP/21) deste PDI – 2020/2024.

9.7.2. POLÍTICA DO PESSOAL TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

As políticas da Instituição constituem-se em normas gerais orientações para a ação. Fundamentalmente, estas normas constituem uma exposição de objetivos e princípios básicos, pretendendo ser um guia para todos os funcionários na execução de suas atividades.

Todos aqueles que trabalham em uma Instituição de Ensino: dirigentes, coordenadores, professores, corpo técnico-administrativo, demais funcionários, todos, sem exceção, devem portar-se como verdadeiros educadores. Os alunos devem perceber esta firmeza de princípios que perpassa todas as práticas administrativas e acadêmicas, desde as mais simples, até as mais complexas.

Neste sentido, a política institucional para o corpo técnico representa a soma de iniciativas que apontam para o crescimento da sua competência técnica, de suas relações interpessoais, bem como todas as atividades que possibilitem sua efetiva integração na missão da IES e no alcance de seus objetivos, expressos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, destacando a importância da integração e da participação de todos e da função de cada um.

Em sua política geral de Recursos Humanos da IES considera fundamental:

- Promover o melhor relacionamento entre professores, funcionários e estudantes;
- Valorizar os recursos humanos como o maior patrimônio da Instituição;
- Dispensar a todos o mesmo tratamento, com justiça, respeito e dignidade;
- Propiciar a participação de todos os debates nas decisões que afetam a vida da Instituição;
- Buscar elevados padrões de conduta profissional; promover a qualidade do ensino;
- Valorizar a qualificação, a competência, o desempenho e a participação;

Essas premissas nortearão a implantação das políticas de Recursos Humanos de acordo com as diretrizes específicas para o pessoal docente e não docente.

9.7.3. PARA O PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

- Incrementar o setor de administração de recursos humanos, com equipe multidisciplinar;
- Instituição de programa de treinamento a cargo da diretoria, dos departamentos e dos setores administrativos;
- Entendimento de que os recursos destinados ao treinamento e desenvolvimento de pessoal devem ser encarados como investimentos e esses programas devem ter caráter permanente;
- Promover condições ambientais favoráveis e estimulantes ao auto desenvolvimento;
- Proporcionar a cada funcionário técnico-administrativo a possibilidade de desenvolver suas potencialidades através de um sistema de promoção a cargos de maior responsabilidade e de maior círculo de ação.

Com base na concepção expressa e no referencial teórico da IES foram definidos os seguintes princípios:

- Conscientização da dimensão da importância das funções de todos e de cada um para o bom funcionamento dos setores, atividades-meio ou fim, ou seja, da instituição vista globalmente.
- Preocupação permanente com a capacitação e formação continuada dos integrantes do corpo técnico.
- Estímulo à motivação constante do corpo técnico direcionada para uma atuação propositiva e proativa que possa gerar um aperfeiçoamento dos diferentes serviços prestados na e pela Instituição.
- Necessidade de respeito e de esforço no sentido de preservação de um *ethos* acadêmico que contemple o interesse público, expresso, de certa forma, nas políticas públicas educacionais que emanam do MEC e legislações afins, bem como do Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Zelo na interpretação e aplicação das normas legais; estatutárias e regimentais e das determinações de seus mais diversos documentos institucionais, propiciando para todos um ambiente de segurança jurídica e igualdade.
- Preocupação diária com todos os atos praticados dentro da Instituição, sabendo que representam, também, fonte multiplicadora de boas ações por parte dos alunos. Os funcionários e professores devem atuar como curadores de um ambiente agradável de trabalho, capaz de influenciar toda a comunidade que o cerca.
- Participação efetiva do corpo técnico na qualificação das relações interpessoais dos integrantes de toda a comunidade acadêmica institucional, bem como com a sociedade onde se insere a Instituição.

9.7.4. ATIVIDADES PERMANENTES

- Utilização de espaços de convivência e troca de experiências entre os integrantes do corpo técnico com relação aos seus padrões de conduta e aos caminhos que precisam ser seguidos na busca constante de atingimento das características do perfil desejado de funcionário institucional.

- Desencadeamento de ações institucionais de investimento na capacitação e formação continuada do corpo técnico através de alternativas internas e externas para a constante qualificação do Corpo Técnico, buscando aproximá-lo, o mais possível do perfil definido participativamente.
- Incrementação do processo de avaliação institucional nos aspectos relacionados com o Corpo Técnico e suas funções, tendo em vista o necessário processo de realimentação.

9.8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

O pessoal técnico/administrativo contratado serão selecionados na região por uma agência especializada, seguindo todos os critérios de seleção e exames psicológicos necessários.

9.9. CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

Quadro 13: Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Técnico Administrativo

ANO	CARGOS		TOTAL
	Regime Parcial	Regime Integral	
2020	70%	30%	100%
2021	65%	35%	100%
2022	60%	40%	100%
2023	55%	45%	100%
2024	50%	50%	100%

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

X – INSTALAÇÕES

As instalações da IES foram projetadas para atender a boa qualidade da prática pedagógica. Os ambientes são arejados, com iluminação natural e artificial adequadas. O dimensionamento dos diversos espaços físicos proporciona conforto, atendendo às necessidades de toda comunidade acadêmica. O mobiliário, em sua maioria planejado especialmente para otimização dos espaços, atende de forma adequada às necessidades dos usuários dos diversos setores.

10. POLÍTICAS PARA INFRAESTRUTURA

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, no sentido de buscar a melhoria e qualificação de toda a sua infraestrutura estabelece as seguintes diretrizes:

- Melhorar e expandir o espaço físico em geral de acordo com a demanda;
- Implementar um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno, incluindo o atendimento a portadores de necessidades;
- Criar e assegurar as condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca especializada, serviços informacionais que assegurem e garantam o desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos programas de pós-graduação;
- Dimensionar o espaço físico adequadamente considerando-se o número de usuários e o tipo de atividade desenvolvida;
- Garantir o isolamento de ruídos externos e boa audição interna com o uso de equipamentos proporcionando condições acústicas adequadas;
- Implementar melhorias nas condições de luminosidade e ventilação adequadas às necessidades climáticas locais;
- Adquirir e manter mobiliário e aparelhagem específica para proporcionar condições ergonômicas adequadas e suficientes aos usuários;
- Manter todo o espaço físico limpo e arejado em todas as unidades garantindo para isso pessoal habilitado;
- Consolidar o programa de coleta e armazenamento seletivo de lixo;
- Assegurar uma boa infraestrutura de segurança de pessoal e de propriedade contando com pessoal habilitado;
- Manter recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada às necessidades;
- Garantir a manutenção permanente das instalações físicas e dos equipamentos.

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP adota uma política para melhorar e expandir o espaço físico em geral, implementando um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno. Também garante aos seus alunos portadores de necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, atendendo a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências. Todas as instalações necessárias para o funcionamento dos cursos ofertados pela IES serão providenciadas ao seu tempo, pela Mantenedora.

A IES informará a mantenedora, anualmente, as necessidades de ampliações de infraestrutura, assim como equipamentos e laboratórios com o objetivo da mantenedora provisionar em tempo hábil os recursos necessários.

Os serviços de limpeza e manutenção são realizados por equipes da própria instituição, sendo supervisionado e avaliado por diversos setores e quando necessário é feita à contratação de empresas terceirizadas.

10.1. METAS E AÇÕES

Metas

- Adequar a infraestrutura física às necessidades acadêmicas e administrativa, dando suporte às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Modernizar e ampliar as condições materiais e equipamentos visando melhor apoio as atividades didático-pedagógicas dos cursos;
- Modernizar e ampliar o acervo bibliográfico, em todas as áreas de acordo com políticas definidas neste plano.

Ações:

- Execução do planejamento de construção/ampliação da estrutura física, sempre atendendo a adequação aos portadores de necessidades especiais;
- Execução do plano de conservação da infraestrutura, das condições materiais e equipamentos,
- Ampliação do acervo bibliográfico (livros, periódicos, vídeos, CD-Roms, softwares, DVD e outros);
- Ampliação do acesso ao acervo pela comunidade externa.

10.2. INFRAESTRUTURA FÍSICA

As instalações da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP foram projetadas para atender a boa qualidade da prática pedagógica. Os ambientes são arejados, com iluminação natural e artificial adequadas. O dimensionamento dos diversos espaços físicos proporciona conforto, atendendo às necessidades de toda comunidade acadêmica.

O mobiliário, em sua maioria planejado especialmente para otimização dos espaços, atende de forma adequada às necessidades dos usuários dos diversos setores. As salas estão equipadas com cadeiras ergonômicas em resina, lousas brancas, mesa e cadeira para professor, ventiladores de parede e retroprojetores.

A base tecnológica explicitada no PDI da FAUSP apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão.

Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho; adicionalmente, há ações associadas à correção do plano.

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI da FAUSP viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, possibilitam a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas inovadoras.

Os ambientes profissionais estão articulados com a sede e atendem aos objetivos constantes no PPC, considerando a função de espaços complementares para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem, as quais passam por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

10.2.1. INSTALAÇÕES GERAIS

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP situa-se num “campus” que mede 8.500 m² de área. A seguir são especificadas as instalações gerais existentes. Todas as dependências são mobiliadas de maneira a atenderem aos fins específicos a que se destina.

10.3. SALAS DE AULA

As salas de aula disponíveis são bem dimensionadas. São dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

10.4. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas. A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa.

As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

10.5. INSTALAÇÕES PARA DOCENTES

A sala de professores possui um espaço amplo, com recursos de comunicação, como Internet e telefonia e ainda uma mesa de reuniões. Está dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

10.6. INSTALAÇÕES PARA AS COORDENAÇÕES DOS CURSOS

As Coordenações dos Cursos contam com salas próprias. Todas essas salas são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

10.7. ÁREA DE CONVIVÊNCIA E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, DE RECREAÇÃO E CULTURAIS

Há área de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais. Os espaços para atendimento aos discentes, espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.

10.8. INFRAESTRUTURA DE ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS

Existe infraestrutura de alimentação e serviços.

10.9. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias são limpas, de fácil acesso e compatíveis com o número dos usuários. Estão adaptadas aos portadores de necessidades especiais.

As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de banheiros familiares e fraldários.

10.10. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP contará com infraestrutura de segurança pessoal, patrimonial e de prevenção de incêndio e de acidentes de trabalho.

10.11. ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES E DISCENTES

Os professores terão acesso aos equipamentos de informática para desenvolverem pesquisas e preparar materiais necessários para melhor desempenho de suas atividades acadêmicas. Os equipamentos estarão disponíveis na sala para professores, biblioteca e laboratórios de informática. A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP disponibilizará equipamentos aos seus alunos na biblioteca e laboratórios de informática.

As salas dos professores estão equipadas com microcomputadores e impressora. A biblioteca oferece microcomputadores para consulta ao acervo e pesquisa na Internet. A Faculdade conta com laboratório de informática que atenderão a alunos e professores. O laboratório possui microcomputadores com monitores e estabilizadores e impressoras. Todos os equipamentos encontram-se interligados em rede e com acesso à Internet.

10.12. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

As atuais instalações da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, descritas no PDI aprovado, oferecem equipamentos audiovisuais e multimídia em quantidade suficiente para atender ao Curso.

10.13. EXISTÊNCIA DE REDE DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA (INTERNET)

Os equipamentos de informática estão interligados em rede de comunicação científica (Internet).

10.14. SERVIÇOS

a) Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, serão executadas por funcionários da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP ou por meio de contratos com empresas especializadas. As políticas de manutenção e conservação definidas consistirão em manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica; proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso; executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

b) Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, serão executadas por funcionários da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP ou por meio de contratos com empresas especializadas. As políticas de manutenção e conservação consistirão em manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica; proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições para o uso; executar revisão periódica nos equipamentos.



10.15. PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DA IES

O objetivo principal do plano apresentado a seguir é de estabelecer uma sistemática mais eficiente e eficaz da gestão predial, com foco na manutenção preventiva e corretiva, conforme levantamento realizado em vistoria. Além disso, uma atuação preventiva traz impactos positivos no que se refere à economicidade de gastos, e principalmente na confiabilidade dos sistemas e instalações que integram as edificações, trazendo segurança e bem estar aos Funcionários, docentes, discentes e terceirizados.

Segundo a NBR 5462:1992, a manutenção é uma prática que envolve ações técnicas e administrativas que, juntas, manterão ou devolverão a um item a capacidade de desempenhar determinada função. A NBR 5674:1999 define: “Manutenção predial o conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de suas partes constituintes de atender as necessidades e segurança de seus usuários.”

Existem, entretanto, diversos tipos e níveis de manutenção. GOMIDE et al. (2006) identifica basicamente as seguintes modalidades:

- Preditiva: é a atividade de inspeção que visa o estudo de sistemas e equipamentos a fim de prever possíveis anomalias ou falhas nos mesmos, baseado no seu desempenho e comportamento, e, a partir disso, implementar e direcionar os procedimentos de manutenção preventiva;
- Preventiva: é a atividade que entra em ação antes que haja a necessidade de reparo. Exige uma programação, com datas preestabelecidas obedecendo a critérios técnicos determinados pelo fornecedor ou fabricante do produto. É fundamental que haja o registro de todas as atividades executadas;
- Corretiva: é a atividade que visa à reparação ou restauração de falhas ou anomalias, seja ela planejada ou não. Implica, necessariamente, a paralisação total ou parcial de um sistema. É o tipo de manutenção que apresenta os custos mais elevados de execução;
- Detectiva: é a atividade que visa identificar as causas de falhas e anomalias, auxiliando nos planos de manutenção, com o objetivo de atacar a origem do problema, e não apenas o sintoma do mesmo.

SISTEMA	SERVIÇO	PERIODICIDADE	EQUIPE	RESPONSÁVEL
1. ESTRUTURA				
1.1. Fundações	Inspeção de possíveis fissuras, trincas, rachaduras, ferragem aparente, desníveis, carbonatação, corrosão das armaduras, segregação e verificação de possíveis necessidades de reparos.	Semestral	FAUSP	Eng. Carlos
1.2. Pilares				
1.3. Vigas				
1.4. Lajes				
2. VEDAÇÃO				
2.1. Alvenarias	Inspeção e verificação de possíveis necessidades de reparos.	Semestral	FAUSP	Eng. Carlos
2.2. Divisórias de gesso acartonado				
3. COBERTURA				
3.1. Vigamento	Inspeção, verificação e reparos.	Semestral	FAUSP	Eng. Carlos
3.2. Telhado	Limpeza da Torre do Chiller/Fan Coils	Quinzenal	FAUSP	
	Limpeza do Forro das Salas dos Laboratórios	Bimestral		
	Limpeza das coberturas do Ensino I e II, Restaurantes e Portarias.	Semestral		
3.3. Impermeabilização	Inspeção geral e reparos.	Trimestral	Equipe FAUSP	
	Limpeza e reparos.	Trimestral	Equipe FAUSP	
3.4. Calhas, rufos, cumeeiras e condutores	Inspeção, calafetação, melhoria da fixação, tratamento e troca de chapas oxidadas, correção dos caimentos, limpeza das calhas, desobstrução de condutores.	Mensal	Equipe FAUSP	
		Mensal	Equipe FAUSP	
4. PISOS				
4.1. Pisos intertravados e de concreto	Inspeção / reparos.	Semestral	INSPEÇÃO: FAUSP / REPAROS: Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Eng. Carlos
4.2. Pisos vinílicos	Inspeção / impermeabilização / reparos.			
4.3. Pisos cerâmicos	Inspeção / impermeabilização / reparos.			
5. REVESTIMENTOS				
5.1. Reboco	Inspeção / reparos / recomposição	Semestral	INSPEÇÃO: FAUSP / REPAROS E RECOMPOSIÇÃO: Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Eng. Carlos
5.2. Cerâmico		Anual		

5.3. Forros (gesso, fibra mineral, PVC e metálico)	Inspeção / reparos / recomposição	Anual	INSPEÇÃO: FAUSP / REPAROS E RECOMPOSIÇÃO: Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Eng. Carlos
6. PINTURA				
6.1. Interna	Inspeção, retoques e repintura.	Anual	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Eng. Carlos
6.2. Externa	Pintura.	Quinquenal	Contrato Especializado	
7. ESQUADRIAS				
7.1. Caixilhos	Inspeção/reparos.	Semestral	INSPEÇÃO: FAUSP / REPAROS: Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Marcelo
7.2. Portas				
7.3. Ferragens (dobradiças, maçanetas, fechaduras, molas, grelhas, fechos, baguetes, barras anti-pânico)	Inspeção / lubrificação / regulagem / substituição.	Mensal	INSPEÇÃO: FAUSP / REPAROS: Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
7.4. Vidros, Visores e espelhos	Inspeção/reparos.			
7.5. Telas mosquiteiras				
8. REDE DE ÁGUA FRIA				
8.1. Hidrômetro	Leitura do hidrômetro, inspeção visual, detecção de vazamentos e reparos.	Semanal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Eng. Carlos
8.2. Ramal de alimentação	Inspeção visual, detecção de vazamentos e reparos.			
8.3. Sistema de Caixas d'água e barriletes	Inspeção visual de vazamentos no ladrão do reservatório principal.	Diária		
	Inspeção visual do funcionamento da válvula de boia.	Semanal		
	Inspeção visual de vazamentos nas conexões do reservatório principal.	Quinzenal		
	Inspeção visual e inversão de bombas do reservatório principal.	Mensal		
	Inspeção visual de barriletes para detectar vazamentos em tubulações, conexões e registros, verificação da vedação dos reservatórios.	Mensal		
	Inspeção visual para detectar vazamento nas tubulações, conexões e registro.	Trimestral		
	Impermeabilização reservatório principal - Inspeção e	Quinquenal	Contrato Especializado	

	reparos.			
	Limpeza das caixas d'água.	Semestral	Contrato Especializado	
	Ensaio de potabilidade da água.	Trimestral	Contrato Especializado	
8.4. Ramal de distribuição	Inspeção visual, detecção de vazamentos e reparos.	Semanal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Marcelo
8.5. Metais (Torneiras, registros, válvulas, engates)	Inspeção visual.	Semanal		
	Troca de reparos.	Semestral		
8.6. Louças	Inspeção visual e reparos/substituição, rejuntamentos.	Semestral		
8.7. Bancadas (granito e inox) e divisórias (box sanitários)	Inspeção visual, estrutura, rejuntamentos e reparos.	Semestral		
9. REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS				
9.1. Rede coletora	Inspeção, limpeza e substituição de tampas das caixas de passagem.	Trimestral	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Marcelo
9.2. Bocas de lobo, caixas de inspeção, ralos, grelhas, tampas	Inspeção visual, limpeza, impermeabilização e reparos.	Trimestral	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
9.3. Terreno	Inspeção e reparos em curvas de nível.	Bimestral	Equipe do Contrato de Manutenção de Áreas Verdes.	Eng. Carlos
10. REDE SANITÁRIA / ESGOTO				
10.1. Rede primária	Inspeção visual, limpeza, detecção de vazamentos e reparos.	Mensal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Eng. Carlos
10.2. Rede secundária		Mensal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
10.3. Tubos de queda, ventilação		Mensal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
10.4. Caixas sifonadas, ralos, sifões, válvulas		Semanal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
10.5. Rede coletora / emissário		Mensal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
10.6. Poços de visita, caixas de inspeção e gordura	Inspeção visual, limpeza e troca de tampas.	Semestral	Equipe do Contrato de Manutenção Predial e contrato especializado	
11. REDE ELÉTRICA				
11.1. Quadros e painéis	Inspeção / troca de disjuntores.	Mensal		Carlos Machado
11.2. Circuitos	Inspeção e reparos.		Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
11.3. Tomadas	Inspeção e troca.			
11.4. Interruptores	Inspeção e troca.	Semanal		

11.5. Sistema de iluminação pública	Inspeção / verificação / reparos.	Mensal	Contrato Especializado	Carlos Machado
11.6. Sistema de iluminação predial	Inspeção / verificação / reparos	Mensal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	Carlos Machado
11.7. Sistema de proteção de descargas atmosféricas	Inspeção / reparos / testes de continuidade e aterramento.	Anual	Contrato especializado	
11.9. Média Tensão	Manutenção periódica de todo o sistema de distribuição de média tensão do campus.	Semestral	Contrato especializado	
12. REFRIGERAÇÃO E CONDICIONAMENTO DE AR				
12.1. Ar Condicionado Central (Prédio de Laboratórios)	Inspeção do sistema	Semanal	Contrato Especializado	Claudio Silva
	Tratamento da água do sistema (análise química da água e aplicação de anticorrosivo).	Mensal	Contrato Especializado	
	Troca de filtros de ar (fan coils).	Trimestral	Contrato Especializado	
	Limpeza dos filtros de água.	Trimestral	Contrato Especializado	
	Inspeção do sistema de bombeamento.	Semanal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
	Manutenção periódica do sistema.	Anual	Contrato Especializado	
	Inspeção das condensadoras dos splits e cassetes (pressão do gás, reaperto das conexões e reparos de componentes e ligações elétricas).	Trimestral	FAUSP	
	Inspeção visual e limpeza de cortinas de ar.	Trimestral	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
12.2 Bebedouros	Inspeção/reparos/troca de filtros	Semestral	Contrato Especializado	Marcelo
13. CONTROLE DE PRAGAS				
13.1. Desinsetização	Desinsetização de caixas de inspeção.	Mensal	Contrato Especializado	Marcelo
	Desinsetização e desratização de ambientes.	Semestral		
13.2. Desratização		Trimestral		
14. SEGURANÇA				
14.1. Sistemas de prevenção a incêndio	Teste das bombas de incêndio	Quinzenal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial e Brigada Incêndio	Eng. Carlos
	Inspeção dos equipamentos de combate a incêndio	Quinzenal		

14.2. Luzes de emergência	Descarga das baterias.	Trimestral	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
14.3. Guarda corpos, escadas marinheiro e corrimãos	Inspeção nas fixações de guarda corpos e corrimãos	Mensal	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
14.4. Sinalização Viária (vertical e horizontal)	Inspeção visual, reparos e melhorias	Anual	Equipe do Contrato de Manutenção Predial	
15. OUTROS				
15.1. Lixeiras e containers	Inspeção visual, reparos e melhorias	Trimestral	Equipe do contrato de Manutenção Predial	Marcelo
15.2. Lousas				
15.3. Instalações esportivas (postes de vôlei, tabelas de basquete, traves de futebol)				
15.4. Saboneteiras e papeleiras				

FAUSP

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

CRONOGRAMA ANUAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA FAUSP

Sistema	Serviço	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov	Dez
1. Estrutura													
1.1. Fundações	Inspeção e verificação de possíveis fissuras, trincas, rachaduras, ferragem aparente, desníveis, carbonatação, corrosão armadura, segregação, reparos						X						X
1.2. Pilares							X						X
1.3. Vigas							X						X
1.4. Lajes								X					
2. Vedação													
2.1. Alvenarias	Inspeção e verificação de possíveis necessidades de reparos.						X						X
2.2. Divisórias de gesso acartonado							X						X
2.3. Painel elemento vazado							X						X
3. Cobertura													
3.1. Vigamento	Inspeção, verificação e reparos						X						
3.2. Telhado	Limpeza da Torredo Chiller/Fan coils	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Limpeza do Forro das Salas dos Laboratórios	X			X		X		X		X		X
	Limpeza das coberturas do Ensino I e II, Restaurante e Portarias						X						
3.3.	Inspeção geral		X				X			X			X

10.15 BIBLIOTECA

A biblioteca ocupa espaço adequado para o acervo, instalações para estudos individuais e instalações para estudo em grupo. Além disso é dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

10.15.1 ESPAÇO FÍSICO E INSTALAÇÕES

A Biblioteca da Faculdade atende a comunidade acadêmica em suas necessidades bibliográficas e de informação, dando suporte ao desenvolvimento dos cursos ministrados. Estimula o auto-desenvolvimento dos usuários, a pesquisa e a informação por meio do conhecimento registrado. A Instituição disponibiliza para a comunidade todos os seus recursos, bem como o seu espaço físico para entre outros, a rede de ensino público, cursos e comunidade.

10.16 ACERVO

É composto por livros, e-books, periódicos (jornais, revistas e boletins informativos), produção acadêmico-científica. O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro, com livre acesso aos usuários. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. Há extintor de incêndio e sinalização bem distribuída.

a) Livros

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP adquiriu a bibliografia básica e complementar relacionada nos programas das disciplinas dos cursos.

b) Periódicos

A biblioteca disponibiliza a assinatura regular de periódicos na área do curso que será implantado e em áreas afins. Além das assinaturas de periódicos a Instituição viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no *site* da Capes. O Coordenador de Curso e os Docentes incentivam o aluno a utilizar o *Portal de Periódicos Capes*. A Faculdade disponibiliza seus equipamentos de informática para esta atividade.

c) Informatização

O acervo é todo representado no sistema informatizado utilizado pela Instituição.

d) Base de Dados

Além do Comut – Programa de Comutação Bibliográfica que permite à Instituição, cadastrada como biblioteca solicitante, o acesso a documentos em todas as áreas do conhecimento (através de cópias de artigos de revistas técnico-científicas, teses e anais de congressos), exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, a biblioteca disponibiliza também aos alunos o acesso a bases de dados na Internet. Essas bases de dados são atualizadas constantemente. A biblioteca disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e possui microcomputadores com acesso à Internet para consulta a várias bases de dados.

e) Multimídia

A biblioteca dispõe de TVs, vídeos-cassete, aparelhos de dvd para utilização dos corpos docente e discente. O acervo multimídia é composto por DVDs e fitas VHS.

f) Jornais e Revistas

A biblioteca conta com a assinatura corrente de vários jornais e revistas.

g) Política de Aquisição, Expansão e Atualização

A aquisição, expansão e atualização do acervo é realizada considerando a bibliografia básica e complementar indicada para as disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos. Serão consideradas também as sugestões apresentadas pela Coordenação dos Cursos, professores e alunos. A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição. A biblioteca solicita, semestralmente, à Coordenação do Curso, professores e alunos, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização do acervo.

10.17 SERVIÇOS

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: processamento técnico do acervo; elaboração de base de dados do acervo; consulta ao acervo; empréstimo local e domiciliar; levantamento bibliográfico; pesquisa via Internet; comunicação via correio eletrônico; pesquisa bibliográfica em base de dados; e orientação bibliográfica em fontes impressas e eletrônicas.

A biblioteca conta com um sistema de acervo informatizado, o qual controlará empréstimos, reservas, devoluções, e ainda disponibilizará aos alunos todas estas informações via Internet. A biblioteca contará com um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, será disponibilizada Norma para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

- Consulta local: pesquisa do acervo aberta a toda a comunidade em geral.
- Empréstimo domiciliar e reserva de materiais: o empréstimo é permitido aos alunos, professores e funcionários.
- Treinamento de usuários: principalmente calouros que estão ingressando na Faculdade. O treinamento consiste em palestra e visita dirigida à biblioteca orientando na utilização da mesma.
- Levantamentos bibliográficos: realizados nas diversas áreas do conhecimento com o objetivo de reunir num documento todo material que a Biblioteca possui sobre determinado assunto. Os levantamentos bibliográficos são realizados a partir de solicitações de professores da Instituição.
- Serviço de alerta: divulgação mensal da relação de livros novos; publicação mensal de sumários correntes de periódicos; exposição de livros novos, de periódicos, boletins, catálogos de editoras, etc.
- Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT
- Divulgação de eventos: congressos, seminários, Encontros, cursos etc.
- Orientação na Normalização de trabalhos técnicos-científicos: orientação a alunos e professores na área de normas técnicas de referências bibliográficas e de apresentação de trabalhos técnico-científicos, utilizando como padrão as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Divulga o documento: “Desenvolvimento e apresentação de trabalhos acadêmicos”, organizado por professores da Instituição.
- Pesquisa via Internet.

a) Horário de Funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 07h00min às 22h00min.

b) Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca oferece ainda apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos. Há um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, é disponibilizado o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um Manual do Instituto com as exigências específicas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

c) Catalogação

A Biblioteca utiliza a Classificação Decimal DEWEY, catalogação A.L.A. , sistema de catálogo/dicionário.

d) Suporte aos usuários

Dentro do Campus existe uma empresa terceirizada, especializada em reprografia à disposição dos docentes, alunos e comunidade. O material da Biblioteca só poderá ser fotocopiado de acordo com o inciso V, do artigo 40 da Lei 5.988/73. Existem salas de estudo, onde os alunos dispõem de mesas e cadeiras para trabalho em grupo, estudo ou leituras.

e) Competências dos Funcionários da Biblioteca

Compete as bibliotecárias a coordenação das atividades de acesso as informações armazenadas nos catálogos coletivos, monografias e periódicos; coordenar e executar o projeto de automação do catálogo; viabilizar o empréstimo e consulta do acervo existente. Compete aos funcionários, quanto ao atendimento ao usuário: promover a utilização do acervo: guias da Biblioteca, manuais informativos, Boletim Bibliográfico, regulamentos de empréstimos, listagem de usuários, orientar pesquisa bibliográfica, ministrar cursos de educação formal ou informal de usuários.

XI - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A instituição mantenedora da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP possui em sua estrutura organizacional uma Diretoria Financeira, composta por profissional que tem por objetivo assessorar e auxiliar a mantenedora, os cursos de graduação e pós-graduação e as gerências em assuntos relacionados com:

1. Planejamento Estratégico;
2. Planejamento Corporativo;
3. Planejamento Operacional;
4. Planejamento Econômico-Financeiro;
5. Orçamento Empresarial e Departamental;
6. Orçamento de Projetos de Pesquisas;
7. Precificação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
8. Planilhas de Custos Empresarial, Departamental e por Atividades;
9. Plano de Cargos e Salários;
10. Projetos de Viabilidade Econômica de natureza diversa;
11. Fluxos de Caixa;
12. Projetos de Investimentos e Reinvestimentos;
13. Relatórios Gerenciais de natureza Econômica, Financeira e Patrimonial;
14. Análise das Demonstrações Contábeis;
15. Precificação de atividades de extensão e serviços.

Dessa forma, a instituição conta com os seguintes instrumentos para tomada de decisões financeiras:

1. Planejamento Estratégico;
2. Projeto Político-Pedagógico Institucional;
3. Plano de Desenvolvimento Institucional;
4. Relatórios e Demonstrações Contábeis;
5. Fluxo de Caixa;

A prática do planejamento na instituição, qualquer que seja sua natureza, é participativa e envolve profissionais e/ou órgãos colegiados de sua estrutura. Os estudos, análises e elaboração de documentos serão realizados em nível macro (institucional) e micro (curso, órgão ou atividade).

De uma forma geral os planejamentos consideram sempre as receitas, os custos, as despesas, os investimentos e os resultados financeiros ou não de todas as atividades desenvolvidas na instituição. O sistema de precificação de serviços de ensino e de extensão (cursos e serviços) serão fixados em contratos de prestação de serviços específicos elaborados em conformidade com a legislação civil, comercial e educacional vigente no país. A mantenedora da Faculdade por ser uma instituição educacional sem fins lucrativos busca sempre resultados superavitários de suas atividades para reinvestimentos, garantindo e assegurando sua continuidade, sobrevivência, crescimento e qualidade de seus serviços. Especificamente, para o planejamento econômico financeiro dos cursos existentes e de cursos em fase de implantação e de acordo com as diretrizes e necessidades estabelecidas em cada Projeto Político Pedagógico dos referidos cursos, são levantadas informações em quatro áreas distintas, a saber:

11. RECURSOS HUMANOS

Compreende o pessoal direto (docentes e funcionários) do curso mais o pessoal indireto e de apoio (diretores gerenciais e funcionários). O Custo do pessoal direto é computado pelo sistema de custeio direto e o pessoal de apoio por rateio em função, ora do número de cursos, ora em função do número de alunos. São considerados neste item aspectos relativos com titulação acadêmica, regime de trabalho e política salarial.

11.1. RECURSOS FINANCEIROS

Compreendem valores gerados pelo próprio curso em nível de resultado. Se necessário, a mantenedora cobrirá os possíveis déficits, uma vez que, fora as atividades de extensão comunitárias gratuitas, constitui política institucional buscar a auto-sustentabilidade das atividades de extensão comunitárias. Considera-se neste item o confronto entre a receita, custos e despesas, passando pelo resultado, incluindo percentuais de reinvestimentos no próprio curso. Através deste mecanismo serão estabelecidos o preço das mensalidades e a elaboração do orçamento anual do curso.

11.2. RECURSOS MATERIAIS

Compreendem o material gasto diretamente no ensino, bem como material de escritório e utensílios utilizados em sala de aula e laboratórios. São, tipicamente, materiais de consumo. Considera-se neste item os valores dos gastos anuais que irão compor o orçamento do curso e a estipulação dos valores das mensalidades.

11.3. RECURSOS PATRIMONIAIS

Compreendem móveis, máquinas, equipamentos computadores e ferramental utilizado em salas de aulas, laboratórios e auditórios, adquiridos para o curso e/ou utilizados pelos já existentes, muitas vezes, comuns a outros cursos. Considera-se neste item os valores gastos com imobilização e a aquisição do acervo bibliográfico necessário em cada curso.

11.4. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita da IES será constituída, basicamente, pela mensalidade paga pelos alunos previstos no projeto, conforme solicitação de vagas ao MEC. Além dos cursos regulares, considera-se a formulação de cursos de especialização técnica, enfatizando os novos paradigmas científico-tecnológicos, como fonte de receita operacional e fator de barateamento de mensalidades. Consideram-se, também, como fonte suplementar de recursos, para eventuais necessidades financeiras, doações da Mantenedora e subsídios públicos.

11.5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS

A projeção efetuada baseia-se no currículo do primeiro ano de 2019, para o Curso de Pedagogia. Para a evolução subsequente, consideradas a composição de novas disciplinas curriculares e respectivos aumentos de dispêndios e receitas.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

11.5.1. COMPOSIÇÃO DA RECEITA

O planejamento econômico-financeiro da Faculdade considera os cursos pretendidos, no que diz respeito à receita e despesa, havendo um demonstrativo de receita e despesa do curso pretendido, em particular. A receita tem por base as mensalidades, taxas e outras contribuições educacionais, fixadas e cobradas de acordo com a legislação que rege a matéria. Os preços de Janeiro de 2019, as mensalidades foram em média de R\$ 300,00 (trezentos reais) para o curso de Pedagogia. Em relação à taxa do primeiro processo seletivo, isenta; a multa prevista para pagamento em atraso é de 2% (dois por cento) sobre o valor da mensalidade; os juros de mora em 1% ao mês de atraso. As outras Contribuições foram calculadas em 5% da mensalidade, em média.

O preço dos serviços educacionais e as relações entre a mantenedora, a Faculdade e o aluno (ou seu responsável, juridicamente), serão acordados em contrato de prestação de serviços educacionais, elaborado na forma da lei e firmado entre as partes, no ato da matrícula, em cada período letivo. As contribuições da mantenedora devem cobrir possíveis *déficits*.

Os resultados financeiros positivos, apurados em balanço, serão aplicados no desenvolvimento da instituição e na melhoria qualitativa dos serviços educacionais prestados (ensino, pesquisa e extensão). As despesas de pessoal foram estimadas com base nos salários docentes e do pessoal técnico-administrativo e de apoio na região.

O salário-aula do professor, consoante o mercado de trabalho da região, foi estipulado em função da qualificação acadêmica: R\$ 53,33 (cinquenta e três reais e trinta e três centavos) para o doutor, R\$ 43,61 (quarenta e três reais e sessenta e um centavos) para o mestre e R\$ 35,95 (trinta e cinco reais e Noventa e cinco centavos) para o especialista. Aos salários são acrescidos os encargos sociais (diretos e indiretos), que correspondem a 65,58% sobre a folha de pagamento mensal. As demais despesas de custeio (material de expediente, material didático, material de laboratório, material de limpeza, etc.), foram estimadas segundo os custos apurados nos cursos em funcionamento em instituições congêneres. Os investimentos foram estimados com base nos cronogramas de edificações, instalações físicas, aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e outros materiais permanentes, a preços de mercado, conforme levantamento realizado. As receitas e as despesas, específicas dos cursos, com a apropriação dos custos comuns, assim como os demais dados, estão resumidas nos quadros abaixo:

RECEITA	R\$					
	Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024
Mensalidades	585.600,00	1.171.200,00	1.756.800,00	2.342.400,00	2.928.000,00	3.513.600,00
Taxa de Matrícula	48.800,00	97.600,00	146.400,00	195.200,00	244.000,00	292.800,00
Taxas e Serviços	58.560,00	114.192,00	167.042,40	217.250,28	317.250,28	380.250,30
Juros	1.171,20	2.283,84	3.340,85	4.345,01	4.145,01	4.526,77
Juros de Mora	585,60	1.141,92	1.670,42	2.172,50	4.112,50	6.181,40
Totais da Receita	694.716,80	1.386.417,70	2.075.253,60	2.761.367,70	3.497.507,70	4.197.358,40

DESPESAS	R\$						%	
	Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Custeio
Despesas do RH:								
Corpo Docente	146.848,50	226.868,54	424.745,24	637.143,76	852.760,88	1.051.609,38	38,37%	
Pessoal Técnico-Administrativo	56.724,00	56.724,00	70.248,00	84.132,00	88.416,00	92.136,00	3,98%	
Encargos Sociais	145.979,99	185.979,99	324.616,57	473.012,64	617.223,80	837.248,00	27,77%	
Serviços de Terceiros	4.601,27	5.601,27	10.784,31	16.015,01	21.090,36	27.182,30	0,95%	
Aperfeiçoamento do R. H.	4.589,73	6.589,73	12.317,88	17.759,63	22.929,29	26.586,73	1,03%	
Subtotal	494.943,01	494.943,01	867.347,78	1.263.582,30	1.648.278,90	2.034.762,30	74,16%	
Outras despesas de custeio:								
Conservação e Manutenção	4.965,38	1.965,38	5.709,34	8.478,54	11.165,49	14.963,38	0,50%	
Serviços Públicos	1.874,61	1.174,61	4.186,85	6.217,59	8.188,02	10.601,27	0,37%	
Seguros	1.887,43	1.647,43	3.171,86	4.710,30	6.203,05	7.898,29	0,28%	
Despesas Gerais Administrativas	2.271,79	2.271,79	5.149,94	10.072,95	15.849,75	19.874,26	0,89%	
Outras Despesas	2.942,30	2.942,30	9.515,57	14.130,89	18.609,14	22.136,21	0,84%	
Material de Expediente	2.655,27	2.601,27	5.784,31	10.015,01	15.090,36	18.456,24	0,95%	

Material de Laboratório	6.589,73	6.589,73	10.687,42	18.841,19	24.812,19	31.181,18	1,12%
Material Didático	2.589,73	2.589,73	5.687,42	10.841,19	14.812,19	17.965,31	1,12%
Material de Limpeza	2.271,79	2.271,79	5.149,94	10.072,95	15.849,75	18.347,65	0,89%
Despesas de Equipamento	42.000,00	42.000,00	49.000,00	52.000,00	62.000,00	67.000,00	1,06%
Depreciações e Amortizações	4.836,83	4.836,83	15.491,67	30.598,33	50.187,41	70.271,35	3,70%
Encargos diversos	2.283,33	2.283,33	8.246,82	12.246,77	16.127,93	23.582,10	0,73%
Bolsas de Estudos	1.054,36	1.054,36	2.029,99	3.014,59	3.969,95	4.525,95	0,18%
Extensão (Financiamento)	2.589,73	2.589,73	12.317,88	17.759,63	22.929,29	26.987,45	1,03%
Pesquisa (Financiamento)	3.179,47	3.179,47	24.635,77	35.519,26	45.858,57	55.598,33	2,06%
Vestibular (Marketing e de Pessoal)	17.225,63	17.225,63	20.709,34	43.478,54	50.165,49	61.592,03	0,50%
Subtotal	84.223,38	84.223,38	174.527,17	268.896,86	360.390,18	470.981,00	16,21%
Total das despesas de custeio:	579.166,39	579.166,39	1.041.874,94	1.532.479,16	2.008.669,08	2.505.742,60	90,37%
Investimentos							
Outros materiais permanentes	3.360,76	3.360,76	6.158,94	9.945,39	13.298,99	15.176,00	
Máquinas/ Equipamentos e Acessórios p/ os Laboratórios	13.838,44	13.838,44	42.866,24	53.278,89	41.272,71	56.348,00	
Biblioteca – Expansão do Acervo	13.179,47	13.179,47	24.635,77	35.519,26	45.858,57	62.521,69	
Equip. e Programas de Informática, etc	26.358,93	26.358,93	64.053,00	71.038,52	68.787,86	81.258,00	
Edificações, Instalações, etc.	13.179,47	13.179,47	36.953,65	50.614,94	44.712,11	66.352,00	
Subtotal	45.917,07	45.917,07	174.667,61	220.397,00	213.930,24		
TOTAL GERAL	458.083,46	458.083,46	1.216.542,55	1.752.876,16	2.222.599,32	2.787.398,20	
Resultado do Exercício	4.455,87	9.889,87	15.245,95	23.086,75	70.329,28	85.573,12	3,07%

11.5.2. ESTRATÉGIA DE GESTÃO

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

Tornar o orçamento plurianual um instrumento de gestão universitária, antes de ser mero cumprimento de normas do MEC.

Ações específicas:

- Acompanhar o desempenho institucional, nos aspectos econômico-financeiros, e a execução orçamentária, mês a mês, para a pronta correção de falhas ou omissões.
- Avaliar o desempenho institucional, nos aspectos relativos a orçamento e finanças, semestralmente.
- Propor à Mantenedora, sempre que necessário, as alterações orçamentárias, que o acompanhamento e a avaliação periódica indicarem.
- Promover levantamentos periódicos dos custos de ensino superior, para subsidiar alterações orçamentárias, mantendo banco de dados a respeito.

XII - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional o grande desafio que se coloca é o da sua implementação, ou seja, da transformação da visão e idéias em realidade palpável. A consolidação da Visão entre os clientes internos e externos exige a criação de um conjunto objetivo, ordenado e sistemático de ações práticas em busca de resultados.

É altamente recomendável que a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional leve em consideração ferramentas de Qualidade.

Dessa forma, a CPA acompanhará a implantação do PDI através da gestão das melhorias com a implementação dos seguintes indicadores:

- Acompanhamento das metas de melhoria e da gestão da rotina;
- Acompanhamento do desempenho dos grupos de trabalho através dos Itens de Controle.

O Diretor Geral indicará a Comissão responsável pelo acompanhamento da implantação do PDI, sob a coordenação do Diretor de Ensino Superior. Será integrada pela Comissão Própria de Avaliação- CPA.

12. Objetivos

- Mensurar o grau de cumprimento das metas do PDI através dos resultados nas avaliações realizadas nos diversos setores da IES;
- Verificar a relevância e aplicabilidade das metas do PDI no processo de planejamento, avaliação e controle das ações acadêmico-administrativas;
- Promover e incentivar a presença dos diversos segmentos institucionais na implementação e no acompanhamento do PDI;
- Garantir a flexibilidade do PDI, pela agregação de novos procedimentos e eventuais correções de rumo, através de freqüentes reavaliações;
- Estabelecer estratégias diferenciadas para divulgar os pontos significativos do PDI junto à comunidade acadêmica - professores, alunos e funcionários, para que possam acompanhar a sua implementação;
- Divulgar os resultados da implementação junto à comunidade externa.

12.1. METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DO PDI/PPI

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional será concretizado a partir de um conjunto de programas desdobráveis futuramente em projetos e subprojetos. Sua implementação obedecerá a critérios de escolha pautados em indicadores sociais, econômicos, culturais e políticos, compatíveis com a disponibilidade da infraestrutura e dos recursos humanos suficientemente quantificados e qualificados para atender ao desenvolvimento de cada projeto.

Suas etapas estão assim definidas:

- Planejamento e estruturação das ações;
- Utilização dos recursos disponíveis de acordo com o programado;
- Definição de grupos de implementação;
- Treinamento e supervisão de equipes de trabalho;
- Logística da implementação – estabelecimento dos fluxogramas do processo;
- Verificação final da disponibilidade de recursos financeiros;
- Implementação de cronograma físico;
- Implementação de cronograma financeiro;
- Acompanhamento e controle das atividades;
- Avaliação final dos trabalhos executados;
- Elaboração de relatórios informativos sobre os trabalhos executados.

Para que a implementação/execução seja realizada com êxito é necessário:

- Cumprimento dos prazos previstos;
- Enquadramento aos custos preestabelecidos;
- Cumprimento da qualidade técnica esperada;
- Cumprimento das exigências de viabilidade;
- Cumprimento de equilíbrio financeiro durante e/ou após a conclusão;
- Manutenção de equilíbrio operacional nas atividades da empresa;
- Aumento ou pelo menos manutenção da rentabilidade normal da Instituição.

12.2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP tem por objetivo avaliar as diferentes dimensões das funções universitárias. Constitui-se em processo de melhoria contínua dessas funções, do planejamento e da gestão institucionais e de prestação de contas às comunidades acadêmica e social. O PAI-IES será desenvolvido pela Comissão Própria de Auto Avaliação - CPA, que integra a Diretoria da Faculdade. A CPA compete planejar, organizar e desenvolver o PAI, interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários. A CPA deve acompanhar e emitir relatórios periódicos sobre as avaliações conduzidas pela MEC, em particular as do Exame Nacional de Cursos (ENADE), as relativas ao reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e as avaliações das condições de oferta do ensino.

Meta:

Avaliar todos os cursos de graduação, incluindo as atividades de práticas investigativas e de extensão, para efeito de pedido de reconhecimento, até 2023.

Ações específicas:

Cumprir o seguinte cronograma, no período 2020/2024, para a implantação e o desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional da Faculdade:

EVENTOS	2020		2021		2022		2023		2024	
	1º	2º								
Sensibilização										
Avaliação docente										
Avaliação discente (*)										
Avaliação dos cursos										
Avaliação da extensão										
Avaliação iniciação científica										
Avaliação dos gestores										
Avaliação do PDI										
Revisão do PDI										
Divulgação dos resultados										

12.3. INTRODUÇÃO - CPA

O Ensino e a Aprendizagem estão em constante transformação, alterando-se os conteúdos, as formas, as condições que são produzidas. Da mesma forma a avaliação institucional não pode se restringir em relatórios e diagnósticos, com o julgamento de resultados e ações já cumpridas. Sendo um processo emancipatório, e como tal, deve inscrever-se na vida total da instituição, criando uma cultura avaliativa.

A auto - avaliação será uma prática contínua da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP com a finalidade de refletir sobre a sua própria missão, seus objetivos e o desenvolvimento de suas múltiplas atividades. Trata-se de um processo participativo, que vem sendo construído progressivamente, buscando o aperfeiçoamento de sua ação educativa perante a comunidade acadêmica e social.

Esta proposta pautou-se na Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Essa Lei definiu dez dimensões institucionais para a avaliação das IES, assegurou a avaliação institucional interna e externa e criou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES como órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. A análise substancia-se ainda na Portaria n.º 2.051/2004, que regulamenta os procedimentos do Sistema e dispõe que a avaliação de instituições será executada conforme diretrizes estabelecidas pela CONAES. A Auto Avaliação é uma das etapas do processo avaliativo a ser coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) operacionalizar o processo de Auto Avaliação a partir de diretrizes da CONAES.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

12.4. CONCEPÇÃO

A Auto - Avaliação Institucional da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP será entendida como um processo coletivo de reflexão sobre a sua prática, seus compromissos com a sociedade, sobre o desenvolvimento de suas diferentes atividades, na busca permanente e sistemática de sua excelência acadêmica. Mediante um processo democrático e autônomo, pretende-se desencadear ações avaliativas que permitam explicar e compreender criticamente as estruturas e relações da Instituição. Possibilitando um questionamento sistemático de todas as atividades da Instituição, seus fins, seus meios, ensino, pesquisa e a extensão, bem como a gestão, infraestrutura e as condições gerais de trabalho, propondo alternativas viáveis ao seu aperfeiçoamento.

A IES considera que a avaliação é uma prática social de sentido fortemente pedagógico, enfatiza sua importância como mecanismo de produção de conhecimento e de juízo de valor sobre a própria instituição. Ao produzir, organizar, consolidar e sistematizar os conhecimentos, a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas da instituição, atuando como dispositivo educativo das pessoas que nelas se envolvem.

Nossa auto - avaliação respeita a identidade institucional, definidas na missão e nos objetivos, mediante um processo de adesão, com ampla participação de toda a comunidade acadêmica. O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da instituição, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais. A Proposta de auto avaliação da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP contempla o *Roteiro de Auto Avaliação Institucional 2004*: orientações gerais, publicação da CONAES/INEP. Mediante articulação entre a realidade da IES e as dimensões da Avaliação Institucional, atendendo aos princípios da IES e diretrizes do SINAES.

12.5. PRINCÍPIOS

A Auto - Avaliação da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP fundamenta - se no Paradigma de Avaliação Autônoma, fornecendo uma visão global da instituição apresentando os seguintes princípios:

- **Participação Democrática:** Consiste num processo democrático que deve envolver os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e social de forma coerente com a identidade institucional.
- **Busca da Transformação:** Consiste no processo de análise e crítica da realidade, visando a sua transformação. Busca apreender o fenômeno em seus movimentos e em sua relação com a realidade, objetivando a sua transformação e não apenas a sua descrição. A transformação pretendida deve estar em consonância com os compromissos sociais e políticos assumidos na missão e objetivos da instituição.
- **Abordagem Qualitativa e Quantitativa:** A Auto Avaliação entendida numa abordagem qualitativa e quantitativa deve ser buscada na dinâmica integradora das diversas esferas e estruturas internas e na relação entre elas e a sociedade.

12.6. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

A auto avaliação deve ter uma ação sistemática e global que não se restringe às testagens de conhecimentos ou a medidas de produção ou elaboração de banco de dados. A avaliação Institucional deve envolver um questionamento rigoroso e sistemático de todas as atividades da instituição, seus fins e seus meios: ensino, pesquisa e extensão, bem como gestão, infraestrutura e condições gerais de trabalho. A integração do processo de compreensão, de captação dos sentidos das estruturas e relações que integram a organização da instituição deve proporcionar muito mais que um olhar distante, a auto - avaliação requer a postura dinâmica de conhecer, produzir e cimentar as relações, de construir a articulação e a integração dos diversos níveis, áreas e dimensões institucionais. Sendo a educação processo inscrita no tempo total da vida humana. Como práticas sociais, o ensino e as aprendizagens estão em constante transformação, alterando-se os conteúdos, as formas, as condições que são produzidas.

Da mesma forma que o processo educacional, a avaliação institucional não se extingue em relatórios e diagnósticos, com o julgamento de resultados e ações já cumpridas.

A avaliação institucional é um importante mecanismo de produção de conhecimento e de juízo de valor sobre a própria instituição. Ao produzir, organizar, consolidar e sistematizar os conhecimentos, a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas da instituição, atuando como dispositivo educativo das pessoas que nelas se envolvem.

A orientação formativa tem função instrumental e proativa: o processo de elaboração de conhecimento e de crítica que constitui a avaliação, também produz a tomada de consciência da necessidade de transformação do processo da avaliação e dos seus agentes, bem como projeto o que é necessário para melhorar a instituição. O objeto central da avaliação institucional é a qualidade, não só como diagnóstico, mas também como processo de melhoria. O processo de avaliação institucional deve comportar certos graus de flexibilidade e de adaptabilidade, permitindo ajustes e acertos que signifiquem correção de rota, aperfeiçoamento ou adaptação que assegurem a qualidade da ação.

A avaliação institucional não é um processo indiferente ou neutro. Ao contrário, toma partido, reafirma valores, denega o que julga negativo, interfere e intervém em todas as dimensões da vida institucional. É fundamental que a avaliação tenha plena credibilidade; que todos se sintam seguros quanto à direção traçada e confiem nos articuladores do processo. Cada instituição deve estabelecer as comparações entre os seus projetos e compromissos e aquilo que consegue realizar, entre o seu passado e o seu presente, entre o que está sendo e aquilo que julga deve ser. A avaliação institucional é um empreendimento permanente e coletivo de produção da qualidade educativa.

12.7. OBJETIVOS GERAIS

A auto - avaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Identificando fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas em lei, a auto avaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões. Estas dimensões, entretanto, não devem ser consideradas um instrumento para mera checagem ou verificação ou, simplesmente, quantificação e sim, vistas como ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão sobre as mesmas.

12.8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Plano de Auto Avaliação Institucional da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP contempla os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre a Instituição na sua globalidade, buscando caminhos para a melhoria da qualidade do trabalho educativo;
- Promover a auto avaliação através da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica;
- Avaliar o desempenho do docente e pessoal técnico administrativo da instituição, buscando em conjunto, alternativas para o aperfeiçoamento da ação pedagógica;
- Acompanhar as diferentes formas de gestão administrativa, identificando avanços e dificuldades e propondo novas formas de encaminhamento para a melhoria do trabalho educativo.
- Promover a avaliação das condições de infraestrutura da Instituição.
- Identificar o perfil do aluno ingressante de cada curso, buscando a adequação necessária entre os objetivos do currículo e as necessidades e interesses do alunado.

- Redefinir o perfil do egresso pretendido, considerando os propósitos de cada curso e as exigências do mercado de trabalho.
- Avaliar o desenvolvimento das atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica, buscando, em conjunto com a Coordenação, professores pesquisadores e alunos bolsistas, alternativas para o aperfeiçoamento destas ações.
- Avaliar o desenvolvimento dos cursos, programas e atividades complementares de integralização curricular promovidas pela Extensão, adequando estas ações aos objetivos do ensino de graduação e às necessidades e interesses da comunidade.
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo.
- Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos

12.9. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA CPA

A auto avaliação Institucional será desenvolvida pela Comissão Própria de Auto Avaliação (CPA), conforme disposto no artigo 11 da Lei 10.861/04, com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações para a efetiva interlocução para implementação do SINAES. O planejamento das atividades da CPA será discutido com a comunidade acadêmica, devendo levar em conta as características da instituição, seu porte, continuidade e a existência de experiências avaliativas anteriores. A composição da CPA da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP atende todos os requisitos para sua legitimidade e autonomia, constituída por regulamento próprio aprovado pelo órgão superior da Instituição.

12.10. REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AUTO AVALIAÇÃO (CPA)

O Regulamento da Comissão Própria de Auto Avaliação da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP encontra-se em anexo (FAUSP/11) deste PDI – 2020/2024.

12.11. CRONOGRAMA DA CPA

À CPA compete planejar, organizar e desenvolver a auto avaliação da Instituição interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários, divididas em três Etapas da seguinte forma:

- 1ª Etapa – Constituição da CPA, Planejamento, Sensibilização.

- 2ª Etapa – Desenvolvimento.
- 3ª Etapa – Consolidação, Relatório, Divulgação, Balanço crítico.

CONSTITUIÇÃO DA CPA – À CPA da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP será constituída por ato do Diretor Geral. Sendo composta por oito membros que representam diversos segmentos da sociedade acadêmica na Instituição e da Sociedade local, não privilegiando maiorias e com Regulamento específico.

PLANEJAMENTO – À Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP desenvolve uma proposta metodológica participativa e autônoma entre membros da CPA, que devidamente fundamentados no manual de Orientações Gerais estabelecida no SINAES, os compartilham com todos os segmentos da comunidade acadêmica, estabelecendo procedimentos e metas para a Avaliação Institucional.

SENSIBILIZAÇÃO – A cultura de auto avaliação encontra-se solidificada nos ditames da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP desde sua criação, consolidando o hábito salutar da busca pela qualidade e pelo desenvolvimento da Instituição. Com a introdução do SINAES a Comissão Própria de Avaliação desenvolverá diversos encontros para plena interlocução e apresentação das propostas, atividades e possíveis correções de experiências anteriores.

DESENVOLVIMENTO – A auto – avaliação da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP será desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação, sempre de forma emancipatória e participativa, integrando-se com todos os segmentos da comunidade acadêmica. Cumprindo cronograma estabelecido e aprovado pela CPA.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

CONSOLIDAÇÃO – O processo de auto avaliação deverá estar consolidado antes do prazo final estabelecido pelo CONAES.

RELATÓRIO – Substanciado nos padrões utilizados pelo MEC e outras IES, constrói amplas condições para análise sistemática da auto avaliação semestralmente. Os relatórios de avaliação serão submetidos à deliberação do colegiado superior da Faculdade.

DIVULGAÇÃO – A CPA responsabiliza-se em divulgar para toda a comunidade acadêmica e social seu juízo de valores e conceitos resultantes da auto avaliação.

BALANÇO CRÍTICO – Procedimentos dialógicos e análise crítica das metodologias aplicadas e seus resultados obtidos, geram a avaliação da avaliação (meta avaliação) de forma a redirecionar os caminhos em busca da excelência pretendida.

12.12. METODOLOGIA E INSTRUMENTOS

A CPA desenvolve os seus trabalhos com apoio em metodologias e instrumentos aceitos pela comunidade acadêmica. Essas metodologias e instrumentos devem ser avaliados periodicamente (meta avaliação), com vistas à sua adequação permanente às características institucionais e a possíveis mudanças em indicadores e padrões de qualidade, fixados pelo MEC ou adotados por organizações ligadas à formação acadêmico-profissional ou ao exercício de profissões regulamentadas.

No processo de auto avaliação institucional serão objetos de análise:

- a) Organização Institucional
- b) Plano de Desenvolvimento Institucional
- c) Projeto Pedagógico Institucional
- d) Gestão Institucional
- e) Avaliação Institucional
- f) Corpo Social
- g) Corpo Docente
- h) Corpo discente e egressos
- i) Corpo técnico-administrativo
- j) Organização Institucional
- k) Instalações Gerais
- l) Biblioteca
- m) Laboratórios e instalações específicas

Os instrumentos/procedimentos selecionados para a auto avaliação da Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP são:

- a) Fóruns para divulgação e debates sobre o processo de auto avaliação da Faculdade com participação do pessoal docente e discente;
- b) Análise do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, planilhas financeiras e orçamentos;
- c) Análise do PPI – Planejamento Pedagógico Institucional, projetos pedagógicos dos cursos, currículos, carga horária e práticas pedagógicas, eventos acadêmicos, sistema de avaliação;
- d) Questionário para os alunos de a graduação avaliar seu curso,
- e) Questionário para auto avaliação do trabalho docente na graduação,
- f) Questionário para auto avaliação do trabalho administrativo do corpo técnico,
- g) Questionário de avaliação de alunos da pós-graduação lato sensu e stricto sensu;

- h) Questionário de avaliação dos professores da pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- i) Reuniões dos coordenadores de cursos com professores e alunos para delimitar outros instrumentos para a coleta de dados nos cursos,
- j) Entrevistas com amostragem de alunos com o objetivo de sondar a imagem pública da instituição;
- k) Entrevistas com egressos e membros da comunidade com o objetivo de sondar a imagem pública da instituição;
- l) Análise dos mecanismos de divulgação e comunicação interna e externa;
- m) Análise da política de desenvolvimento lato sensu e stricto sensu, da integração entre graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão;
- n) Levantamento dos conceitos de avaliação Inep, convênios, atividades.
- o) Científicas, publicações;
- p) Análise das políticas de pesquisa: linhas, relevância, grupos cadastrados CNPq,
- q) Produção científica e tecnológica, participação em congressos, eventos,
- r) Atividades acadêmicas, contribuição para o desenvolvimento regional;
- s) Análise das políticas de extensão: relações e atendimento à comunidade,
- t) Impactos, participação de alunos e docentes, sistema de avaliação, incentivos e integração com ensino e pesquisa.
- u) Programas de iniciação científica, estágios, intercâmbio;
- v) Análise da política de gestão acadêmica, atendimento dos alunos e professores, política de concessão de bolsa;
- w) Análise da infraestrutura e instalações: conservação, ampliação, segurança; Laboratórios, equipamentos; Biblioteca;
- x) Plano de carreira, capacitação docente e qualificação profissional.

12.13. ESTRATÉGIAS

Para cumprir os objetivos da proposta de avaliação institucional, a CPA deverá designar seis (seis) subcomissões Setoriais, constituídas por seus próprios membros, que cuidarão de analisar as seguintes dimensões:

Subcomissão 01:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.

Subcomissão 02:

- A responsabilidade social da Instituição
- A comunicação com a sociedade

Subcomissão 03:

- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo.

Subcomissão 04:

- Organização e gestão da Instituição
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Subcomissão 05:

- Planejamento e avaliação
- Políticas de atendimento aos estudantes

Subcomissão 06:

- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa.

Cada Subcomissão Setorial receberá a incumbência de analisar uma ou duas dimensões, definidas pela sua afinidade e/ou complexidade. As subcomissões terão prazos estipulados no cronograma geral do projeto de avaliação para cumprir as seguintes etapas:

- 1) Elaboração de proposta para coleta e análise dos dados, incluindo metodologias a serem aplicadas e definição de necessidades como pessoal, equipamentos, acesso a documentos, entre outros;
- 2) Levantamento de informações documentais e bibliográficas;
- 3) Elaboração de questionários e realização de entrevistas;
- 4) Tabulação dos dados e análise quantitativa;
- 5) Análise qualitativa e, quando possível, comparativa com outros modelos.
- 6) Resultados e editoração (eletrônica e/ou impressa);
- 7) Divulgação dos resultados.

Todas essas etapas deverão ser acompanhadas pela CPA, em reuniões pré-agendadas durante e ao final de cada etapa. Será ressaltado que todas as subcomissões deverão trabalhar com pleno apoio da administração superior, contando com os recursos necessários à execução de suas tarefas. A criação de Subcomissões Setoriais de Avaliação representará uma nova fase do processo de Avaliação Institucional iniciado com a instalação do Programa de Avaliação Continuada, esta indispensável à existência de uma instituição de Ensino Superior que busca permanentemente seu aprimoramento.

12.14. DIMENSÕES AVALIADAS

As Dimensões agregam os dados e informações da instituição e de seus cursos, em três níveis estabelecidos nas orientações gerais para o roteiro da auto – avaliação (SINAES):

- Núcleo Básico e comum – Obrigatórias a todas as IES. A CPA atenderá a todos os itens obrigatórios indicado no roteiro da auto – avaliação.
- Núcleo de temas optativos – Contém tópicos que podem ser ou não selecionados pela IES. A Comissão Própria de avaliação adotará temas optativos na medida em que se faça necessário para melhor estabelecer critérios avaliativos.
- Núcleo de documentação, dados e indicadores – contribuem para fundamentar e justificar as análises e interpretações. A CPA manterá todos os documentos rigorosamente adequados às exigências legais e responsabiliza-se por dados e indicadores procedentes.

As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação foram estabelecidas pela Lei nº. 10.861/04 artigo 3º, da seguinte forma:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional.
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulos à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
4. A comunidade com a sociedade.
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos resultados e eficácia da auto avaliação institucional.
9. Políticas de atendimento aos estudantes (Egressos).
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação).
- Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação
- ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.
- Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.
- Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.
- Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.
- Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

12.15. RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

A Comissão própria de Avaliação divulgará, anualmente, os instrumentos e procedimentos a serem aplicados no processo de avaliação institucional, mantendo estreita coerência, sempre que possível, com os instrumentos e procedimentos orientados pelo SINAES. O processo de avaliação institucional deve conduzir à atribuição de conceitos, ao final de cada etapa, apoiado em relatório descritivo dos procedimentos e instrumentos adotados e com indicação de ações para correção de condições insuficientes ou regulares e fortalecimento das ações consideradas suficientes. Os resultados da Avaliação Institucional serão fornecidos e encaminhados aos interessados, para serem trabalhados, junto aos envolvidos, com o objetivo de comparar a situação existente com a ideal, uma vez que os dados obtidos contribuem para a tomada de decisões sobre mudanças a serem adotadas, objetivando a melhoria desejada.

O resultado final da avaliação aparecerá, para cada Dimensão, como:

- CMB = Condições Muito Boas

- CB = Condições Boas
- CR = Condições Regulares
- CI = Condições Insuficientes

Os relatórios de avaliação serão submetidos à deliberação do colegiado superior da Faculdade.

12.16. TOMADA DE DECISÃO

É importante, nesta etapa garantir a objetividade das discussões. As decisões devem ser expostas da maneira mais clara possível, com definição de prazos, responsabilidades e recursos a serem mobilizados através de reuniões com os dirigentes dos setores envolvidos, buscando a solução para os problemas apontados.

12.17. META-AVALIAÇÃO

Como todo processo avaliativo, esta fase da avaliação institucional deve considerar uma etapa de autocrítica, a chamada meta - avaliação, onde os seus aspectos metodológicos e instrumentais são submetidos a um criterioso julgamento, para determinar se a sua eficiência, eficácia e efetividade permitem sua reutilização ou se devem ser repensados, no todo ou em parte. Os processos de avaliação interna e externa deverão ser analisados constantemente, para retro - alimentação do sistema e aperfeiçoamento da instituição.

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

12.18. RELATÓRIOS

Os relatórios do processo de avaliação serão textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações. Estes relatórios devem contemplar:

- Os resultados da auto avaliação e da avaliação externa
- Os resultados da avaliação de cursos e de desempenho discente.

Os destinatários desses relatórios são os membros da comunidade acadêmica, a CONAES, o MEC e a sociedade. Portanto, considerando a diversidade de leitores, estes documentos devem ter clareza na comunicação das informações e possuir caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

12.19. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA CPA

A Avaliação Institucional no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é o centro do processo avaliativo e abrange entre outros, a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e os compromissos de responsabilidades sociais.

A Avaliação Institucional dar-se em duas modalidades:

1ª - Auto avaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto avaliação institucional da CONAES;

2ª - Avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto avaliações.

Os processos de avaliação interna e externa devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

FAUSP
Faculdade Unida de São Paulo . EAD

XIII – CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO DO PDI/PPI

O quadro a seguir apresenta os passos para avaliação e execução do PDI:

DESCRIÇÃO DOS PASSOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
1. Designação de Comissão para avaliação do PDI	Direção Geral	2020
2. Divulgação os objetivos, metas e ações estabelecidos no PDI, a toda comunidade acadêmica, com objetivo de sensibilização e arregimentação de colaboradores.	Comissão	2020
3. Definição de responsáveis pelas ações já estabelecidas no PDI.	Comissão	2020
4. Identificação de necessidade de treinamento por parte dos responsáveis pelas ações.	Comissão	2021
5. Liberação de recursos para treinamento.	Direção Geral	2021
6. Identificação de recursos necessários e estabelecimento de prazos para a execução das ações.	Responsáveis designados pela Comissão	2022
7. Execução/Monitoramento.	Comissão	2022
8. Garantia do alcance das metas.	Comissão	2023

FAUSP

Faculdade Unida de São Paulo . EAD

XIV - CRONOGRAMA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA IES

A Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP apresenta suas atividades a partir de seu credenciamento pelo MEC, na forma prevista na Decreto nº. 5.773. O cronograma de seu desenvolvimento foi elaborado a partir do seu plano de organização e do projeto pedagógico do curso.

ATIVIDADE / PROGRAMA / AÇÃO	ANO				
	1º	2º	3º	4º	5º
Implementação do PDI/PPI	x	x	x	x	x
Contratação do pessoal docente e não-docente necessário	x	x	x	x	x
Instalação dos cursos de graduação autorizados	x	x	x	x	x
Implantação dos seguintes planos e programas:					
Programa de Avaliação Institucional	x	x	x	x	x
Plano de Capacitação de Recursos Humanos	x				
Plano de Carreira Docente	x				
Plano de Cargos e Salários	x				
Programa de Iniciação Científica	x				
Programa de Monitoria	x				
Aquisição/ampliação do acervo da biblioteca	x	x	x	x	x
Ampliação da biblioteca existente			x		
Instalação dos laboratórios de formação específica	x	x	x	x	x
Instalação das salas de aula	x	x			
Instalação dos laboratórios de formação básica	x	x			
Instalação de equipamentos de laboratórios	x	x	x		
Instalação da Ouvidoria	x				
Implementação de serviços extensionistas	x				
Implementação de projetos de pesquisa	x				
Implementação de cursos de extensão	x				
Implementação de programas de pós-graduação	x				
Aquisição de material de expediente, didático e outros de consumo.	x	x	x	x	x
Reposição de equipamentos e peças dos laboratórios e serviços	x	x	x	x	x
Reconhecimento dos cursos de graduação				x	
Recredenciamento da faculdade					x

XV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica social requer das Instituições de Ensino Superior capacidade de gerenciamento dos processos de ensino, pesquisa e extensão e também uma leitura contextualizada e crítica das aceleradas transformações inerentes à contemporaneidade. A mutabilidade desse cenário exige das IES, sobretudo, intervenções e adequações próprias dos processos formativos.

Ao formular este PDI (2020 a 2024) os profissionais que nele se envolveram partiram do pressuposto que ao estudante deve-se propiciar investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, na execução, na avaliação de atividades educativas, na aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural. Com isso, pretende-se formar um profissional que saiba analisar e avaliar os diferentes cenários nos quais a educação se desenvolve e, além disso, analisar também os próprios atos docentes, e detectar o alcance e a validade do material teórico-prático empregado.

A expectativa é que esse PDI seja a expressão daquilo que a Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP almeja, servindo de apoio e norte aos que dele precisarem, embora seja necessário o esclarecimento de que não é um documento pronto e acabado, estando, portanto, aberto a inovações.

FAUSP

Faculdade Unida de São Paulo . EAD